



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO E HISTÓRIA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS**

LIANA RAYSSA MOTA AMORIM

SENTINDO COMO BRASILEIRO E MARANHENSE: o SPILTN e a inserção do Maranhão na lógica da Política Indigenista Nacional (1910).

SÃO LUÍS
2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO E HISTÓRIA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS

LIANA RAYSSA MOTA AMORIM

SENTINDO COMO BRASILEIRO E MARANHENSE: o SPILTN e a inserção do Maranhão na lógica da Política Indigenista Nacional (1910).

Dissertação apresentada ao Mestrado em História Social - História Conexões Atlânticas, na linha de Poderes, Políticas e Sociabilidades, do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Maranhão, como exigência para a obtenção do Grau de Mestra em História.

Orientadora: Profa. Dra. Soraia Sales Dornelles

SÃO LUÍS
2023

LIANA RAYSSA MOTA AMORIM

SENTINDO COMO BRASILEIRO E MARANHENSE: o SPILTN e a inserção do Maranhão na lógica da Política Indigenista Nacional (1910).

Dissertação apresentada ao Mestrado em História Social - História Conexões Atlânticas, na linha de Poderes, Políticas e Sociabilidades, do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Maranhão, como exigência para a obtenção do Grau de Mestra em História.

Orientadora: Profa. Dra. Soraia Sales Dornelles

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Soraia Sales Dornelles (UFMA)
Orientadora

Prof. Dr. Alirio Carvalho Cardoso (UFMA)
Examinador Interno

Prof. Dr. Edson Hely Silva (UFPE)
Examinador Externo

Ph.D. José Juan Pérez Meléndez (UC Davis)
Examinador Externo

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Amorim, Liana Rayssa Mota.

Sentindo como brasileiro e maranhense : o SPILTN e a inserção do Maranhão na política indigenista nacional / Liana Rayssa Mota Amorim. - 2022.

150 p.

Orientador(a): Soraia Sales Dornelles.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em História/cch, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2022.

1. Maranhão. 2. Política Indigenista. 3. Projetos sociais. 4. Questão Indígena. 5. SPILTN. I. Dornelles, Soraia Sales. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Ao longo desses dois anos de mestrado, os mesmos de pandemia, foi difícil imaginar que chegaria até o momento em que escrevo esses agradecimentos. Além das dificuldades gerais promovidas pelo covid-19, outras tantas de caráter pessoal me deixaram cabisbaixa e desacreditada várias vezes, por isso agradeço a todos que estiveram ao longo desse caminho árduo.

Agradeço à minha orientadora, Soraia Sales Dornelles, principal influenciadora e motivadora para a continuidade da minha trajetória acadêmica. Obrigada por ter me impedido de desistir e por repetidamente dizer que tenho potencial.

À minha família que, mesmo às vezes não compreendendo a minha teimosia em trilhar esse caminho, promoveu e continuam a promover momentos descontraídos, de acalanto essenciais para deixar a vida e a existência mais leves. Beijos especiais à minha mãe, Lísia Goreth Tavares Mota, estendidos às minhas queridas avós, Vilani Bertoldo do Carmo Amorim e Iranilde Tavares Mota e querido irmão, Joaquim Amorim. Amo vocês!

Aos meus queridos amigos que continuam aqui depois de muito tempo, sério, eu os amo muito e podem ter por certo que os momentos mais felizes vividos por mim foram do lado de vocês. Obrigada Alessandra Lima, Andreлина Martins, Flávia Rodrigues, Janice Machado Neves, Kenilson Lindoso, Osmarina Duarte, Rafael Ramos, Ramon Ribeiro e Sterlanny Ribeiro, vocês são tudo na minha carreira! (Coloquei em ordem alfabética para evitar confusão).

A todos meus companheiros de turma, em especial, Ana Beatriz Araújo e Rosalina Bulcão. Obrigada por compartilharem comigo os nervosos momentos da pós-graduação e muitos sorrisos, as admiro muito e espero que trabalhemos muitas vezes juntas.

Ao meu físico comunista e terrível bebê, Luís Rodrigo Torres Neves, todo dia agradeço ao universo (e ao Tinder hahaha) por ter te encontrado, muita doideira existir um ser humano tão lindo como tu. Obrigada por mesmo com a distância se fazer sempre presente, te amo e te amo!

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Maranhão e à Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES) por terem tornado possível esta pesquisa. Aos membros da banca, os professores doutores, Alirio Cardoso, Edson Silva e José Juan Meléndez. E, por último, mas não menos importante, aos funcionários e estagiários do APEM, os últimos nas pessoas de Maicon Oliveira e Ludimila Santos, obrigada!

Aquí estamos, siempre estamos. No nos fuimos, no nos vamos. Aquí estamos pa que te acuerde, si quieres mi machete, él te muerde.
(*This is not America* - Residente)

RESUMO

Este estudo teve como objetivo discutir o processo de implantação do Serviço de Proteção ao Índio e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPIILTN) no estado do Maranhão, em 1910. A partir da compreensão que o funcionamento e a execução do plano de ações previstos pelas diretrizes do órgão era diretamente influenciado pela relação articulada entre as demandas de desenvolvimento nacionais e locais. Por isso, com esta pesquisa buscamos localizar o Maranhão geopoliticamente através de um recuo temporal possibilitando verificar quais tendências econômicas e sociais foram debatidas por representantes políticos e como essa realidade impôs alguns aspectos importantes para composição do cenário de aplicação da política indigenista no estado. Cenário relevante para observação do delineado que o Indigenismo tomou em terras maranhenses, tornando possível a articulação de uma associação auxiliadora da agência indigenista, a Cruzada Gonçalves Dias, responsável por engajar diversos setores da sociedade maranhense, especificamente os indivíduos considerados principais por ocupações profissionais e políticas, ao redor da nobre tarefa de proteção aos indígenas, evidenciando como o zelo com os chamados irmãos da selva foi um projeto de sociedade republicano e positivista que na formulação pouco considerava as dinâmicas nativas. Ainda que plenamente visíveis e atuantes, quando observado o Noroeste maranhense, a região do Turiaçu-Gurupi na fronteira entre o Maranhão e o Pará, compreendida como problemática do século XVIII ao XX por ter como contingentes populacionais quilombolas e indígenas, dentre esses últimos, destacando-se os Ka'apor ocupando lugar fundamental nas narrativas sobre o SPIILTN no estado. Exercício possível por meio da leitura e análises de documentos oficiais do órgão, localizadas no acervo disponível virtualmente do Museu Nacional do Índio, com as seções dedicadas à questão indígena e outras, como o trabalho e economia, em diversas edições dos periódicos maranhenses, acessadas pelo arquivo digital da Biblioteca Nacional. Como forma de compreender de que maneira os projetos econômicos, políticos e sociais interferiram na instalação do Serviço no Maranhão, além de conhecer como ocorreu a recepção pela sociedade civil e por parte dos povos indígenas, alvos das atividades.

Palavras-chave: SPIILTN; Política Indigenista; Maranhão; Questão indígena; Projetos econômicos; Projetos políticos.

ABSTRACT

This research aimed to discuss the process of implementation of the Serviço de Proteção ao Índio e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPILTN) in the state of Maranhão in 1910. From the understanding that the operation and execution of the plan of actions provided by the guidelines of the organ was directly influenced by the articulated relationship between national and local development demands. Therefore, with this research we sought to locate Maranhão geopolitically, through a setback in time, making it possible to verify which economic and social trends were debated by political representatives and how this reality imposed some important aspects for the composition of the scenario of application of the indigenist policy in the state. This scenario is relevant to the observation of the delineation that Indigenism took in lands of Maranhão, making possible the articulation of an auxiliary association of the Indigenist agency, the Gonçalves Dias Crusade, responsible for engaging various sectors of the Maranhão society, specifically individuals considered to be the main ones by professional and political occupations, around the noble task of protecting the Indians, showing how the zeal with the so-called brothers of the jungle was a republican and positivist society project that in its formulation little considered the native dynamics. Although fully visible and active, when observed the Northwest of Maranhão, the region of Turiaçu-Gurupi on the border between Maranhão and Pará, understood as problematic from the eighteenth to the twentieth century for having as quilombolas and indigenous population contingents, among the latter, highlighting the Ka'apor occupying a fundamental place in the narratives about the SPILTN in the state. This exercise was made possible by reading and analyzing the official documents of the organ, located in the collection available virtually from the National Museum of the Indian, with the sections dedicated to the indigenous question and others, such as labor and economy, in several editions of Maranhão's periodicals, accessed through the digital archive of the National Library. In order to understand how the economic, political, and social projects interfered with the installation of the Service in Maranhão, and to know how it was received by civil society and by the indigenous peoples, the targets of the activities.

Keywords: SPILTN; Indigenist Policy; Maranhão; Indigenous Question; Economic Projects; Political Projects.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APEM: Arquivo Público do Estado do Maranhão

BPBL: Biblioteca Pública Benedito Leite

BN: Biblioteca Nacional

SPILTN: Serviço de Proteção aos Índios e a Localização dos Trabalhadores Nacionais

MAIC: Ministério da Agricultura Indústria e Comércio

IR-1: Inspeção Regional 1

IR-3: Inspeção Regional 3

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	8
CAPÍTULO 1: O NORTE NÃO FOI CORRESPONDIDO NA FRANQUEZA E ABNEGAÇÃO	23
1.1 O Maranhão na Bancada do Norte	26
1.2 As economias e as mentalidades amazônicas	34
1.3 O vislumbre da goma elástica, a precarização do trabalho e o SPILTN	43
1.3.1 A Inspeção Regional 3 e os negócios da borracha	53
CAPÍTULO 2: INDIGENISMO BRASILEIRO EM TERRAS MARANHENSES	63
2.1 O indianismo brasileiro	68
2.2 A inauguração e os fundamentos da Cruzada Gonçalves Dias	73
2.3 Um projeto republicano	83
2.3.1 O caso Edmar Rostand e o problema da civilização do silvícola	87
CAPÍTULO 3: TURIAÇU-GURUPI ENTRE AGÊNCIAS INDÍGENAS E PROJETOS DE TUTELA	95
3.1 “Os índios (e negros) que infestam este município”	101
3.1.1 Regatões	106
3.2 Os Ka’apor: uma horda de salteadores pintada de urucum	112
3.3 Pacificação em disputa	124
CONSIDERAÇÕES FINAIS	131

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Sentindo como brasileiro e maranhense, o elevado alcance moral e cívico que significa tão altruística instituição e, como sertanejo, bem de perto, a penosa condução dos nossos sempre martirizados patrícios das tabas - honra e carinhoso orgulho me é ver nas fileiras de tantos e abnegados patriotas que, ao vosso lado, ergueram e mantêm a gloriosa bandeira da redenção de uma raça, cujo sangue nos corre, caracterizando-nos as artérias.¹

Essas foram as afirmações do Inspetor Escolar de Barra do Corda, João de Almeida Rodrigues, registradas em carta enviada à Oscar Galvão quando juntou-se a um grupo de maranhenses organizados na missão de auxiliar a instalação Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais no estado (SPILTN), através da associação denominada Cruzada Gonçalves Dias. A declaração publicada em jornal parece sintetizar aquilo que a implantação da política indigenista representou para uma parcela da sociedade maranhense, “os ares de progresso”.

Desde que o sistema escravista, base da economia agroexportadora, foi abolido em 1888, a sociedade maranhense dizia estar por um longo tempo carecida dos ditos “ares do progresso”. Ademais, o advento da República foi responsável por desorganizar o trabalho agrícola e impor ao estado novas obrigações, segundo Jerônimo de Viveiros, historiador maranhense e descendente de escravocratas.

O historiador maranhense, como alguns dos contemporâneos, efetuou uma operação historiográfica sobre o estado pelo prisma da dicotomia prosperidade/decadência, tendo como marco da primeira à criação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, e a segunda pela crise da Abolição. A decadência foi tradicionalmente utilizada por intelectuais maranhenses como fator explicativo para as condições sociais do estado, mesmo em tempos mais contemporâneos do século XX.

Entretanto a ideologia da decadência marcante na historiografia maranhense, não é exclusividade, e mais, explicita um fenômeno social compartilhado em vários pontos da nação brasileira emergente: a insatisfação das elites ao “repentismo” como ocorreu a Abolição, propositalmente desconsideravam o histórico de políticas anteriores elaboradas, como a Lei de 1831(Feijó) e a Lei de 1850 (Eusébio de Queiroz) idealizadas para atenuar o rastro do tráfico transatlântico, medida indicativa de uma nova demanda do capitalismo industrial que pressupunha o rompimento parcial com a estrutura do escravismo moderno, sinalizando ser

¹“A Cruzada Gonçalves Dias”. Pacotilha (MA), 1912, Ed. 00009. Hemeroteca Digital: BN. Grifos nossos.

necessária a transição para uma outra forma de trabalho mais produtiva, mas não necessariamente menos precarizada.² À essa demanda mercantil, outros elementos devem ser acrescentados como a contestação da instituição da escravidão pelas inúmeras contestações internas articuladas por indivíduos escravizados contra o sistema exploratório.

Nesse sentido, no contexto brasileiro, como exemplo a Revolta dos Malês ocorrida em 1835 na cidade de Salvador (BA), considerada uma das mais relevantes para a historiografia sobre as populações negras escravizadas. E no caso da historiografia sobre as populações indígenas, cabe destacar as organizações em conflitos, como o ocorrido em Maranguape (CE), durante a década de 20 do século XIX, desencadeados pela instabilidade provocando o retorno forçado de D. João VI a Portugal, conectada às reivindicações que a Revolução do Porto representava.

Ao analisar esses conflitos, o historiador João Paulo Peixoto assinalou como as populações indígenas assentadas em povoações e vilas configuradas pelas premissas pombalinas interpretavam o retorno do Rei português à metrópole na década de 1820. Para os indígenas, a volta do monarca à Portugal e a possível emergência de uma Nova Constituição colocavam as suas liberdades em risco, sendo assim, organizaram-se em conflitos armados como os ocorridos Maranguape e onde deixaram de “suspirar pelas suas liberdades”.³ Evidenciando a explícita visibilidade da compreensão dos indígenas sobre os eventos históricos em que estavam envolvidos, além de indicar a precariedade da liberdade deles, exigindo muitos suspiros, nas mais variadas instâncias da empresa de colonização, desde os conflitos armados às reivindicações promovidas na justiça colonial como indicaram os estudos de André Ferreira e Maria Rosalina Bulcão.⁴

A verificação histórica dos “suspiros pela liberdade” ainda colocam uma questão: a melhoria das condições desses sujeitos jamais viria das classes dominantes, por isso, podemos inferir que a transição para uma “nova forma” de trabalho jamais teve como meta a

²Como assinalaram Marquese e Salles, a expansão do escravismo oitocentista ocorreu em um quadro mundial político e ideológico profundamente hostil à instituição, principalmente pelas amplas repercussões que os preceitos das Revoluções Francesa e Haitiana tiveram sobre as sociedades escravistas. Tendo os negros participado ativamente de processos como as guerras de independência, e assim libertaram-se por conta própria ou foram libertados, colocando em xeque a escravidão tanto pela participação ativa nesses acontecimentos e também pela ameaça que a escravidão representava nos novos países buscando construir uma ordem liberal. MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo. A escravidão no Brasil oitocentista: história e historiografia. In: Idem (Orgs). *Escravidão e capitalismo histórico no século XIX: Cuba, Brasil e Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

³ COSTA, João P. P. Não deixam de suspirar pela sua liberdade: motins de índios no Ceará e a formação do Estado do Brasil. *Almanack*, n. 21, Guarulhos, abr. 2019, p. 484-528.

⁴FERREIRA, André L. B. *Injustos cativos: os índios no Tribunal da Junta das Missões*. Belo Horizonte: Caravana, 2021; BULCÃO, Maria Rosalina. Criando Laços e Reinventando Famílias: Adaptações e Estratégias. *Faces da História*, Assis (SP), v. 7, n. 1, p. 50-74, jan-jun.2020.

emancipação política desses sujeitos trabalhadores. Como sujeitos racializados, indígenas e negros, continuaram a ser alvos de uma estrutura perversa operante e expressadas nas práticas das elites sociais, não apenas naquelas abertamente violentas como também naquelas transvestidas de bondade.

Ambos tipos de práticas tinham o mesmo *modus operandi*, partiam da desqualificação desses trabalhadores, buscavam sustentar a decadência pelo paradigma da falta, a “falta de braços”, “falta de terras por causa do gentio” e a “falta de conhecimentos técnicos”,⁵ como se os empecilhos para o considerado desenvolvimento fossem culpa dos sujeitos indígenas e negros, não a estrutura com abusos irracionais do trabalho humano e do território. Estrutura tornando pouco atrativo o convívio com a sociedade, sustentada pelas desigualdades e sem intenção de lhes inserirem como cidadãos. Antes, responsável por reforçar as inadequabilidades desses grupos, condenando-os às margens da sociedade ou os enquadrando num processo que visava suas transformações em uma massa homogênea, subordinada e exclusivamente útil para os anseios das elites, sendo no máximo classificados como cidadãos de segunda categoria.

A pesquisadora Fernanda Sposito ao refletir sobre as relações entre a cidadania e as populações indígenas no século XIX, observou que até a segunda década não havia nenhuma política efetiva de incorporação dos nativos à sociedade nacional emergente, deixando a situação vaga até o momento de transição para República.⁶ Nos primeiros anos da República que a combinação entre o ensino do amor ao trabalho e a civilização para “agremiação” do indígena à “civilização nacional” foi citada com mais força, sustentada pela ideia de transitoriedade indígena, ou seja, a partir do convívio com os “civilizados” (especificamente os “brancos”) os hábitos nativos seriam modificados e assim ocorreria a integração completa. Ou seja, mesmo quando “transformado” em trabalhador nacional, não era garantindo ao indígena – nem ao negro – a cidadania plena, pois apenas seriam considerados cidadãos brasileiros quando mais perto dos “brancos” estivessem.

As “faltas” desses foram frequentemente lembradas politicamente pelas elites como meio de colecionar recursos para os projetos econômicos individuais e algumas vezes coletivos, principalmente aqueles tendo como meta a exploração dos trabalhos de indígenas e negros compondo parte significativa dos contingentes populacionais rurais. Um desses

⁵ALMEIDA, Alfredo W. B. de. *Ideologia da decadência: leitura antropológica a uma história da agricultura do Maranhão*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Casa 8/ Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

⁶SPOSITO, Fernanda. *Nem cidadãos, nem brasileiros: indígenas na formação do Estado Nacional brasileiro e conflitos na Província de São Paulo (1822-1845)*. Dissertação (Mestrado), São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.

projetos certamente foi o SPILTN, por isso em todas as páginas da pesquisa realizada, nos referenciamos ao órgão da primeira forma como foi chamado, mesmo que alguns eventos mencionados estejam temporalmente localizados depois de 1918, quando a segunda parte da sigla responsável pela “Localização dos Trabalhadores Nacionais” foi institucionalmente retirada.

A retirada da segunda parte da sigla não afetou em nada a premissa da civilização pelo trabalho da agência indigenista, visto que estava estreitamente conectada com as necessidades do período: a modernização agrícola e a formação de uma classe trabalhadora nacional. Contudo, como indicou Alexandre Barbosa, as peculiaridades da modernização desigual do Brasil dificultou a inserção significativa da população rural nesse processo marcado por reinvenções pretéritas de subordinação social sob categorias de quase-assalariamento e quase-campesinato.⁷

O processo de imobilização de mão de obra foi dificultado por essas “novas velhas formas” de subordinação social, tendo a agência indigenista pretensão de resolver. Vale ressaltar que para os integrantes e simpatizantes do SPILTN, o elemento dificultador para imobilização da mão-de-obra não era a estrutura precária, mas sim certa “susceptibilidade” dos contingentes rurais ao nomadismo, condição interpretada como herança direta dos indígenas. Afinal de contas, os caipiras, os roceiros, os caboclos foram a gente em que se transformaram os “índios brasileiros”, transformação tida como inexorável e apenas finalizada quando deixassem de existir como grupos distintos.⁸ Sendo assim, fica evidente por que para maranhenses como João de Almeida Rodrigues era honroso e motivo de orgulho participar de uma missão auxiliadora da agência indigenista que pretendia “civilizar” a população habitante dos “sertões brasileiros” pelo ensino do “amor ao trabalho”.

Como órgão gerenciado diretamente pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC) se configurou como um dos esforços republicanos para organização do “mundo rural brasileiro” por meio daquilo indicado pelo próprio nome do órgão: a “proteção” dos indígenas e a formação de uma classe trabalhadora nacional, duas questões completamente imbricadas, e conectadas ao ideal de civilização próprio do contexto de transição entre o século XIX e XX, prevendo a formação de uma sociedade nacional homogênea, sem aspectos contraditórios custosos para a ordem e o distanciamento das

⁷BARBOSA, Alexandre de F. *A formação do mercado de trabalho no Brasil: da escravidão ao assalariamento*. Tese (Doutorado), UNICAMP: São Paulo, 2003.

⁸BARBOSA, Luiz B. H. *Pelo índio e pela sua proteção oficial*, 1947, p. 14.

máculas do escravismo moderno, responsável por desumanizar principalmente indivíduos negros, mas não exclusivamente.

Principalmente se admitirmos como a estrutura do sistema escravista atingiu simultaneamente as experiências indígenas, especificamente daqueles considerados como bravios aos quais foi legitimado o empreendimento de “guerras justas”. Ademais, ainda que as situações de negros e indígenas não fossem as mesmas juridicamente, pois a escravidão indígena foi legalmente proibida em 1750, os dois grupos foram alvos de racismo. O que impossibilitou a esses indivíduos racializados o reconhecimento como sujeitos de direitos e a compreensão que poderiam se tornar trabalhadores livres, dignos de serem remunerados justamente e beneficiados pelas “vantagens da sociedade civilizada”. O racismo contra indígenas e negros foi aquilo que os submeteu à muitas condições exploratórias durante a colonização, infelizmente, ainda realidade na atualidade como denunciam as muitas manchetes nos jornais sobre condições insalubres e desumanas de trabalho.

Por isso, é possível inferir que, embora discursassem, não eram as questões humanitárias as principais motivadoras da formulação de uma política indigenista por parte do Estado brasileiro, muito menos a expectativa de uma recepção positiva por parte da sociedade civil brasileira. O principal incentivo era: a possibilidade de afirmar o Brasil e cidadãos brasileiros (“os de primeira categoria”) como participantes de uma suposta evolução civilizatória, buscando assimilar indígenas e seus territórios por meio de suas transformações em elementos úteis para a expansão da fronteira agrícola.

Fica evidente então como as realidades objetiva e subjetiva devem ser tratadas de forma simultânea para a compreensão da política indigenista republicana, assim é que se torna relevante a lembrança de um dos sistemas filosóficos mais influentes na realidade brasileira, o Positivismo, responsável por entender o progresso como o destino final da humanidade. Com os preceitos positivistas, ocorreu a possibilidade da articulação de políticas agrícolas “mais racionais” e da solução humanista para a questão indígena que deveria resgatar os “irmãos da selva” da miséria e da violência, considerando a pauta desenvolvimentista de que pela civilização poderiam ser integrados à lógica do trabalho.⁹

Sobre essas políticas, Marcos J. Bhering afirmou que o MAIC, responsável por reorganizar a atividade agrícola como pasta em 1906, significou a retomada da institucionalidade das relações entre ciência e agricultura, sendo o Positivismo imprescindível para atribuir a esse movimento legitimidade ao atuar como repertório do pensamento das

⁹GAGLIARDI, José M. *O indígena e a República*. São Paulo: Editora Hucitec, 1989, p. 226-227.

elites agrárias brasileiras no início do século XX.¹⁰ Assim o Ministério se tornou um espaço no qual era valorizado um tipo de agricultura alternativa àquela estritamente baseada no latifúndio cafeeiro agroexportador, para uma diversificação de produção a fim de atender as demandas relacionadas à intensificação e ampliação de “mercados livres”, resultado da aceleração do capitalismo industrial.¹¹ Essa característica alternativa foi um projeto geralmente vinculado às elites que não integravam o pacto político da Primeira República, em particular as no Norte, onde estava inserido o Maranhão.¹²

Predominantemente rural, o estado se tornou um dos principais espaços onde foi debatida a modernização da agricultura por meio da ciência, não por acaso com um maranhense como principal articulador da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), o Deputado Christino Cruz, considerado o “pai da agricultura” no estado e também proponente da criação do próprio MAIC. Quando em setembro de 1902 propôs a criação do Ministério, argumentou que o poder federal não podia ser indiferente ao progresso da lavoura nacional, principal fonte de riqueza da nação e a “indústria master da união” girando ao redor “todos os grandes e altos interesses da Pátria”.¹³

Para o deputado maranhense e outros compondo a SNA, o progresso econômico nacional advinha diretamente da atividade agrícola, por isso uma das preocupações desse momento era levar a ciência para o meio rural para que a “vocação agrícola nacional” fosse bem aproveitada. A valorização da ciência e da racionalidade eram aspectos importantes da “ideologia do progresso para o campo”, foi assim que o interior do Brasil consolidou-se como lugar atrasado e carecido de gerência por parte do Estado,¹⁴ especificamente por abrigar populações indígenas compreendidas como se estivessem em estado da infância.

A compreensão dos povos indígenas como na infância, junto a valorização do conhecimento científico responsável pela articulação do MAIC, estava fortemente conectada com as influências positivistas atribuindo à sociedades em três estados: o teológico, o metafísico e o positivo. As populações indígenas habitantes do Brasil foram inseridas no

¹⁰BHERING, Marcos Jungmann. *Positivismo e Modernização: políticas e institutos científicos de Agricultura no Brasil (1909-1935)*. Tese (Doutorado), Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2008.

¹¹BHERING, 2008; BLACKBURN, Robin. Por que segunda escravidão? In: MARQUESE, Rafael; SALLES Ricardo (orgs.) *Escravidão e capitalismo histórico no século XIX: Cuba, Brasil e Estados Unidos*. 1.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 13-31

¹²Mesmo a SNA propondo uma produção agrícola alternativa àquela do setor cafeeiro, a Sociedade não deve ser vista como opositora definitiva do setor mormente concentrado no Sudeste do país, é alguns estudos sinalizaram a presença de cafeicultores exportadores como integrantes dela. Sendo assim, a ênfase na atuação da SNA não estava em se contrapor às elites do setor cafeeiro, mas sim propor a diversificação da agricultura para que as demandas além desse eixo também fosse contempladas.

¹³Annaes da Câmara dos Deputados (RJ) – 1900 a 1910, Ed. 0007. Hemeroteca Digital: BN.

¹⁴BARBOSA, Rodrigo Lins. *O Estado e a questão indígena: crimes e corrupção do SPI e na FUNAI (1964-1969)*. Dissertação (Mestrado), Recife: UFPE, 2016.

primeiro estado, especificamente na fase fetichista, pois ainda utilizavam da concepção de forças superiores como a Natureza para explicar as existências.

Discurso oficial do SPILT, a infantilização dos povos indígenas, nos relatórios do órgão era resultado da relação entre uma suposta imoralidade deles e as atribuídas dificuldades de discernimento frente aos projetos de educação da “civilização madrasta”, pois, como crianças facilmente se afeiçoavam a quase qualquer coisa.¹⁵ Por isso, quanto mais afastados da “sociedade madrasta” mais assimiláveis aos preceitos da religião da humanidade eram, sendo desta os principais representantes os funcionários e os simpatizantes da agência indigenista.

Percebendo-se que dentre esses os agentes (funcionários e simpatizantes) da política indigenista havia uma admissão que a ordem da sociedade positiva era resultado de uma relação harmônica entre estratos sociais desiguais. Para os agentes, existiam aqueles que conduziram a sociedade para o progresso e aqueles cuja função era apenas obedecer-lhes. Se isso era normalmente aceitável numa sociedade burguesa com trabalhadores idealmente inseridos plenamente na cidadania, imagina naquelas em que oficialmente legitimou-se a existência de sujeitos de segunda categoria, como eram compreendidos os indígenas?

Consequentemente, mesmo a política indigenista republicana sendo aparentemente simpática, não deixou de defender um ideal e projeto civilizatório desembocando não apenas em violências simbólicas, mas também físicas como indicam os estudos de Rodrigo Lins Barbosa e Amanda Gabriela Rocha Oliveira, nos quais usaram como fonte o Relatório Figueiredo, onde consta documentos e autos produzidos na Comissão Parlamentar de Inquérito organizada, em 1963, quando o Serviço de Proteção aos Índios foi acusado de muitas e várias irregularidades.¹⁶ A contradição foi um aspecto essencial para o funcionamento da política indigenista, por isso reconhecer os danos cometidos na aplicação, não nos impede de imaginar que caso nem existisse a aparência simpática do SPILT, o quadro de violência contra os indígenas seria muito mais encharcado de sangue, não tendo como freio nem sequer a desculpa da “bondade da civilização”.

Por essa perceptível contradição entendemos que o SPILT apesar de algumas premissas estruturais e perenes, simultaneamente esteve sob influências de regimes temporais e regionais bem específicos, a motivação dessa pesquisa. Ainda sobre as premissas estruturais, lembremos o debate público sobre a proteção dos indígenas. Tradicionalmente, ao falar-se

¹⁵Relatórios do MAIC, 1912, p. 125.

¹⁶BARBOSA, 2016; OLIVEIRA, Amanda G. R. *Povos indígenas e Ditaduras de Segurança Nacional no Cone Sul: o caso dos Kaingang no Rio Grande do Sul*. Dissertação (Mestrado), Porto Alegre: UFRGS, 2020.

sobre formação da política indigenista republicana, dois nomes são constantemente lembrados em oposição: Hermann von Ihering e Cândido Mariano Rondon. O primeiro foi Diretor do Museu Paulista, era afeito da seguinte opinião sobre os indígenas, em específico sobre os Kaingang habitantes no Oeste Paulista: “[eram] um empecilho para a colonização das regiões do sertão que habitam, parece que não há outro meio de que se possa lançar mão, se não o seu extermínio”.¹⁷

O segundo, um militar com influências positivistas e importante liderança no empreendimento, que posteriormente levou seu nome, a Comissão de Linhas Telegráficas atuantes nos “sertões” do Brasil, foi contra a proposição de Ihering, acusando de ser o Diretor movido por feroz egoísmo agindo contra “aspirações altruístas” de homens, como se entendia Rondon. Não apenas uma autoimagem criada individualmente, mas coletivamente, pois pertencia ao grupo de homens no qual também esteve incluído o maranhense Teixeira Mendes, crentes nos ensinamentos de Augusto Comte como solução para a questão indígena.¹⁸

Tanto os adeptos confessados da filosofia comtiana, quanto os simpatizantes da causa indígena em geral se enxergavam como responsáveis pela tarefa de elevar o indígena (em sentido genérico mesmo) do estado fetichista para o positivo, através da educação e da introdução “pacífica” e gradativa da cultura Ocidental. Transformando os indígenas em simples objetos de trabalhos assistencialistas que sobretudo falavam sobre si mesmos, sobre a “civilização” que pensavam representar, desconsiderando os valores socioculturais específicos daqueles.

Um evento ilustrativo foi a solenidade de inauguração da Inspetoria Regional 3 (IR-3). Ocorrida em março de 1911 e noticiada como festa encantadora, foi “alta a sua significação cívica”, pois testemunhou o acolhimento da sociedade maranhense ao SPILT, compreendido como “generosa ideia de levar aos irmãos ocultos no seio carinhos das matas, nos recessos dos sertões bravio, ao doce abrigo das florestas”, o abrigo de uma civilização que reconhecia os erros passados e naquele momento apoiava uma política remissória.¹⁹

O “apoio evidenciou-se materialmente na afluência espontânea da **nossa elite social** à sede da repartição, e manifestou-se, moralmente, nos aplausos que de todas as bocas se ouviam”.²⁰ Em outros trechos da mesma publicação existe indicação que pessoas de muitos estratos sociais estiveram no evento, contudo, com uma ênfase contínua sobre a aceitação do SPILT em meio a “elite social” maranhense, parecendo indicar a superioridade moral de

¹⁷Hermann Von Ihering *apud* GAGLIARDI, 1989, p. 72.

¹⁸GAGLIARDI, Op. Cit., 1989

¹⁹A proteção aos índios - A festa de ontem. Pacotilha, 1911, Ed. 00053. Hemeroteca Digital: BN.

²⁰Ibidem. Grifos nossos.

uma parcela muito específica dessa sociedade correspondendo geralmente homens públicos e famílias, vinculadas diretamente ou não à administração do estado.

Essa parcela, além de vinculada à administração, era responsável pela construção e disseminação de significados e símbolos. Não por acaso a citada matéria jornalística fez menção detalhada sobre os rituais realizados. Na primeira parte da cerimônia houve o içamento da Bandeira nacional por nada mais, nada menos que um homem chamado Miguel J. Pereira Ramos, reconhecido como descendente direto de Tupinambás e habitante em São José dos Índios. Logo após, como de praxe, ocorreu a execução do Hino Nacional. Cabendo lembrar que esses símbolos ainda estavam em processo de consolidação, pois tinham sido reconhecidos como nacionais há menos de um século e ainda eram motivos de disputas.²¹

Mais uma sessão de aplausos ocupou o recinto quando as efígies de José Bonifácio, Gonçalves Dias e de Rodolfo Miranda, então ministro do MAIC, foram erguidas pelo governador maranhense Luís Domingues. O culto cívico não acabou nesse momento, em sequência houve a leitura da “Canção do Tamoio” de Gonçalves Dias pela menina Ana de Souza que ao terminar entregou ao Tenente e Diretor da IR-3 Pedro Dantas, uma flecha e um arco junto, dizendo: “Sr. inspetor, não é uma ameaça, eis aqui a sua flecha”. Em seguida, também se direcionou à esposa do tenente a quem confiou a “lira do poeta”, momento marcante e calorosamente celebrado por todos os presentes.

A festa de inauguração durou o dia inteiro. Durante a tarde o salão nobre do palácio da sede do Governo recebeu um seleto grupo de senhoras e cavalheiros. Importante dizer que neste momento não se dispensou mais tempo com a apresentação dos símbolos nacionais ou com a presença de algum indígena, evidenciando a quem importava de imediato a implantação de uma política indigenista. Foi esse público específico para o qual Pedro Dantas “abriu seu coração”, parecendo querer compartilhar com os pares e semelhantes os sentimentos de profunda gratidão, além de requerer, aquilo que parecia ser exclusividade daquele grupo: “o indispensável compromisso intelectual” para lhe auxiliar na missão que tinha ido cumprir no Maranhão.

Ao seu ver, e tentava convencer aquele público do mesmo, o SPILTIN tratava-se da “maior relevância política e moral, o qual vinha afinal preencher nobres e antigos votos do glorioso Patriarca”, José Bonifácio, além de atestar o quão eram o mesmo e aquelas pessoas civilizadas, pois minimamente reconheciam, através da consciência, os erros que foram responsáveis por submeter as vidas indígenas às mais estranhas iniquidades, que faziam da

²¹MILTON, Luís. *A história dos símbolos nacionais*. Edições do Senado Federal, v. 47. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

“história da colonização da América um dos espetáculos mais aflitivos do passado”.²² O termo “aflitivos” sendo um eufemismo deliberadamente utilizado por Dantas para evitar a palavra “horror” ou outras no mesmo sentido, pois a constatação de comportamentos violentos por parte daqueles que os antecederam parecia ser pouco palatável.

A conexão com o passado foi importante para narrativa de Pedro Dantas, onde observamos que ao mesmo tempo, tentava se desviar dele e usá-lo como modelo para as novas práticas em relação aos indígenas e os trabalhadores nacionais, demonstrando a flexibilidade do sentido de um fato passado que, como escreveu Hobsbawn algumas vezes, representa um vinho novo, pelo menos na forma, vertido em velhos recipientes.²³ Ou seja, a intenção de políticas como era o SPILTIN não era corrigir os erros do passado a partir da transformação da estrutura colonial racista, mas renovar superficialmente as relações étnico-sociais e representar o Brasil como um país harmônico, ordeiro e, sobretudo uno como sugeriu Luís Horta Barbosa:

Pois bem, essa dupla incorporação [“do índio e do proletariado”], uma certamente mais profunda e trabalhosa do que a outra, **mas ambas visando o mesmo ideal de justiça e de grandeza moral, que redundarão infalivelmente no aumento, mal entrevisto agora, da prosperidade material da nossa Pátria**, esse duplo e magno problema foi abordado no alvorecer da nossa emancipação política pelo sábio estadista que inspirado por um esclarecido e prudente patriotismo, o levou a bom sem que fosse míster, **graças aos seus esforços, romper a unidade do povo brasileiro, tantas vezes ameaçadas**.²⁴

O trecho acima deixa evidente que era pela grandeza moral, a prosperidade material e a unidade do povo brasileiro que deveriam se pautar os funcionários e os simpatizantes da política indigenista. Tudo fazia referência aos projetos de sociedade coletivamente e “civilizadamente” pensados, os quais não incluíam plenamente os grupos de trabalhadores, pois, em sua maioria, era constituídos por indígenas e negros, considerados como “insuficientemente civilizados” e por isso tendo desconsiderado seus sistemas de línguas e de pensamentos.²⁵ Assim caracterizamos o SPILTIN, como um projeto de sociedade externo às organizações indígenas, correspondendo mais aos anseios relacionados ao *status* de civilização do que realmente reconhecê-las.

Correspondência visível quando analisamos o acolhimento da política indigenista por parte dos maranhenses. Além daquilo que expusemos, a implantação do SPILTIN no Maranhão reconhecida como componente importante para a conexão entre a identidade

²²A proteção aos índios - A festa de ontem. Pacotilha, 1911, Ed. 00053. Hemeroteca Digital: BN.

²³HOBSBAWN, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 23.

²⁴A proteção aos índios - A festa de ontem. Pacotilha, 1911, Ed. 00053. Hemeroteca Digital: BN. Grifos nossos.

²⁵SMITH, Linda T. *Descolonizando metodologias: pesquisas e povos indígenas*. Curitiba: Ed. UFPR, 2018, p. 41.

regional e nacional, pois era compreendida como uma forma de tornar o sentimento simultâneo de “ser maranhense e brasileiro” uma realidade. A partir das reflexões sobre esse reconhecimento elaboramos esta dissertação, buscando compreender como a combinação entre fatores locais e gerais foram relevantes nas dinâmicas da agência indigenista, justificando o uso da primeira parte da fala de João de Almeida Rodrigues como o título desta pesquisa.

A respectiva pesquisa teve como objetivo contribuir para discussões sobre o processo de inclusão da história indígena e sobre os indígenas na historiografia maranhense, essa que, por sua vez, tem emergido em cenário nacional como fomentadora de novas questões sobre a conformação social, econômica e política do país, produzindo reflexões históricas além do eixo Rio de Janeiro-São Paulo e da temporalidade colonial à qual a importância parecia estar restringida.

A análise sobre a implantação da política indigenista no Maranhão permite-nos penetrar a ideologia indigenista elaborada no século XX, de caráter oficial e leiga como um sistema de representações responsáveis por codificar a ação do SPILTIN explicitamente colonizadora e assimilacionista, que buscava a eliminação das especificidades dos povos indígenas, desconsiderando os seus anos de resistência e de luta pela possibilidade de terem o seu direito à diferença reconhecido.

Tendo como perspectiva a problematização da dualidade colonizador/colonizado, compreendendo que essa dualidade “não contempla a complexidade das relações de poder”.²⁶ E do mesmo modo que a dualidade anterior não é suficiente para contemplar as relações, a dualidade tutor/tutelado também não, por mais que seja o Estado operador do poder tutelar imediato, responsável por atuar nos espaços e produzir representações mediante a identificação, nomeação e delimitação sobre o que é tomado como insuficiente.²⁷ Por isso observamos, a admissão que é o Estado o principal operador do *poder tutelar* não deve perder de vista duas questões: a) a assimetria de poder nas relações entre povos indígenas e Estado; b) a mobilidade, ainda que limitada, dos povos indígenas nessas relações.

Portanto, é a sério que se leva a sugestão da pesquisadora maori Linda Tuhiwai Smith de que para desentranhar um conjunto de reações é preciso com frequência desconectar e desarmar as diferentes partes delas que se constituem em diferentes graus de oposição²⁸. Tarefa árdua para se cumprir, quando a documentação desta pesquisa foi produzida por

²⁶SMITH, 2021, p. 40

²⁷LIMA, Antonio C. S. O exercício da tutela sobre os povos indígenas: considerações para o entendimento das políticas indigenistas no Brasil Contemporâneo. *Revista De Antropologia*, 55(2). p. 784

²⁸SMITH, 2021

personagens externos, simpatizantes ou não, aos povos indígenas. Ter como fontes relatórios de órgãos oficiais, discursos políticos, obras literárias, etnográficas e jornais, nenhum produzido por indígenas, muitas vezes dificultou a compreensão das posições dos nativos nos diferentes graus de oposição.

Felizmente dificultou, não impediu! Com a ampliação das produções sobre as populações indígenas, na década de 1990, momento quando a história indígena começou a se consolidar como campo, alguns métodos foram aprimorados e tornou este estudo possível. Um deles é a etno-história, resultado das aproximações entre a Ciência Histórica e as Sociais, possibilitou a historiadores, antropólogos, arqueólogos e até linguistas acessarem os universos simbólicos indígenas, mesmo em documentações não produzidas pelos nativos.

A etno-história como método interdisciplinar foi indicado para a “desideologização das fontes”, como observou Bartomeu Meliá,²⁹ desse modo possibilitando acessar as historicidades semânticas dos universos indígenas, nas modalidades contínuas e descontínuas. Assim foi que nosso estudo não deixou o horizonte sinalizado por John Manuel Monteiro e recorrentemente reproduzido por historiadores especialistas n história indígena, que a inclusão dos indígenas na História, resultaria na reescrita de páginas inteiras da história do país. Servindo para contestar a frequente desumanização promovida contra os nativos, que por anos, dia após dia vêm afirmando não apenas as suas humanidades, mas em defesa de outras, com “ideias para adiar o fim do mundo”.

Nessa perspectiva, nos posicionamos como parceria nas mobilizações indígenas, buscando inicialmente desnaturalizar as inúmeras violências promovidas. Com o cuidado de não torná-los ou reduzi-los à simples vítimas, pois foi impulsionado nas mobilizações contra a colonização e a colonialidade que o próprio campo da história indígena surgiu, não vendo os indígenas como meros objetos científicos, mas como sujeitos da/na própria história. História que junto à dos povos negros, mulheres, crianças, pessoas LGBTQIAP+, pessoas com deficiência, trabalhadores e trabalhadoras se constitui como alternativa histórica.

Depois dessas observações mais gerais, comentaremos brevemente como foi a divisão dos três capítulos nesse estudo. O primeiro intitulado “O Norte não correspondido na franqueza e abnegação” teve como finalidade refletir sobre as condições e circunstâncias para a implantação do SPILTN no estado do Maranhão, refletindo sobre questões geopolíticas, econômicas e sociais compondo o cenário desse processo.

²⁹MELIÁ *apud* CAVALCANTE, Thiago L. V. Etno-história e história indígena: questões sobre conceitos, métodos e relevância da pesquisa. *História*. São Paulo, v. 30, n.1, p. 349-371, jan/jun. 1911.

Para elaboração deste capítulo tivemos que compreender como a conformação geográfica do país, depois da implementação do federalismo, delineou as disputas de poder político e econômico entre as regiões que aos poucos foram sendo estabelecidas, demarcando e acentuando algumas diferenças. As bibliografias sobre os regionalismos e documentações de reuniões oficiais do Congresso demonstram como o poder foi dividido desigualmente, criando uma demanda para que estados como Maranhão organizassem-se em coligações como a denominada Bancada do Norte.

O objetivo dessa coligação era assegurar políticas incentivando o desenvolvimento econômico de seus territórios, assim as pautas normalmente eram em torno de questões como a implementação do federalismo, onde estaria assegurada a autonomia administrativa dos estados pelo próprio poder federal; o incentivo à liberdade comercial, a partir da diminuição de impostos na importação e exportação e o desenvolvimento da produção agrícola. Essa última destacada nesta pesquisa que analisou um órgão diretamente vinculado à necessidade de modernização agrícola, especificamente nos lugares considerados afastados do poder central, como eram classificados alguns estados do Norte.

Como explicitado no capítulo em questão, a identificação Norte correspondia à uma ideia genérica de regionalização, e sob essa justificativa aproximamos a realidade maranhense da realidade amazonense, admitindo que os representantes econômicos e políticos compartilhavam de uma mentalidade comum, conformada a partir de aspectos físicos (naturais) e populacionais semelhantes, além, obviamente da experiência geral que conformou o “mundo do trabalho brasileiro” a partir da vinculação com as heranças da escravidão.

Nesse sentido, nos detivemos ao deslumbre nos negócios da borracha, comum às elites dos dois estados, por demonstrarem nas economias lucros inicialmente promissores, possibilitando que a estrutura precarizada de trabalho continuasse funcionando, principalmente quando boa parte da mão-de-obra era composta de indígenas e negros, ao mesmo passo que os proprietários se constituíam de homens diretamente vinculados à administração do estado. Aspectos relevantes na análise da implementação da política indigenista no Maranhão.

No segundo capítulo “Indigenismo em Terras Maranhenses”, buscamos discutir o processo de aplicação do indigenismo em um contexto global no Brasil. Considerando a “coincidência” de ambas influenciadas por ideias positivistas, além de gestadas a partir de aspectos socioculturais fortemente conectados com as produções literárias de autores considerados ícones nacionais. Longe de realizar uma análise aprofundada, brevemente efetuamos o indicado por Roger Chartier: a consideração do sentido dos textos “como o

resultado de uma negociação ou transações entre a invenção literária e os discursos ou práticas do mundo que buscam, ao mesmo tempo, os materiais e matrizes da criação estética e as condições de sua possível compreensão”.³⁰

A consideração desses sentidos possibilitou acessar a dimensão cultural e sociopolítica indigenista, favorecendo traçar as crenças impulsionadoras que levaram uma parcela a sair em favor do SPILTN, organizando-se na associação Cruzada Gonçalves Dias. Associação responsável por tentar difundir a importância da proteção dos indígenas como uma espécie de costume tradicionalmente praticado. Por sua vez, inventando tradições, a partir da reverenciação de figuras como José Bonifácio e o poeta Gonçalves Dias como precursores de atitudes simpáticas aos indígenas. O objetivo era inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, implicando automaticamente uma relação de continuidade com o passado.³¹

Outro aspecto importante neste capítulo foi a verificação de contradições, e portanto, dos limites da proteção dos indígenas como uma “tradição”, entre participantes de uma associação com um mesmo projeto: servir como auxiliar do SPILTN no Maranhão. A partir do caso Edmar Rostand, declarado como ex-sócio da Cruzada Gonçalves Dias, percebemos como as subjetividades e as especificidades de um indivíduo foram relevantes para a execução de um projeto cultural, observação nos estudos como o de Gilberto Velho, que apesar de refletirem sobre contextos mais contemporâneos, possibilitaram subsídios teóricos para entender a cultura como uma rede de significados.

A observação de Gilberto Velho é adequada e aplicável para análise das sociedades indígenas, mesmo quando a fez a partir da premissa de que no caso de “grupos tribais” a cultura exista com certa homogeneidade. Desconsiderando esse aspecto teórico e admitindo a interferência de eventos da modernização nas organizações indígenas é que, no terceiro capítulo Turiaçu-Gurupi entre agências indígenas e projetos de tutela, se deu ênfase às redes de significados indígenas, que certamente se formaram a partir de elemento como a relação com o território, o histórico das relações étnico raciais e também das experiências acumuladas pelos diversos projetos de tutela empreendidos na região do Turiaçu-Gurupi.

A partir de um recuo temporal, notamos que além do Noroeste maranhense ter sido a primeira região do estado a receber as atividades do SPILTN, para pacificar os “mais temidos indígenas do Maranhão”, que atrapalhavam o chamado desenvolvimento do “maior distrito agrícola”, a agência indigenista não foi o primeiro empreendimento com as mesmas intenções

³⁰CHARTIER, Roger. *Literatura e História. Topoi*, Rio de Janeiro, n.1, p. 197-216.

³¹HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

no local. Como lugar de fronteira entre o Maranhão e o Pará provocava preocupação às administrações de ambos os estados, por isso no fim da década de 1870 recebeu instalações de uma Colônia Militar.

Como será visto, a instalação pretendia resolver os problemas enfrentados pelos particulares e o Governo com a presença de populações indígenas e negras a “infestarem” a região. Os relatórios sobre esse empreendimento que classificamos como tutelar são importantes para observarmos as proximidades e distanciamentos da história indígena e negras no território maranhense, sugerindo relações fraternais e até hostis entre os mesmos. Não apenas entre indígenas e negros, mas também entre indígenas e indígenas. Relações que delinearão e condicionaram o funcionamento das políticas tutelares do SPILT.

Diante das informações coligidas em jornais, disponíveis digitalmente na Hemeroteca Nacional, percebemos que a agência indigenista contou com a participação de funcionários, membros da associação Cruzada Gonçalves Dias, indígenas e possivelmente negros nas atividades empreendidas contra Ka'aapor, ou como pejorativamente denominados, Urubus. Tidos como os mais perigosos e mais violentos, parecidos com os Kaingang no Oeste Paulista, foram prioridade da agência indigenista e pela história tradicional sobre a região “pacificados” em 1928. Evento tratado como marcador de uma transformação profunda nas relações entre os Ka'aapor e o Estado, entendimento senão contestado, minimamente problematizado em nossas reflexões.

CAPÍTULO 1: O NORTE NÃO FOI CORRESPONDIDO NA FRANQUEZA E ABNEGAÇÃO

Um dos nossos objetivos de pesquisa foi compreender as condições contribuindo para a implantação do Serviço de Proteção aos Índios e a Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPILTN) no Maranhão. Para além da obviedade do caráter nacional da política indigenista no período republicano, foi importante notar que o funcionamento de inspetorias da agência indigenista, em diversas áreas do país esteve conectado com as realidades regionais.

Desse modo, para entender a difusão da política indigenista como resultado de uma relação dialética entre o regional e o nacional, nos debruçamos a seguir sobre o fato do estado do Maranhão ser integrante da denominada Bancada do Norte no Congresso Nacional, coligação política formada por parlamentares de estados como Rio Grande do Norte, Paraíba, Bahia, Alagoas, Pará, Piauí e, notadamente, o Maranhão.

A existência dessa articulação política possivelmente teve como objetivo principal a mobilização de políticas por parte do Governo Federal em favor da região Norte do país, considerada abandonada pelos representantes em vários momentos como veremos em seguida. Antes, porém, são necessárias algumas ponderações, sendo a primeira delas sobre o espaço configurado como aspecto importante da trama, por ser constituído de historicidade, pois não é imutável e se modificando a depender das relações subjetivas dos sujeitos entre si e com o próprio espaço.

Como observado, “os espaços nascem da adoção de posturas, desde corporais até políticas e estéticas”.³² Neste estudo, principalmente as posturas políticas nos interessam, questão que pretendemos elucidar no decorrer do capítulo. Outra ponderação importante é acerca das seguintes expressões: “estados do norte”, “região norte” e “extremo- norte”.

Para compreensão das três expressões, partimos do princípio que naquele período o “norte” tinha um sentido amplo e mais genérico do que atualmente, abrangendo não apenas o que conhecemos como norte a partir da regionalização atual, incluindo também o Nordeste do país. “Para os homens do Império, e em grande parte da República Velha, a geografia regional do Brasil era simples: havia as províncias, depois estados, do Norte, do Amazonas à Bahia, e as províncias, depois dos estados do Sul, Espírito Santo ao Rio Grande”.³³ Portanto, a interpretação do Maranhão no bojo dessa expressão além de histórica – por ser anterior à

³²ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval M. Zonas de Encrenca: algumas reflexões sobre poder e espaços. In: *Nos Destinos de Fronteira: História, espaços e identidade regional*. Recife: Edições Bagaço, 2008, p. 73

³³MELLO, Evaldo Cabral de. O Norte Agrário e o Império MELLO, Evaldo C. de. *O Norte Agrário e o Império (1871-1889)*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira/Pró-Mentoria Instituto Nacional do Livro, 1984.

nossa escrita –, é, sobretudo, teórica-metodológica, entendida a partir dos usos no passado e no presente, quando escrevemos o texto dessa Dissertação.

O Norte em nossa análise compreendido como categoria política, sendo assim, muito mais do que a identificação de um espaço, compreendido pela noção de posição, “sempre como estando investido de uma estratégia, da tomada de um lugar de onde se busca alcançar um objetivo, provocar um efeito, mirar um alvo”.³⁴ Por isso, consideramos a diversidade de vozes falando a respeito e capazes de elaborar espaços diversos. O significando dizer: um mesmo espaço pode ter variadas maneiras de ser apresentado, possibilitando a existência de diversas representações e imaginários distintos sobre um mesmo lugar.

Para nos auxiliar no entendimento das possibilidades de significados da representação “Norte” no momento de transição entre os séculos XIX e XX, recorreremos à obra de Evaldo de Melo, *O Norte Agrário e o Império* (1871-1889),³⁵ publicada em 1984, nesta o autor debateu a existência de dois Nortes: o “velho norte agrário” do Maranhão ao Recôncavo baiano e o “novo norte”, amazônico compreendendo os estados do Amazonas e Pará. O autor promoveu essa distinção a partir da análise das produções de cada lugar, correspondendo o Velho Norte às áreas especializadas no fabrico de açúcar e no cultivo de algodão, enquanto o Novo Norte na extração da borracha amazônica.

Ainda que em nosso estudo não operemos a partir dessa distinção, estarmos ciente dela sendo importante porque evidencia a complexidade da categoria Norte. Além disso, deixa evidente a importância dos sistemas de produção nos momentos de distinção, utilizados como chave argumentativa especificamente quando as regiões Norte e Sul são colocadas em oposição, como se referiu o autor através da citação de discursos públicos e, até secretos, como o de um grande proprietário chamado Sebastião Antônio de Accioly Lins que, em 1887, no diário pessoal segredou:

O Governo e representantes - escrevia o barão no silêncio da casa-grande do seu engenho de Sirinhaém - são indiferentes aos males que afligem especialmente ao norte do Império, quando o açúcar, o algodão e a aguardente têm atingido preços tão mínimos, e os gêneros que consome conservam preços altos e firmes. O café tem subido e sustentado há muito o preço elevado e tanto bastante [sic] para que o Governo e os do sul considerem-se em marés de rosa, e pouco se dêem que os do norte se aniquilem por inanição.³⁶

Nossa análise, diferente da realizada por Evaldo Cabral, não considerou a existência desses dois “nortes”, antes, tivemos intenção de compreender como a realidade de um dos estados do chamado “velho Norte”, o Maranhão, se aproximava das dinâmicas vividas pelos

³⁴ALBUQUERQUE JÚNIOR, p. 72

³⁵MELLO, 1984.

³⁶Ibidem, p. 14

estados do “novo Norte”, o Amazonas e o Pará, ou como citado na documentação estudada, os estados do Extremo-Norte. Neste estudo, portanto, quando utilizarmos esta última citação, nos referenciamos especificamente aos estados vizinhos do Maranhão, Pará e Amazonas. Região Norte e estados do Norte corresponderá diretamente à noção genérica e ampla desse período, por englobar o Norte-Nordeste como conhecemos na atualidade.

Ainda uma observação sobre os estados do Extremo-Norte é que, eventualmente, os chamaremos de estados amazônicos, mesmo com indícios que a noção de região amazônica não fosse disseminada no fim do século XIX, sendo expressões como “vastos horizontes da Amazônia” estranhas quando proferidas.³⁷ Quanto ao modo de entender a oposição entre Norte e Sul enfatizamos que a dicotomia aparente é, em boa parte, mais fruto dos discursos do que necessariamente das realidades materiais. Discursos, ao nosso ver, utilizados como motivadores da implementação de políticas como as do SPILT, especificamente, mas não exclusivamente no Norte do país. Principalmente porque a política ao prever o avanço da fronteira agrícola despertou interesses de segmentos sociais de origens oligárquicas, os quais constantemente suplantaram os interesses de proteção do órgão em favor dos intentos de explorar os sujeitos indígenas e os territórios.³⁸

Tal suplantação ocorreu visivelmente em estados do Norte como o Maranhão e demais estados como Acre, Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, lugares onde houve visíveis articulações para instalação de Inspetorias Regionais em seus territórios.

Observamos a partir do caso maranhense, em paralelo aos casos amazonense e paraense, que as narrativas políticas sobre a vocação agrícola e no caso deste capítulo em questão, a posição geopolítica no Norte do país foram artifícios retóricos justificadores para implementação de políticas federais, inclusive a política indigenista republicana no estado, o SPILT.

1.1 O Maranhão na Bancada do Norte

O antropólogo Ruben George Oliven assinalou que a Proclamação da República desencadeou um processo de descentralização, momento quando o regionalismo brasileiro se fortaleceu pelo desenvolvimento “embrionário e desigual de relações de produção capitalistas

³⁷MELLO, 1984.

³⁸AMORIM, Liana R. O Serviço de Proteção ao Índio e a Localização do Trabalhador Nacional e a Ideia de um novo culto ao Maranhão. Monografia (Graduação), São Luís: UEMA, 2019.

e da constante importância da agricultura de exportação”, que favoreceu a aliança da burguesia emergente com as elites tradicionais.³⁹ Não apenas como modo de complementarem uma a outra, mas, principalmente, para garantir à primeira a ocupação de lugares de poder.

Sendo assim, apesar das alianças entre a burguesia brasileira emergente e as elites tradicionais, estando estas últimas geralmente localizadas nas regiões “mais atrasadas” – como era entendido o Norte –, frente ao movimento do capital internacional, as dissidências políticas eram constantes. Exemplos dessas dissidências são citados nos discursos que analisaremos, trechos nos Anais do Congresso Nacional e também em outros tantos momentos quando se almejava à políticas comuns a fim de garantir a integração nacional.

Sem tratar de forma aprofundada sobre os debates da formação do federalismo, é perceptível como parte dos deputados federais dos estados do Norte acreditava ser este o melhor sistema político. Isso porque, para alguns, o “sentimento federalista” na região era uma realidade, pois a aparente fraqueza ou atraso nada era mais do que consequência de um abandono praticado desde os tempos imperiais. Uma afirmação que pode ser tomada como exemplo desse sentimento foi o discurso de Hosanna, Deputado da Província do Amazonas, durante a Assembleia de 20 de setembro de 1888.

O discurso amazonense equivalia a questão da abolição ao do federalismo para a nação brasileira, segundo o parlamentar, a implementação de ambas serviria como garantia do engrandecimento brasileiro:

A Federação das Províncias é também uma das ideias, que deve pertencer à nação inteira, porque as províncias estão esmagadas, não têm a liberdade precisa para poderem progredir e arrancar a senda do progresso, e, portanto, é uma ideia de todos os brasileiros, que querem o progresso do país, o progresso da nação, é uma ideia de salvação pública: dê-se pois a cada província a precisa autonomia para que possa caminhar para o seu engrandecimento. Sr. Presidente, essas ideias devem pertencer à nação e não ao Partido Liberal ou Partido Conservador. Querer que uma ideia grandiosa como esta pertença a um só dos partidos políticos, é querer pôr um cravo na roda do progresso, é querer retardar a reivindicação dos nossos direitos políticos consagrados, ao ato adicional, que deve ser a nossa bandeira.⁴⁰

Além desse, outro relato é ilustrativo e com evidente as raízes do sentimento federalista. Na Assembleia Constituinte de 1891, o Deputado Nina Ribeiro representante do Pará declarou que o Império apenas se preocupou com o engrandecimento do sul, “havia toda

³⁹OLIVEN, Ruben George. O nacional e o regional na construção da identidade brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, n.2, 1986, pp. 01-08.

⁴⁰AMAZONAS. Annaes da Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas. Primeira Sessão do Biênio 1888-1889, p. 82.

a vida do norte, que apertado nas cadeias de ferro uma centralização asfixiante fez escoar seus vastos recursos em favor e único proveito dos estados do sul”.⁴¹

No início da Primeira República, havia uma dualidade persistente entre as regiões do país citadas nos discursos com frequências. Essa dualidade contribuiu para o reforço do imaginário do Norte como região atrasada, carente de recursos e, em certa medida, insuficiente. Importante sinalizar que esse imaginário não apenas caracterizava as administrações das unidades federativas da região, mas, se estendia aos contingentes populacionais. Sobretudo, aos indígenas.

Não nos detendo ainda especificamente sobre a caracterização social e populacional, sigamos e tentando compreender sobre as questões mais amplas da administração. A imigração estrangeira indubitavelmente foi um dos temas mais debatidos na Assembleia Constituinte de 1891, o movimento migratório de estrangeiros intensificado pelo momento de Abolição da escravidão àquela altura não tinha alcançado grandes resultados para Região Norte. As explicações geralmente para o “insucesso” da imigração estrangeira na região eram a insuficiência de recursos para criação de incentivos para os imigrantes e o clima pouco atrativo, situação dificultando o momento de organização administrativa dos estados, pois para esse processo era imprescindível as finanças regionais. Ramiro Barcelos, Senador pelo Rio Grande do Sul no Congresso da Constituinte, observou que a prosperidade do Norte e do Sul eram significativamente díspares.

O Norte não ocupava uma condição favorável naquela conjuntura, condição para a formação da chamada Bancada do Norte. Em muitos discursos sobre a região além da escassez de recursos citada, os “filhos do Norte” eram tidos como incompetentes principalmente em desenvolver as riquezas naturais dos respectivos estados. Os representantes da região eram reputados como incapazes nas questões administrativas e até mesmo morais.

Embora não tenha acontecido na época da Constituinte, um episódio envolvendo o chefe do Executivo maranhense, Luís Domingues (1910-1914), ilustrou bem como as visões pessimistas sobre a região eram contínuas e longevas. Quando em posse do Governo do Maranhão, em 1910, o ex-Deputado federal e “filho nobre do Turiaçu”, foi aclamado como aquele que renderia ao estado um “novo culto” e motivos para renovação do orgulho maranhense. Entretanto, no quarto e último ano do mandato, a insatisfação com o governo era evidente e se transformou em chamativas e tendenciosas manchetes de jornais.

⁴¹RIO DE JANEIRO. Annaes do Congresso Nacional. Nina Ribeiro sobre a Organização dos Estados na 28ª Sessão do Congresso Nacional Constituinte, p. 322.

A despeito dos motivos de descontentamento com o governo de Domingues, na edição de 21 de janeiro de 1914, em sessão de telegramas do Rio de Janeiro, um dos críticos do Governador explicitava como era corriqueiro que o Norte tivesse como administradores pessoas imorais e descompromissadas: “O Norte tem tido dilapidadores da sua fortuna a gerir as coisas públicas; faltava um herói de *vaudeville*⁴². Ele apareceu agora, na figura desse governador que se entrega a conquistas ignominiosas”.

Neste breve trecho se percebe como as ideias de atraso e Norte, ou melhor, do Norte como atrasado estava intimamente conectado com uma imoralidade ou incompetência que era própria, para não dizer, natural ou essencial da região e dos habitantes. Certamente não estavam de acordo os “filhos do Norte”, especialmente, os maranhenses, visto que acreditavam merecer “um lugar no convívio dos povos mais adiantados, graças à boa índole dos seus filhos, sempre ávidos dos nobres cometimentos”.⁴³

Entretanto, observamos como este aspecto do imaginário sobre as regiões setentrionais do país estava conectado com a manipulação – não no sentido de deturpação, mas de manuseio, fossem pelos próprios “filhos do Norte” ou pelos *outros* nos estados do Sul. Para os “filhos do Norte” o sentimento de atraso era interpretado como consequência do suposto abandono da região promovido pelo Governo Federal, por isso era utilizado como forma para reivindicações. Como evidente no trecho a seguir:

A coligação das bancadas do Norte no Congresso Nacional em defesa dessa região do Brasil no orçamento da República, é de merecer os aplausos não só dos nortistas, como de todo bom brasileiro, porque é um movimento de patriotismo e de dignidade.

[...]

Desde que, porém, o Norte não foi correspondido na franqueza e abnegação com que sempre contribuiu para o progresso do país, aquele movimento se impunha, antes do mais, como um dever de lealdade (sic) das representações nortistas para com seus estados.⁴⁴

O trecho acima foi retirado de um telegrama escrito pelo já mencionado Governador do Maranhão, em 1910, Luís Domingues, enviado ao senador e deputado, Urbano Santos e Costa Rodrigues, respectivamente. Ao que parece, mesmo após alguns anos da Constituinte, a

⁴²Vaudeville foi um gênero teatral e musical originado na França no século XVIII, com significativa disseminação na sociedade fluminense durante a década de 1840, com duas companhias francesas, se configurava como uma espécie de espetáculo popular incluindo salas de concerto, apresentações de cantores populares, circos de horror, etc. Inicialmente não era recomendado para as famílias, somente para os homens pela corriqueira linguagem considerada grosseira e obscena. Para saber mais: INACIO, Denise Scandaroll. *Cenas esquecidas ou Vaudeville, ópera-comique e a transformação do teatro no Rio de Janeiro, dos anos de 1840*. Tese (doutorado). Campinas: UNICAMP, 2013.

⁴³Diário do Maranhão (MA), 1906, Ed. 09877. Hemeroteca Digital: BN.

⁴⁴Correio da Tarde, 1910, Ed. 00174. Hemeroteca Digital: BN. Grifos nossos.

região ainda penava pela falta de recursos. A Bancada do Norte como coligação visava a transformação de sua posição no orçamento do país.

Em outra parte da mesma correspondência, Domingues enfatizou a uma das poucas atuações do Governo Federal no estado do Maranhão, lamentando as dificuldades lembrou:

Aqui no Maranhão, do Oceano ao Tocantins e do Parnaíba ao Gurupi, de vestígio do governo federal no aproveitamento de nossa fabulosa riqueza natural só se encontra a estrada férrea de São Luís a Caxias, essa mesma ainda em discussão de êxito e até de traçados.

A enorme bacia que nos servia de porto já virou canal, pelo acúmulo de areais desde a fundação da Cidade. **De nosso clima já se chegou a dizer que não comporta imigração estrangeira, como se quase todos nós não descendêssemos de portugueses, e se os franceses e holandeses só à bala não fossem expelidos daqui, como dominadores, não tempo colonial.**

E no entanto, não foi senão pela viação e pela imigração, dotadas fartamente pelos orçamentos desde a monarquia, que o Sul chegou à opulência que contrasta com a miséria do Norte. A mim, me deu pessoalmente o doutor Nilo Peçanha a segurança de todo o seu auxílio no aproveitamento de nossas fontes de riquezas, e a mesma eu tenho do Marechal Hermes da Fonseca, mas o Presidente da República não pode levar o auxílio além do limite que lhe traça o orçamento, e é porque dou com a minha solidariedade, todos os meus aplausos e agradecimentos, como governador deste Estado, a esse benfazejo movimento de união das bancadas do norte no Congresso Nacional.⁴⁵

Este fragmento explicita as dificuldades vivenciadas no estado do Maranhão naquele momento. Dificuldades de maneira semelhante na maioria dos estados do Norte, para o escoamento de produção e conexão terrestre, além dos problemas da mão de obra e da lavoura. Além disso, o chefe do Executivo maranhense reclamava que a população do estado, mesmo não sendo do Sul, descendia também de europeus. A reclamação pela ascendência europeia sendo usada como um mecanismo de defesa, como resposta à uma provável ofensa que a sociedade maranhense e, de forma geral, as populações no Norte do país eram majoritariamente formadas a partir dos indígenas e africanos.

Alguns estados do Norte, como Amazonas e Pará, não se destacaram na agricultura, e sim na atividade extrativista, entretanto, a preocupação com a lavoura nunca deixou de ser uma constante, isso porque era essa a atividade compatível à perspectiva da União em alavancar os números de produção para exportação. Neste estudo buscamos aproximar a realidade maranhense com as vivenciadas pelos estados do Extremo-Norte, por isso, consideramos ressalvas como essas são importantes para justificarmos a razoabilidade em compreender o estado como participante efetivo da dinâmica da região amazônica. Citamos alguns eventos históricos para endossar nosso exercício analítico, observando o caso a seguir.

⁴⁵Idem, grifo nosso.

O estado do Ceará enfrentou uma grande seca, sendo assim, estados próximos como o Maranhão e o Amazonas, mobilizaram os governos, posteriormente incentivados pelo Governo Federal, para “acolher” os imigrantes cearenses em penúria, consequência do fenômeno climático. Os governos estaduais dos respectivos estados queriam demonstrar solidariedade e, sobretudo alternativas às lavouras. Como explícito no trecho da mensagem de João Gualberto à Assembleia Maranhense, quando afirmou como era incontestável a vantagem promovida por braços imigrantes (nacionais):

Baseado neste poderoso motivo, atendendo às circunstâncias extraordinárias da seca do Ceará, procurei do melhor modo fazer aquisição de imigrantes procedentes daquele Estado, os quais, com mais facilidade se adaptam ao nosso clima. Em tais condições fiz seguir para aquele Estado um agente encarregado de escolher o melhor pessoal e fazê-lo transportar para esta Capital. Exclusivamente por conta dos cofres estaduais foram dali trazidos para este Estado para mais de 800 imigrantes, os quais tiveram agasalho e alimentação até a data em que seguiram para diversos pontos do interior, onde foram localizados em estabelecimentos de lavoura pertencentes a sociedades anônimas e a particulares. Para ocorrer às despesas com esses serviços abri créditos extraordinários impostos pela necessidade de proteger a lavoura do Estado, o qual por sua vez não podia deixar de prestar socorros aos habitantes do Ceará, flagelados pela seca. Ultimamente, porém, o transporte dos imigrantes dali vindos tem corrido por conta dos cofres federais, em vista da lei que votou o preciso crédito para auxiliar os Estados do Norte, que se ressentiam dos efeitos daquela calamidade.⁴⁶

Sendo possível inferir que estados como o Maranhão e Amazonas, em dificuldades com as lavouras, viram nesse evento uma oportunidade para dinamizar as respectivas economias. Ainda mais quando perceberam que haveria intervenção do Governo Federal para remediar a situação. Dessa forma, os administradores nos estados do Norte, “vítimas” da inação federal, efetuaram a manobra frequentemente utilizada, aproveitando da intenção do poder central em resolver dois problemas em uma só vez.

Sendo possível então observar que as dificuldades anteriormente citadas foram um ponto de intersecção, principalmente entre os estados do Norte. Servindo para a coligação de uma bancada, se tornando também relevante para compreensão da implantação da política indigenista na região. A partir do entendimento que a política do SPILT, ao tratar da questão indígena, tratava simultaneamente da expansão dos tentáculos do Estado brasileiro sobre essas regiões, como garantia ao Governo Central de expandir as zonas de influência.

A carência enunciada frequentemente pelos dirigentes nortistas era tanta que uma simples viagem do líder nacional para essa região servia para comover o povo e, especificamente, os líderes políticos, sugeriu um relato do Governador maranhense Benedito Leite disponível na coleção de mensagens para a Assembleia legislativa maranhense em 1907.

⁴⁶Mensagens do Governador para Assembleia Legislativa do Estado do MA, 1901, fl 08. Hemeroteca Digital: BN

No mesmo ano, o então Presidente do Brasil, Afonso Pena, “dominado pelo sentimento do mais acrisolado patriotismo e pelo desejo de esclarecer o espírito para o exercício de seu elevado cargo”, percorreu o Ceará ao Extremo-Norte, passando na volta pelo Maranhão e Piauí. Essa viagem, segundo Benedito Leite, serviu “de modo a poder no governo atender com conhecimento de causa às necessidades de cada um deles [estados do Norte], orientando-se ao mesmo tempo para a gestão dos negócios referentes a toda a Federação”.⁴⁷

Se apenas a viagem de um Presidente tinha todo esse impacto, provavelmente a implantação de uma política nacional propondo a resolução da questão indígena, do trabalho e da agricultura, não teria um impacto menor e seria encarada como símbolo de benevolência do governo central, e certa garantia de que a República Federativa realmente rumava ao progresso. O rumo ao progresso servia para esperança para estados que sofriam com os “assaltos indígenas” e “falta de mão de obra” como o Maranhão.

O SPILTIN era interpretado por alguns como um serviço de caráter altamente social em que o Governo Federal procurava ao mesmo tempo amparar “as inúmeras hordas abandonadas de silvícolas brasileiras e os trabalhadores nacionais”. Pois, visava, sobretudo, aproveitar o indígena como força produtora, além de sistematizar o trabalho agrícola a partir da perspectiva de promover o sentimento de uma fraternidade patriótica.

A pretensão de explorar indígenas como força produtora não era exclusividade do início do século XIX. Essa ideia rondou com as mentes de alguns maranhenses, como de Manuel Ignácio Belfort Vieira, Governador do Maranhão em 1897. O político entendia como imprescindível a utilização da mão de obra indígena no estado, possivelmente motivado pelo significativo contingente indígena, especialmente no Centro-Sul e Noroeste do estado. Essas foram suas palavras aos membros do Congresso Legislativo do Estado:

Senhores membros do Congresso Legislativo, como sabeis perfeitamente a civilização dos índios e aquisição de braços para soerguer entre nós a lavoura abatida são dois pontos capitais para onde devem nesta época convergir todas as vistas dos poderes públicos.

Já em mensagem anterior tive ocasião de chamar a vossa atenção para o primeiro daqueles pontos, mostrando-vos as vantagens que poderíamos colher com o aproveitamento do braço indígena para o trabalho agrícola: e para a realização desse plano, lembrei-vos o estabelecimento de colônias agrícolas, entregues à direção de pessoas competentes e a criação de Institutos Orfanológicos, onde as crianças indígenas pudessem, desde os primeiros anos, receber uma educação regular que as preparasse para virem a ser os futuros trabalhadores da lavoura.

As desanimadoras condições financeiras do Estado não vos permitiram fornecer ao governo os meios necessários para fazer face aos encargos que um serviço dessa ordem fatalmente acarreta; contudo, à medida que tomastes de elevar a verba consignada no orçamento à civilização dos índios, já foi de grande alcance, pois veio habilitar-me a auxiliar os padres capuchinhos que tomaram sobre os ombros e às

⁴⁷Mensagens do Governador do Maranhão, 1907, Ed. 0001, fl. 03. Hemeroteca Digital: BN.

suas expensas, a missão de chamar os selvagens dos nossos sertões ao grêmio da civilização.⁴⁸

Conquanto nesse momento a questão indígena apareça como diretamente conectada à influências da Igreja Católica e de seus líderes, é possível perceber o gérmen de um princípio que delegava ao Estado a responsabilidade do tratamento da questão indígena, relacionado com o processo de laicização, previsto pela Proclamação da República. Parecendo ser um indicativo do porquê o SPILT, em 1910, foi recebido com tanto ânimo por alguns estratos da política estadual maranhense. Sendo a chegada da agência indigenista por muito tempo pauta principal em jornais maranhenses, geralmente acompanhada de mensagens animadas e esperançosas sobre a política indigenista.

Um dos jornais mais lidos na época, “A Pacotilha”, foi importante para a formação de consenso acerca de projetos existentes para sociedade maranhense, especificamente, os avanço e modernização da lavoura, prevendo o alcance dos indígenas e dos territórios onde habitavam, para incluí-los no processo de formação de um corpo de trabalhadores. Desse modo, este jornal contribuiu para um sentimento a Inspetoria Regional 3 (IR-3) no Maranhão, instância do SPILT sobre a qual comentaremos adiante.⁴⁹

A criação desse sentimento favorável aconteceu por meio da reserva de uma seção específica denominada de “Proteção aos Índios”. Nessas seções dedicadas ao Serviço era comum a informação sobre as tarefas empreendidas pelo Ministério da Agricultura, da Comissão Telegráfica de Rondon e também a publicação de eventos culturais que funcionavam como meio de angariar fundos para a “nobre missão de civilizar os infelizes patricios” do Maranhão. Trataremos sobre esses eventos filantrópicos no capítulo seguinte.

Mas, retomando a discussão sobre o entusiasmo de alguns setores da sociedade maranhense com o plano de funcionamento do órgão indigenista no estado, destacamos que em 29 de abril de 1911, o Governador Luís Domingues autorizou pela Lei nº 592 a concessão gratuita de terras devolutas ao Governo Federal. Somente a título de lembrança, na transição do Império para República, essas terras eram de responsabilidade exclusiva das administrações dos estados.

As terras devolutas em questão eram especificamente para a fundação de núcleos de colonos nacionais e de povoações indígenas,⁵⁰ evidenciando como o governo maranhense

⁴⁸Mensagens do Governador para Assembleia do Maranhão, 1897. Hemeroteca Digital: BN

⁴⁹AMORIM, 2019.

⁵⁰Art. 1. Fica o Governador do Estado autorizado a ceder gratuitamente, ao Governo Federal as terras devolutas que julgar conveniente para fundação de núcleos de colonos nacionais e de povoações indígenas, de conformidade com o art.1. n. 11 da lei federal n. 722 de agosto de 1907. Lei n. 592 de 29 de abril de 1911. In: Coleção das Leis e Resolução do Congresso, Decretos e Decisões do Estado do Maranhão de 1911. Imprensa Oficial: Maranhão, 1914. Arquivo Digital: Biblioteca Pública Benedito Leite.

pretendia estar alinhado aos projetos do Governo Federal, principalmente considerando que o SPILTN estava em uma instância maior, a do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC), tendo como principal objetivo a modernização do sistema de produção brasileiro pela inserção desses dois grupos sociais no mercado de trabalho.

Além da citada Lei, em 1910, outros fatos merecem ser mencionados, para a compreensão sobre a intenção de implementar as ações dessa política indigenista também resultado de articulações entre as necessidades locais e as da União. A candidatura de Luís Domingues à liderança do Executivo maranhense foi uma sugestão direta do substituto de Afonso Pena, o Presidente Nilo Peçanha e o maranhense eram significativamente próximos. O Governador maranhense algumas vezes comentou sobre a conferência com Nilo Peçanha, na ocasião mostrou-lhe testemunhos pessoais sobre a situação dos indígenas e a “desgraça” dos habitantes menos afastados das aldeias. A solução proposta pelo então Presidente foi a criação de centros agrícolas no estado, nas terras devolutas começando a ser mapeadas por Clodoaldo de Freitas, funcionário do MAIC, em fevereiro de 1910, sendo algumas as mesmas doadas pela lei anteriormente citada.

O que elencamos até agora teve como objetivo explicar a situação do Maranhão, histórico importante para compreender o momento de implantação da política indigenista republicana no estado, ação intimamente – não exclusivamente – ligado às questões geopolíticas. Desse modo, a implantação da política indigenista no estado pode ser interpretada como resposta à carência e ao abandono tão reclamado pelos representantes da região Norte.

Outra motivação, não sugerida, mas evidente era a integração da região ao poder central, basta lembrarmos que o Norte mais o Centro-Oeste (atual) foram focos de políticas nacionais. Não por acaso, essas regiões receberam o incentivo massivo para a realização da Comissão das Linhas Telegráficas, sendo um dos principais personagens o Tenente Coronel Cândido Rondon, que se tornaria a convite de Rodolpho Miranda, MAIC, em 1910, o primeiro diretor do SPILTN.

Depois da indicação de circunstâncias compartilhadas entre os estados do Norte, para ressaltar a relevância na efetivação da política republicana nesses territórios, em específico, a indigenista, buscamos por meio de um breve panorama econômico, elucidar as condições materiais, a partir de um recorte espacial e temporal específico, compreendendo o Maranhão como um estado nortista e estreitamente vinculado aos vizinhos no Extremo-Norte, Amazonas e Pará.

Pretendemos fornecer razões e evidências que propiciem o posicionamento de parte da história maranhense em um lugar pouco comum, à saber, na dinâmica de sistematização da atividade extrativa da borracha. Buscaremos evidenciar isso ainda que a atividade extrativa não tenha gerado à receita do estado números tão rentáveis quanto para seus vizinhos. Pois, de alguma forma, o imaginário maranhense também foi afetado por aquilo que compartilhavam os “filhos do Extremo-Norte” acerca do látex⁵¹, visível em comportamentos socioeconômicos específicos, resultado da relação entre a importância do produto no cenário nacional e estruturas anteriores.

A consideração do histórico dos tipos de economias da região deixa esse compartilhamento evidente. As experiências acumuladas a partir dessas economias delinearão as diversas formas das elites lidar com a questão da mão-de-obra, especialmente a contínua exposição de contingentes indígenas ou descendentes diretos de indígenas – como geralmente são lidos caboclos e ribeirinhos – à situações de violência, precarização e informalidade.

1.2 As economias e as mentalidades amazônicas

O termo “Amazônia” remete a várias questões que são, por natureza e definição, socioambientais, conservacionistas, exploratórias, expansionistas e, sobretudo, econômicas.⁵² Perspectiva adotada por Maria Araújo, quando analisou as supostas políticas de desenvolvimento e ambientais implementadas nas últimas décadas do século XX, sugerindo ao/a leitor/a a historicidade da utilização, principalmente, nos momentos de ampliação da fronteira capitalista nas décadas de 1960 a 1980. Entretanto, em nosso estudo pretendemos demonstrar que isso não foi uma novidade das décadas finais do século passado, no momento de transição entre os séculos XIX e XX, planos similares a esse existiram.

Inclusive para a região entendida atualmente como Amazônia maranhense, ou como foi denominada algumas vezes, pré-Amazônia. Sendo portanto, a partir dessas considerações que discutimos a história maranhense nas dinâmicas amazônicas, incluindo a participação do estado nas dinâmicas da exploração da borracha atingindo o apogeu entre as décadas de 1890

⁵¹Logo que as locomotivas percorram os nossos sertões, as estradas de ferro aproximem as distâncias, a exuberância de vida, derivada das riquezas incalculáveis do uberríssimo solo para a agricultura, e já pelas minas de cobre do Grajaú e muito mais pelas auríferas, talvez assombrosas quando exploradas, a partir do Parua afluente do rio Tury até o rio Gurupy ao oeste do Maranhão, **onde existe abundância de syphonia elástica, igual à dos Estados do Pará e Amazonas, segundo opinião de pessoas competentes, tudo virá fornecer sangue novo às artérias depauperadas do corpo anêmico do nosso Estado**”. João Luís da Silva em Diário do Maranhão, 1906, Ed. 09877. Hemeroteca Digital: BN. Grifo nosso.

⁵²ARAÚJO, Maria do R. S. A Amazônia maranhense à luz das políticas de desenvolvimento e meio ambiente. *Revista Contexto Geográfico*, v. 5, n. 10, dez/2020, p.94.

e 1900, quando “o sistema extrativo de produção estava firmemente assentado e funcionando suavemente, e o monopólio da borracha bruta parecia inabalável”.⁵³

Dessa forma buscaremos compreender como os picos de lucros advindos da atividade extrativista da borracha, impactaram nas práticas sociais em parte significativa das classes dirigentes do Norte, inclusive, de representantes do Maranhão. Faremos isso a partir de um exercício comparativo, privilegiando as semelhanças entre os discursos de dirigentes amazonenses e maranhenses, porque o sucesso da atividade extrativista parece ter possibilitado subsídios retóricos tanto para reivindicação de recursos da União, quanto para a denúncia de abandono do governo central em relação à região.

A nosso ver, esse caminho analítico possibilitou compreender como as instalações das Inspetorias Regionais do SPILTN e os postos indígenas também estiveram relacionadas com esse movimento retórico iniciado nas décadas finais do século XIX, quando a integração e a integridade do território nacional eram assuntos primordiais, vide as instabilidades provocadas pelos eventos da Abolição da escravidão e da Proclamação da República.

Esses dois eventos em específico estiveram relacionados aos mais variados interesses, um deles era de promover ao Brasil um ar de “modernidade” e “civilização”, duas concepções igualmente importantes para o alcance da integração e integridade do território nacional. Isso porque, como vimos no tópico anterior, o país parecia estar dividido entre os “atrasados” e os “mais atrasados”, sendo este último lugar reservado aos “filhos do Norte”. As chamadas modernidade e a civilização deveriam ser realidade de todos os espaços nacionais, por isso foi muito comum a iniciativa de ideais estéticos e morais como importantes instrumentos para conformação e adequação às novas formas de trabalho e aquisição de bens.

Alguns aspectos são importantes para compreender esse período histórico. Um deles foi que, apesar de níveis diferentes de riquezas, as classes dominantes, imbuídas de uma identidade política, podem ser analisadas a partir de certa uniformidade, pois mesmo em épocas de mudanças liberais, muitas das ideias acerca da ordem e da hierarquização da sociedade advém de estruturas de longa duração.⁵⁴

Estruturas vinculadas diretamente ao sistema de produção agrícola da plantation, sustentado pelo tripé do latifúndio, da monocultura e da mão de obra escravizada, que tinham como alvo principal o mercado exterior. Por isso, mesmo uma ampla bibliografia analisando a

⁵³WEINSTEIN, Bárbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência 1850-1920*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993, p. 49

⁵⁴AMARAL, Josali do. *Ritmos e dissonâncias: controle e disciplinarização dos desvalidos e indigentes nas políticas públicas do Amazonas (1852-1915)*. Dissertação (Mestrado). Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2011, 262 f.

economia do Amazonas como secundária — como caso de Evaldo Cabral de Mello defendendo a ideia de um “novo norte” — por ser de caráter extrativista e por, supostamente, ter utilizado pouco a mão de obra africana escravizada, é possível afirmar que práticas sociais de hierarquização eram compartilhadas do Norte ao Sul do país.

Uma pesquisa, a partir de documentos como inventários post-mortem e escrituras públicas, buscando superar os números, ressaltou a relevância da presença negra no Amazonas, principalmente, pelo que significava um escravizado como propriedade. Para além da análise tradicional sobre a economia Amazônica que de forma simplista defendeu o contrário:

Os dados de inventários e escrituras públicas permitem assegurar que a importância da propriedade escrava na região possui direção definida: indica não só a capacidade de acumulação e reinvestimento do setor que a detém as também a informa a própria possibilidade de qualificar se no mercado para adquirir crédito, credibilidade e *status*.⁵⁵

O escravizado foi um acessório para barganhar crédito, basicamente para os comerciantes, em especial para os aviadores, os principais responsáveis pelo comércio da borracha. E nos anos de 1880, antecedendo o chamado apogeu da atividade extrativista, começam a aparecer uma significativa porcentagem de proprietários de seringais declarados concentrando 56,2% de propriedade escravizada.⁵⁶ Logo, pode-se afirmar que mesmo não tendo o Amazonas como base a agroexportação, na sociedade amazonense também replicou-se padrões de hierarquização social estruturais para esse tipo de economia.

Significa dizer que o “novo norte” e o “velho norte”, nos termos de Cabral, não eram tão diferentes assim, e o caminho inverso desse processo também ocorreu, principalmente quando o primeiro estava vivendo momentos de euforia com a extração do “ouro negro”, como também era chamado o látex. O deslumbre com a atividade extrativista vivida pelo Extremo-Norte impactou diretamente também nas dinâmicas do estado do Maranhão, como discutimos neste tópico e no próximo.

Neste tópico especificamente buscamos compreender como as economias e as mentalidades nas citadas províncias, posteriormente estados, estavam conectadas e afinadas com o indicado anteriormente, o reclamar para a região Norte para maior atuação do poder federal, apelando para as questões de integração e integridade do território nacional.

⁵⁵SAMPAIO, Patrícia M. *Nas teias da fortuna acumulação mercantil e escravidão em Manaus, século XIX*. Publicação do Departamento de História e Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ensino Superior do Seridó - Campus de Caicó. v.03, n. 06, 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/157/147> Acesso em: 25 jun.2022.

⁵⁶ Idem

Uma situação ocorrida nessa direção foi a fundação da Associação Comercial do Amazonas, organizada na segunda metade do século XIX tinha como objetivo pautar transformações econômicas na província, principalmente quanto à exploração da borracha, do comércio nacional e com o estrangeiro. A associação reivindicava diante do parlamento nacional até mesmo a isenção de impostos, o que evidencia as suas necessidades em receber mais incentivos do governo central. A Associação Comercial do Amazonas criada em junho de 1871 era composta de políticos e uma burguesia local emergente, parte dos integrantes compreendia o comércio com o estrangeiro como a chave para o progresso da região, defendendo a livre navegação do rio Amazonas por estrangeiros, como via de incrementar a renda comercial do estado. Segundo membros da Associação, o comércio era a principal fonte da riqueza das nações, sendo necessário a criação e manutenção deste funcionando como pedestal da grandeza da província.⁵⁷

A Associação amazonense teve papel importantíssimo na questão comercial e principalmente na defesa da borracha, o principal produto. Como pontuou Sylvio Ferreira, a instituição operava no âmbito do público e do privado. Público porque conseguia encaminhar muitas das pautas por meio dos sócios na Assembleia Legislativa Provincial; privado porque agregava interesses de donos de casas aviadoras, e exportadoras e principalmente seringalistas.⁵⁸ A presença desses grupos, portanto, favoreciam alguns projetos englobando mão-de-obra, terra e comunicações, numa agenda econômica relacionada à extração e exportação da borracha. A principal prerrogativa para utilizarem da extração de borracha foi a da relevância do produto no mercado internacional. Mesmo com a crescente industrialização na região Sul –principalmente se comparado à região Norte –, a economia brasileira ainda continuava a ter na exportação de *commodities* como principal fonte, à exemplo do próprio café, sendo totalmente adequado o caminho argumentativo percorrido pelos amazonenses.

Esses sujeitos elaboravam discursos a partir da qualificação dos recursos naturais e humanos compondo a região. A atenção despendida aos mesmos colaborou com a percepção dos diversos matizes do mundo do trabalho na realidade amazônica – onde incluímos o Maranhão –, que, quando não percebidos, invisibilizaram grupos sociais inteiros, inclusive indígenas, os quais marcadamente foram reputados ao longo da história como indolentes, preguiçosos, vadios e os mais variados desqualificadores com a intenção a inferiorização como sujeitos históricos. Portanto, o negócio da borracha colaborou na montagem de um

⁵⁷FERREIRA, Sylvio M. P. *Federalismo, economia exportadora e representação política: o Amazonas na República Velha (1889-1914)*. Tese (Doutorado), Campinas: UNICAMP, 2005.

⁵⁸*Idem*

imaginário sobre a Amazônia como território voluptuoso e explorável. Barbara Weinstein assinalou que a grande variedade de recursos disponíveis na Amazônia rendia excessivos louvores entre os visitantes e até mesmo os moradores permanentes da região exaltavam os variados dons naturais e demonstra isso através da declaração de certo presidente paraense:

Releva confessar que na diversidade de produtos subido preço, que esta região encerra, encontrará sempre seu habitante uma perene fonte de riqueza. Quando baixar o preço de um, não faltará outro produto, que venha ocupar o seu lugar. Como é rica a natureza neste solo abençoado.⁵⁹

A ideia de um solo abençoado e rico serviu para justificar a razão pela qual o território deveria receber investimento dos locais e do Governo Federal. Entretanto essa vantagem também incorreu em um problema, pois, de certo modo, colaborava com a acomodação das elites econômicas e políticas despidas de iniciativa e pouco propensa a investimentos a longo prazo”, impedindo a necessária diversificação da economia.⁶⁰ Diversificar a economia na região amazônica, sendo importante dizer que não é apenas uma necessidade evidente para pesquisadores contemporâneos, para alguns personagens da época era uma realidade muito factível:

A nossa lavoura, como sabeis, é quase nula. Lutando com a falta de braços, pois a indústria extrativa rouba-lhe os mais aptos, nenhuma condição de prosperidade apresenta.

Esta situação deve inquietar-nos seriamente e precisa ser remediada. Não devemos confiar demasiadamente na lisonjeira produção da borracha e no seu vantajoso preço atual. Torna-se preciso reunir e dispor de elementos novos capazes de fazer frente a qualquer crise que porventura possa advir.

É bom estar de sobreaviso com as modalidades do câmbio e ter os elementos prontos para evitar uma surpresa. Patrocinar a lavoura e a criação de novas indústrias são medidas que devem preocupar o nosso espírito de patriotas, interessados no engrandecimento do Amazonas.⁶¹

Mesmo tendo ciência da possibilidade real de uma futura crise, a elite local amazonense não fez nada para evitá-la. A preocupação existente e manifesta não foi suficiente para incentivar algum esforço em favor da diversificação da economia, implicando em nenhum ou quase nenhum investimento na lavoura. O que não era uma novidade da década de 1860, pois o relato do viajante inglês Walter Harley Bates indicou que a elite amazonense (autoridades públicas e particulares) não demonstrava muitos interesses pela agricultura desde os anos 1840:

⁵⁹WEINSTEIN, 1993, p. 53

⁶⁰PRAIA, Benta L. *A crise da economia gomífera e o mundo do trabalho em Manaus*. Dissertação (Mestrado), Manaus: UFAM, 2010.

⁶¹Mensagens do Governador do Amazonas para Assembleia (AM), 1896, p. 28. Hemeroteca Digital: BN

Todos eles apresentam as mesmas justificativas pelo fato de não se interessarem pela agricultura: **a dificuldade de conseguir braços para a lavoura**. Nada pode ser feito no que respeita aos indígenas; na verdade, eles estão abandonando a região rapidamente, e a importação do escravo negro, no atual espírito - aliás digno de louvor - em que se encontram os brasileiros está fora de questão. Há de haver uma maneira de se formar uma classe trabalhadora num país tropical e novo sem recorrer à escravidão, e essa maneira tem de ser encontrada para que essa soberba região possa ter o promissor futuro que o seu ameno clima e sua exuberante fertilidade parecem oferecer a ela, tornando-se o núcleo de numerosa população civilizada e feliz.⁶²

As indiferenças quanto à necessidade de diversificação econômica, mesmo que vez ou outra aparecesse no horizonte das preocupações de alguns, também acometia parte da elite do Maranhão:

Chamei a vossa atenção para o pouco desenvolvimento da vida econômica do Estado, devido isso principalmente aos efeitos do regime da escravidão, **à falta de educação profissional para a exploração das indústrias e de braços para o trabalho, às dificuldades do transporte e à carência de iniciativa particular**. Mostrei-vos, citando não pequeno número de leis, que os poderes públicos não pouparam esforços em prol do desenvolvimento do Estado, favorecendo diversas culturas por meio de prêmios, redução e eliminação de impostos, procurando facilitar o transporte por água e por terra e a exploração de minérios por meio de concessões especiais, iniciando a transformação da indústria pastoril com a introdução de gado de raça, e que, a não ser em poucas minas, em que se tem tentado alguma coisa e na melhora da raça do gado, cuja propaganda se alastrou com a facilidade, a ponto de ver-se o governo em quase tudo o mais a ação do Governo sem meios de acudir a todos os reclamos, em quase tudo o mais a ação do Governo ficou isolada, **não encontrando da parte dos particulares a iniciativa necessária para trabalhos de incontestável utilidade**.⁶³

Essa indiferença não despreziosa estava intimamente conectada também à questão do trabalho. A partir de afirmações de Benedito Leite, em 1907, foi possível perceber que o Maranhão enfrentava pelo menos dois problemas indiretamente vinculados: a ausência de educação profissional para melhoramento dos braços locais e a iniciativa de particulares. Considerando que parte desses particulares não eram tão “particulares” assim, haja vista parte da elite econômica exercendo cargos na administração pública, sendo razoável imaginar que o Estado não contava com uma iniciativa em defesa da educação de trabalhadores por um ranço colonial existente.

Os lavradores, como eram denominados os grandes proprietários maranhenses, pareciam ter dificuldade em admitir as vantagens do trabalho livre, isso porque constantemente atribuíam à população livre, ou recém livre, incompatibilidade com essa modalidade. Frequentemente apelavam a argumentos completamente essencialistas e

⁶²BATES *apud* COSTA, Jéssyka S.L.P. *Liberdade fraturada: as redes de coerção e o cotidiano da exploração na Província do Amazonas (BRASIL, SÉCULO XIX)*. Tese (Doutorado), Campinas: UNICAMP, 2022, p.114. Grifo nosso.

⁶³Mensagens do Governador do Maranhão para Assembleia (MA), 1907. Hemeroteca Digital: BN. Grifos nossos.

preconceituosos, caracterizando a massa trabalhadora local como “verdadeiramente selvagem” e de má índole, relegando-a.

Exemplos disso foram os debates sobre a transição do trabalho escravo para o trabalho livre, quando no primeiro semestre de 1888 a Associação Comercial do Maranhão abriu concurso para receber propostas remediando a decadência econômica do estado. Observamos pelos discursos que a culpa do estado de crise era imputada aos trabalhadores livres, como se a estrutura sustentada pela exploração e pela valorização de latifúndios não tivesse nada ou quase nenhuma relação com a alegada dificuldade de atrair o “homem livre ao trabalho”:

O nosso homem livre é uma entidade que não existe economicamente falando: ou porque seja má a educação do nosso povo, ou porque sejam ineficazes nesta parte as nossas leis, o certo é que a nossa população livre vive ociosa e arredada do trabalho, causando danos e prejuízos aos proprietários. Analfabeta e sem a menor educação, sem hábito de trabalho, viciosa e malfeitora, pode ser considerada – verdadeiramente selvagem. Não tem habitação regular, contentando-se em ter por abrigo uma latada de pindoba [...] A maior parte desta população nada produz absolutamente.⁶⁴

Analisando esse trecho percebemos que mesmo os debatedores sobre a transição do trabalho mesmo sugerindo a má educação ou ineficácia das leis como empecilhos para a resolução do problema da lavoura, culpabilizaram os homens livres, analfabetos pela ausência de um projeto educacional popular. Outro aspecto a ser refletido foi a alegação de inaptidão desses homens ao trabalho, onde devemos nos perguntar a que tipo de trabalho esses homens estavam inaptos. A suposta “selvageria” desses homens estava mais relacionada à insubmissão deles aos regimes de trabalho típico da grande lavoura, que no contexto brasileiro se constituindo como cenários quase naturais de trabalhos excessivamente exploratórios. Se atentarmos, boa parte dos propositores se dedicavam a defender a grande propriedade privada e a hierarquização social, em nome da “ordem” – possivelmente um alinhamento a certos ideais positivistas. Como sublinhou Dunshee de Abranches quando criticou o sistema de parceria:⁶⁵

A base de toda a sociedade é a ordem e esta se manifesta por um equilíbrio constante entre as diversas classes que compõem aquela. Desde que entre as classes não exista

⁶⁴Delcino Lima em *Pacotilha* (MA), 1888, Ed. 00148. Hemeroteca Digital: BN.

⁶⁵O sistema de parceria se constituiu como alternativa para introdução do trabalho livre, especificamente nas regiões cafeeiras, recebendo grandes quantidades de imigrantes. Segundo Rogerio Naques Faleiros e Bruno Gabriel Witzel de Souza, o sistema possuía dois elementos estruturantes: (i) endividamento das famílias imigrantes, pelo pagamento de passagem, que era custeado pelo contratador, assim como pelos adiantamentos que recebiam ao longo do tempo; (ii) divisão dos resultados (meação) da produção anual. FALEIROS, Rogério N. SOUZA, Bruno G. W. de. O sistema de parceria e a formação do mercado de trabalho livre no Brasil: aspectos inerciais (1840-1930). In: Anais do 40º Encontro Nacional de Economia, Porto de Galinhas (PE), 2012. Disponível em: https://www.anpec.org.br/encontro/2012/inscricao/files_I/i2-0a8ddf43053be4cf6912350091cf942a.pdf Acesso em: 26 ago.2022

uma certa relação exigida pela estabilidade social, desde que uma se eleve, as forças das outras se enfraquecerão e virá necessariamente uma perda total. Ora, no momento em que o depositário de uma parte do capital, que é o lavrador, faça um contrato de **parceria** com o trabalhador as suas posições igualam-se, o que é impossível para uma continuação permanente.⁶⁶

Chamamos atenção que além de fatores práticos, fatores morais desempenharam um grande peso quando esses homens refletiram sobre a realidade econômica onde estavam inseridos. Portanto, pode-se inferir que as observações e análises elaboradas por ele não era apenas resultado de teorias econômicas daquela época, mas também e, sobretudo, dos estratos mentais daquela sociedade.

Apresentar de forma breve essas tendências de posicionamentos econômico-políticos, do fim do século XIX, contribui para compreender como as imagens sobre o trabalho, as populações, o espaço territorial estavam completamente articuladas e influenciaram alguns comportamentos das classes dirigentes. A partir da exposição das ideias desses personagens maranhenses, é possível entender que a inércia e indiferença das classes dirigentes quanto à diversificação de produção estava conectada com problemas como: a dificuldade de escoamento ou a “falta de braços idôneos” e também sobre as visões acumuladas sobre o trabalho.

Pois se os trabalhadores nativos nessas regiões eram imorais, preguiçosos, interesseiros para quem investir na produção, pagar bons salários, disponibilizar recursos, moradia ou alimentação? Era muito mais coerente a acomodação, a superexploração, implicando muitas vezes a preferência às atividades extrativas, como no caso do Amazonas.

Sendo perceptível que as imagens e a existência de uma espécie de mentalidade coletiva das elites se espalhava e aproximava esses estados, embora com especificidades, convergiam em problemas que não eram exclusivos, mas sentidos em graus equivalentes por serem integrantes da região amazônica. Por isso, nos interessamos nessas imagens coletivas, nas vicissitudes da história, formadas, modificadas e transformadas e exprimidas em palavras e temas.⁶⁷ Desse modo, acreditamos que o imaginário sobre o mundo amazônico, no qual o Maranhão estava incluso, atingiu as classes, fossem emergentes ou não, e forjou a tomada de posições peculiares e específicas para a tentativa de superar a inação do Governo Federal na região. Assim, as elites dirigentes recorreram às retóricas que encontravam no vasto território Amazônico potencial para abastecer o Brasil, a fim de que a região geopoliticamente fosse vista como tão importante quanto a Região Sul.

⁶⁶João Dunshee de Abranches em Pacotilha (MA), 1888, Ed. 00151. Hemeroteca Digital: BN.

⁶⁷LE GOFF, Jacques. *O imaginário medieval*. São Paulo: Editora Estampa, 1994.

Economicamente o Maranhão, na transição dos séculos XIX e XX, vivia um momento diferente dos vizinhos do Extremo-Norte, pois maior parte da receita era resultado das exportações de produtos como farinha e milho para o mercado nacional.⁶⁸ Ainda que no referido momento o estado exportasse algodão para o estrangeiro, dependia majoritariamente das receitas de suas exportações para os outros estados da união, em específico para o Amazonas e Pará. Não por acaso os planos para economia do estado apresentavam a atividade agroexportadora como principal meio para sua revitalização.⁶⁹ Porém, mesmo considerando essa situação, foi possível inferir que mesmo sem atingir áreas de seringais tão vastas, o Maranhão, frente às prodigiosas receitas dos vizinhos, incentivou a atividade de extração da goma em seus territórios.

Dessa forma, foi que aproximamos as realidades maranhense e amazonense na virada do século, para demonstrar que, mesmo de maneira limitada e indireta, o estado do Maranhão também foi atingido pelas prerrogativas utilizando da extração da borracha como barganha no Congresso Nacional. Influenciando alguns discursos de representantes e algumas ações do governo do estado, principalmente, na região de fronteira com o estado do Pará, abrangendo os lugares comentados.

Mesmo não podendo indicar quantitativamente e qualitativamente a participação da mão de obra indígena, fizemos esse percurso para dar pistas iniciais sobre como a exploração desse produto de grande projeção no mercado internacional afetou a resolução da questão indígena em território maranhense, pois é visível como seus territórios foram atingidos diretamente pelas atividades de extração da goma elástica

1.3 O vislumbre da goma elástica, a precarização do trabalho e o SPILTN

A economia amazônica da borracha foi exemplo de não-transformação do capital comercial em produtivo, pois não precisava de uma empresa agrícola, nem disponibilidade de terras abertas pela extração que garantisse a produção de alimentos e não criava força de trabalho excedente. Dessa forma, a abertura, a instalação e pouca necessidade de manutenção do seringal, por ser uma atividade de extração, garantia aos seringalistas gastos mínimos e aumentava suas taxas de lucro.⁷⁰ O custo maior era para o trabalhador geralmente abrindo sozinho duas picadas em uma forma aproximadamente elíptica, abrangendo em média de 100

⁶⁸REIS, Flávio. *Grupos políticos e a estrutura oligárquica no Maranhão*. São Luís: UNIGRAF, 2007

⁶⁹BELLO F., Wilson de Barros. *História do Planejamento Econômico no Maranhão: uma arqueologia dos planos estaduais de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Papel Virtual Editora, 2004.

⁷⁰“O custo de produção no seringal era, contudo, basicamente custo de extração, isto é, com a manutenção do seringueiro no seringal, e não custo de fundação e manutenção, garantindo ao seringalista um enorme retorno”. FERREIRA, 2005, p. 62

a 200 seringueiras. O seringueiro trabalhava em cada uma delas de maneira alternada, percorrendo entre as árvores e fazendo-lhes um corte para aparar o látex com uma tigela. Cumprindo essa primeira etapa por um longo período, depois voltava à cabana, estrategicamente instalada próxima às picadas, para um cochilo, depois fazia o caminho de volta às árvores recolhendo cada tigela deixada e, por fim, voltava mais uma vez à cabana para queimar o líquido que se formava em uma bola preta rija.⁷¹

Os lucros desse processo de extração dificilmente retornavam a esses trabalhadores e, apesar de terem atingido grandes índices entre as últimas décadas do século XIX, a partir da década de 1910 entrou em declínio, pois o látex no Sul asiático passou a fazer concorrência à produção amazônica pela qualidade e, sobretudo, pelo preço – uma vez que a mão de obra asiática era ainda mais barata. O preço do produto amazônico era mais caro que o asiático por pelo menos dois motivos: 1) pela falta de mão-de-obra e escassez de alimento na região; 2) pela especificidade e exclusividade do trabalho de coleta. Na Amazônia, a relação do trabalho era pela relação patrão-freguês. O seringalista ocupando a posição de patrão tinha o monopólio da compra da produção, enquanto o seringueiro tinha a remuneração pelo grau de produtividade alcançado, impossibilitando que o capital fruto dessa relação produtiva colaborasse com uma futura industrialização.⁷²

Portanto, o crescimento da oferta da borracha no mercado internacional estava condicionado pela disponibilidade de territórios servindo para o estabelecimento de novos seringais, resultando em fluxos migratórios significativos e uma aceleração da ocupação territorial, principalmente pelas atividades de entradas e o recebimento de licenças para a extração em territórios indígenas.

A produção de borracha no Amazonas e no Pará deixou de ser secundária na década de 50 do Oitocentos, disputando a liderança nas exportações. No Alto Amazonas, o crescimento regular da produção duplica entre 1866-1870 ocorreu em 50% e a exploração do látex a partir de uma tendência de expansão acelerado.⁷³ Mesmo que pouco estudado, a expansão da atividade extrativa do látex não avançou exclusivamente nos territórios do estado do Amazonas ou do Pará. O estado do Maranhão também promoveu iniciativas em favor da atividade, e assim como nos estados vizinhos, a instalação de locais especializados para produção também resultou no aumento de conflitos contra as populações indígenas.

⁷¹WEINSTEIN, 1993.

⁷²FERREIRA, *Op. Cit.*

⁷³OLIVEIRA, João Pacheco. O caboclo e o brabo: notas sobre duas modalidades de força-de-trabalho na expansão da fronteira Amazônica no século XIX. *Encontros com a civilização brasileira*, v. 11, Rio de Janeiro, 1979.

Assim, a expansão da atividade extrativa pressionava as populações indígenas, não apenas pelo uso de mão de obra, mas, principalmente, pela presença de produtos em seus territórios. Pois, “à medida que aumentava a procura pela borracha, naturalmente o conflito social na Amazônia, envolvendo povos indígenas e seringueiros e seringalistas tornava-se mais intenso”.⁷⁴ A criação e a instalação da Inspetoria Regional 1 do SPILTN no Amazonas, em julho de 1911, confunde-se com esse período. A instalação do órgão ocorreu em um momento crucial, não apenas pela continuidade da procura pela borracha, mas devido à procura de novos produtos como a castanha, também em territórios indígenas e responsável pelo interesse econômico nesses locais.

Exemplo disso foi o caso de Jauapery, cinco meses antes da expedição de Alípio Bandeira, Diretor da Inspetoria Regional 1 (IR-1), situação sobre a qual o etnólogo Koch-Grünberg fez algumas considerações apontando indícios sobre os conflitos acerca da borracha envolvendo indígenas na região e os habitantes da comunidade de Moura:

O Jauapery é o esconderijo de algumas tribos intatas, chamadas de *bravas* ou *antropófagas* por não tolerarem nada dos chamados “civilizados”. Dizem que agora o rio está abandonado pelos seringueiros. Com a última matança inútil, promovida por uma expedição punitiva vinda de Manaus, em 1905, que, segundo se diz, custou a vida de duzentos índios de ambos os sexos e diferentes idades, estes ficaram irritados. Diz-se que só vêm ao rio principal na estiagem, para pegar tartarugas; na época das chuvas retiram-se para longe, para as cabeceiras. Que, no ano passado, algumas canoas com índios Jauaperi estiveram novamente em Moura para trocar mercadorias. O fato de esses índios tentarem repetidamente relacionar-se de modo pacífico com a civilização prova que não são os canibais ferozes que têm a fama de ser. Os heróis de Moura só ousam ir até o Jauapery em companhia de vinte a trinta barcos para, na estiagem, pescar e pegar tartarugas. Nessas ocasiões, é muitíssimo frequente atirarem imediatamente em qualquer índio que apareça; não se pode, pois, condenar esses índios quando, ocasionalmente, se vingam da corja mestiça.⁷⁵

No Maranhão, também ocorreu o aumento de conflitos, principalmente no Noroeste, especificamente na região do Turiaçu-Gurupi. Apesar de não ter alcançado, no fim do século XIX, os mesmos níveis de produção do estado do Amazonas, o governo maranhense incentivou as aberturas de seringais, as quais, muitas vezes ao redor de territórios tradicionalmente habitados por populações indígenas. Como forma de visualizar a relação do governo e setores políticos hegemônicos maranhenses com a questão da extração e do comércio da borracha, cabe fazer um histórico de momentos em que essa conexão ficou evidente.

⁷⁴MELO, Joaquim Rodrigues de. Joaquim Rodrigues de. *A política indigenista no Amazonas e o Serviço de Proteção aos Índios (1910-1932)*. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2007, p. 70

⁷⁵MELO, 2007, p. 32

Em 1898, em uma edição de março, o *Diário do Maranhão*⁷⁶ publicou dois artigos importantes, ao nosso ver complementares, possibilitando compreender a questão da borracha no estado. O primeiro alocado na seção “A lavoura” indicava a realização de uma reunião em 23 de março do mesmo ano, na qual alguns debateram sobre o futuro da agricultura e da indústria extrativa no estado. O autor do texto alertava ser necessário que todos os olhares estivessem atentos aos dois tópicos, tratando-os como tendo a mesma importância. E, principalmente, com o cuidado de não desamparar a indústria agrícola.

O redator do texto foi cuidadoso ao enfatizar a importância da agricultura, porque especificamente na exposição debateu diretamente sobre o plantio de maniçoba, planta assim como a seringueira (*Hevea brasiliensis*), produtora de látex. Segundo as informações expostas no texto, alguns estudos tinham comprovado que o plantio da maniçoba poderia ser realizado em qualquer zona do estado e o mais importante, a indústria extrativa da *syfonia elástica* tinha grande atenção, não apenas nas “paragens amazônicas”. Sendo possível que o autor quisesse indicar o estado do Maranhão como grande potência para a atividade extrativista. O que seria usado para atrair investimentos locais, pois existia um interesse consolidado do Governo Federal na atividade – semelhante ao ocorrido no Amazonas.

Alguns “maranhenses esforçados” tinham iniciado, no Pindaré e no Turiaçu-Gurupi as atividades de extração e produção de borracha, “cuja qualidade era evidente e que ninguém poderia contestar os auxílios direcionados às empresas formadas para o desenvolvimento da referida indústria”:

Assim parece-nos ficar bem resolvido, enquanto a este ponto, que convém aumentar a exploração com o aumento de capitais, a fim de ser ela estendida à maior extensão das zonas produtoras. A aquisição de braços deste e de outro Estado, é ponto que não se pode ficar sem pronta solução e nesse sentido nos parece, devia desde já ficar presa a atenção de quem tomar a si melhor direção e resolução, não perdendo de vista que as condições de clima, de alimentação e salubridade muito garante a favor do nosso Estado os imigrantes de qualquer outro da República.⁷⁷

Acima o problema da “falta de braços” foi citada mais uma vez com a ideia de atrair a mão de obra local e também de fora do estado, sobretudo nacional, para a solução do problema. No segundo artigo, a seção “Noticiário: A reunião do dia 23” contou com um escrito de um lavrador (leia-se proprietário de terra) sobre as medidas a serem tomadas para atividade extrativa. O proprietário de terra além de elogiar, nomeou os esforçados maranhenses, eram Pinheiro, Antônio Prado, Barão de Tromai e Nascimento, os que tinham

⁷⁶Jornal criado por empresários maranhenses, em 1855, com objetivo de exposição da situação do comércio, da lavoura e da indústria. Cujas circulação foi suspensa em 1858 e reaparecendo em 1873 com pequenas modificações.

⁷⁷Seção A Lavoura. *Diário do Maranhão*, 1898, Ed. 07371. Hemeroteca Digital: BN

enfrentado os perigos reservados nas matas do estado. O autor se deteve em alguns pontos principais: a vantagem de plantio da maniçoba; a conscientização de lavradores sobre a vantagem; a função do Estado como incentivador da atividade e por último, o convencimento do “caboclo maranhense”, para ele, a mais proveitosa mão-de-obra.

Por desconhecermos a identidade do autor e proprietário de terra não foi possível saber porque acreditava na qualidade da mão de obra chamada cabocla, sendo somente possível afirmarmos que essa crença não era um consenso, pois para alguns, o caboclo maranhense não era uma alternativa forte à mão de obra escravizada, sendo considerado incapaz de superar as dificuldades do plantio e das intempéries do clima.⁷⁸ Algo que ajudava a conformar essa ideia de inaptidão do caboclo ao trabalho agrícola era a consideração que esse indivíduo era constituído de indianidade. Ou seja, o sobrevivente, morador em aldeias próximas a vilas e as cidades, era caboclo, sendo assim considerado pelas autoridades e pela população local.⁷⁹ Uma análise sobre os censos nacionais de 1872 e 1890 contribuiu para a afirmação da sugerida indianidade do caboclo. Pois, nos citados censos os caboclos eram sempre caracterizados como “livres”, reforçando a impressão que esta categoria se referia diretamente aos, cuja escravização àquela altura era proibida pela legislação oficial.⁸⁰

Retomando aos argumentos do citado proprietário, na primeira parte de sua exposição foi importante observar que como um artifício retórico realizou alguns questionamentos, sendo um deles “que trabalho, que despesa exige uma quadra de maniçobas?”, pergunta que o próprio autor se esforçou para responder:

Nada quase nada, diante do estupendo resultado, que nos garante uma colheita que não falha e preços elevados, que por ora pouco oscilam;
O maniçobal é um sonho dourado. O lavrador ou quem quer que seja pode plantá-lo junto à casa, ou em outro qualquer lugar que mais lhe convenha.
Está ali, muito perto, à mão; é só estender o braço e colher; é um presente do céu, e vem a propósito para quem está na miséria. E há mais uma circunstância que convém salientar: uma mesma área contém dez vezes mais maniçobeiras, ou talvez, mais que seringueiras, ou talvez mais que seringueiras na mata, o que torna a exploração muito mais fácil e menos dispendiosa.⁸¹

Apesar de neste trecho ter sido evidenciada diferenças entre a plantação da seringueira e maniçoba, ambas serviram para sustentar a mesma produção e fornecimento de látex para o estrangeiro. Ademais, ressaltando que, embora o lavrador indicasse que a colheita no maniçobal fosse fácil, bastando “estender o braço” para colher o presente do céu, estudos na

⁷⁸ A Campanha: órgão de interesses populares, 1903, Ed. 00035. Hemeroteca Digital: BN

⁷⁹ GOMES, Mércio. *Os índios e o Brasil: passado, presente e futuro*, São Paulo: Contexto, 2012, p. 67.

⁸⁰ OLIVEIRA, João P. de. Pardos, mestiços ou caboclos: os índios nos censos nacionais no Brasil. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 3, n.6, p.61-81, out. 1997

⁸¹ Seção *Noticiário*: A Reunião do dia 23. *Diário do Maranhão*, 1898, Ed. 07371. Hemeroteca Digital: BN

área de Patrimônio e da Arqueologia recentes demonstraram o contrário, a atividade era sim muito árdua. O resgate de vestígios de memórias e arqueológicos, de trabalhadores da maniçoba ou maniçobeiros como ficaram conhecidos, indicou como era o processo:

O processo de fazer maniçoba constitui na abertura de picadas ou carreiros, que partem do terreiro da barraca, aprofundando-se indefinidamente. Corta-se a mata, fazendo a picada, caçando “pau por pau”, da preciosa árvore. O carreiro se ramifica, esgalha-se amiudamente, projeta círculos através da chapada, encontra-se adiante e se estende, às vezes, numa área distante. O tradicional carreiro segue, rigorosamente, as faixas por onde predomina o maniçobal aglomerado, e deixa uma série infinita de pequenas entradas – as pernas de carreiro. Delas, algumas abrangem 20, 30, 40 paus de borracha. Outras, 1, 2, 3. Varia muito a quantia de árvore de cada perna-de-carreiro.⁸²

Duas inferências, portanto, podem ser feitas: ou a de que o lavrador redator realmente desconhecia o método de extração, por nunca ter tido contato com as plantações de maniçoba ou com trabalhadores; ou ao dizer que era fácil estava se referindo apenas aos lucros, esquecendo-se do processo de produção que exigia dos trabalhadores bastante energia física e habilidades, muitas vezes não reconhecidas e possivelmente, quando eram, remuneradas injustamente, desembocando na exploração desses homens que tinham sua força de trabalho precarizada. Não significando, porém, que esses trabalhadores não tentassem remediar a precarização.

Assim como no Amazonas, os maniçobeiros no Piauí também apelavam à mistura do látex com outros tipos de materiais, como modo de driblar quando a extração não era tão volumosa e não recebendo do comerciante menos por isso.⁸³ Outro aspecto importante e conectivo das atividades extrativas e exploratórias no geral nos estados do Amazonas, Maranhão e Piauí era que as famílias chegando à região Sudeste do estado normalmente ocupavam os locais habitados pelos “selvagens” para estabelecer moradia.⁸⁴

Isso porque historicamente os lugares habitados pelos indígenas foram normalmente apreendidos como *rincões* e eram lugares considerados afastados não apenas dos centros administrativos, mas principalmente da “sociedade civilizada”, sendo, portanto, carecidos de “civilização” e por isso, principais alvos das políticas de expansão do início do século XX que previam a ocupação dessas áreas. A noção de rincões da época se aproximava diretamente ao

⁸² LANDIM, Joseane P. Paes; OLIVEIRA, Ana Stela de Negreiros. Caminhos da borracha: memória e Patrimônio dos maniçobeiros do sudeste do Piauí. In: *Anais do XII Encontro Nacional de História Oral Política, Ética e Conhecimento*, Piauí, 2014, p. 8.

⁸³SULASSI, Henry S. L; FREITAS, Mariana; De Matos, Manuela X. G.; MAIOR, Paulo M. S. Perfil tecnológico das construções de grupos maniçobeiros em sítios arqueológicos no Parque Nacional Serra da Capivara, PI. *Clio Arqueológica* 2016, v. 31, n.2, pp. 190-210. DOI: 10.20891/clio.v31i2p183-248 Acesso em: 24 maio.2022

⁸⁴LANDIM; OLIVEIRA, 2014.

conceito de “sertão”, ao nosso ver uma categoria indispensável para a análise daquilo que pretendia a política indigenista republicana. Os sertões além de se constituírem como locais distantes, também eram interpretados pelos ideais de preservação, pureza e intocabilidade, o não impedindo que a compreensão depreciativa desse lugar se sobrepusesse.⁸⁵

Esses lugares foram o principal alvo do Decreto nº 7, § 12, de novembro de 1889, transferindo para as mãos dos governos provinciais os processos de catequese e civilização dos indígenas e da formação de colônias. Mediante esse decreto o poder estadual passou a ter autonomia para resolver a divisão de terras, o que significou submissão de muitos territórios indígenas aos empreendimentos das elites dirigentes locais. No contexto da Província do Amazonas, os cargos administrativos e policiais foram disputados pelos agentes políticos como forma de obterem terras e mão-de-obra para os empreendimentos extrativistas, afirmando a importância do papel do estado na intervenção dos negócios da borracha na Província.⁸⁶

No Maranhão, essas são apenas algumas das leis e decretos responsáveis pelo incentivo e a regulação da extração da borracha no estado: Lei nº 70 de 16 abril de 1894; Lei nº 96 de 19 de março de 1895; Lei nº 340 de 12 de maio de 1904; Lei nº 343 de 17 de maio de 1904; Lei nº 411 de 24 de abril de 1906; Lei nº 499 de maio de 1908; Lei nº 208 de 28 de abril de 1908; Lei nº 521 de 01 de abril de 1909. Um aspecto interessante sobre essas leis é que boa parte delas apresentava como beneficiários as mesmas pessoas, muitas vezes renovando as concessões para exploração com a mesma área, quando não acrescida.

Exemplo de concessão renovada foi a destinada a Luís Antonio de Oliveira Júnior, Barão de Tromai, um dos presentes na reunião noticiada pelo *Diário do Maranhão*, citada anteriormente. O Barão de Tromai, natural do Turiaçu e formado engenheiro no Rio de Janeiro, era proprietário da fazenda São Luís no mesmo município. Exerceu alguns cargos como o terceiro vice-governador de Manuel Ignácio Belfort Vieira. Desde 1894, junto a seu sócio Manuel Nascimento recebia incentivos para efetuar extração de borracha na zona compreendida entre os rios Turiaçu e Gurupi.⁸⁷ Ocupou vários cargos políticos e também atuou como sócio da Firma Nascimento, Coelho & Tromai, além de ser conhecido por

⁸⁵AMADO, Janaina. Região, sertão e nação. *Revista Ponto de vista*. Rio de Janeiro, vol. 8, n. 15, 1995, p. 145-151.

⁸⁶COSTA, 2022.

⁸⁷Em nossas leituras, nos deparamos com a informação que o Barão de Tromai, acompanhado do comandante Manuel Nascimento e Sebastião de Oliveira, João Maia de Moraes Rego, Joaquim Caribé da Rocha, Joaquim Ferreira dos Santos Júnior, Teodoro José de Lima e Francisco Carvalho Júnior, organizaram uma expedição partindo da cidade do Turiaçu. Se essa expedição ocorreu, foi apenas um ano antes da reunião do dia 23, noticiada pelo *Diário do Maranhão*, significando que provavelmente a expedição estava vinculada com a intenção desses homens implementarem os manjôbais nas terras verificadas.

enfrentar e afugentar indígenas. Além disso, tinha vínculos com Luís Antonio Domingues da Silva, personagem sobre o qual comentamos, um dos mais animados articuladores do processo de implantação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização do Trabalhador Nacional quando Governador do estado do Maranhão.⁸⁸

Como indicamos, Luís Domingues foi uma figura política importante, principalmente, porque era visto como conciliador das querelas partidárias no estado e porque também era tido como promessa de mudança. Além disso, possivelmente tinha relações próximas com o Governo Federal, especificamente, com o Presidente Nilo Peçanha com quem teve conversas sobre as dificuldades sobre a terra natal, o Turiaçu:

Exm^o Presidente da República. – Rio – Antes vir assumir o governo do Maranhão, tive prazer detida conferência Vossa Excelência sobre a situação dos índios este Estado, particularmente na zona entre rios Turiaçu e Gurupi. Mostrei com telegramas e cartas, juntando sobre certos fatos meu testemunho pessoal, a desgraça dos habitantes menos afastados das aldeias. Fugiam os que escapavam ao massacre, e os poucos que ficavam somente na morte do selvagem tinham a segurança da vida.

Então, pareceu a Vossa Excelência que a solução estava no estabelecimento de colônias agrícolas nas imediações das aldeias, como centro de atração do próprio selvagem, e, naquela zona, entre as aldeias e a cidade do Turiaçu.

E dias depois, tive a fortuna de ouvir de Vossa Excelência que já havia assentado com o Senhor Ministro Agricultura a fundação dessas colônias, **das quais uma seria impreterivelmente naquela região.**

O Governo Federal faria a construção das casas e a localização dos colonos, e, como sejam estaduais as terras devolutas, o Estado contribuiria com essas demarcadas em lotes.

[...]

Está assim o Estado aparelhado a receber o auxílio combinado. E chega a vez comunicar Vossa Excelência esse fato quando recomeçam os ataques de todo ano aos habitantes aquela região, inclusive pessoal linha telegráfica.

É assim com a mais firme confiança que espero a todo instante de Vossa Excelência prometida providência, tanto mais quanto com diminuta soma Vossa Excelência proporcionará exploração um solo riquíssimo a este Estado, considerado brasileiro só pela Alfândega, e poupará a este Governo a contingência de assistir impassível à guerra ao índio como natural e constitucional direito de defesa da honra, da vida e da propriedade dos cidadãos.⁸⁹

A região do Turiaçu-Gurupi tem a história marcada pelas relações complexas entre os processos de expansão de fronteira do estado e os indígenas. No século XVIII, foi imprescindível para demarcação da fronteira entre os estados do Maranhão e Pará, buscando atender interesses dos governantes de ambos estados, principalmente em se tratando de interesses comerciais. O lugar denominado Turiaçu foi criado em 1754, porém a localização

⁸⁸MARTINS, Fernanda S. R. A. *O Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais e a Política Agrária na Primeira República: Grupos agrários, projetos e disputas no Maranhão (1910-1918)*. Dissertação (Mestrado), Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2012; AMORIM, 2019.

⁸⁹Relatórios dos Presidentes dos Estados Brasileiros (MA) – 1889-1930, 1911, Ed. 00001, p. 22. Hemeroteca Digital: BN Grifos nossos.

na cartografia dos períodos colonial e imperial são desconstruídas, com algumas imprecisões. A documentação utilizada no nosso estudo apontou que a região aproximadamente à margem esquerda do rio Turiaçu, nas confluências com o rio Paraná. Na região era muito frequente a notícia sobre “ataques indígenas”, não muito diferente do citado nas afirmações acima.⁹⁰

Os ataques empreendidos pelos indígenas foi uma das principais causas de migração para a região. No século XVIII, assim como no início do século XX, justificativa para a catequese e domesticação dos indígenas naquela região, por isso no mesmo período ocorreu o estabelecimento de duas aldeias missionárias, cada uma correspondia a um lado específico do Gurupi, com frequente comunicação. Essas aldeias ocupavam espaços muito próximos àqueles onde foram instalados os postos do SPILTIN alocados na região do Jararaca (MA) e Vizeu (PA), como indicado no mapa do Serviço em 1928, assim como no caso das aldeias a correspondência era muito comum entre as autoridades responsáveis por esses postos.

Mapa 01: Estabelecimentos do SPI em 1928

⁹⁰SOUZA, Sueny Diana Oliveira. *Um rio e suas gentes: ocupação e conflitos nas margens do rio Turiaçu na fronteira entre Pará e Maranhão (1790-1824)*. Dissertação (Mestrado), Belém: Universidade Federal do Pará, 2012.



Fonte: FREIRE, 1964, p.144

A atuação dos indígenas nessa região era, portanto, considerado um problema histórico para os governantes, e chamamos atenção que a dimensão dessa característica na afirmação

do Governador não era acidental. Mesmo que Luís Domingues realmente quisesse resolver o “problema dos índios” ou a “questão indígena” de uma forma geral no estado, era necessário que ao apelar para o apoio federal, citasse especificamente a situação da terra natal. Ao ter citado especificamente do caso da terra natal, o Governador visava entender interesses que estavam conectados com os da família, afinal era da família do chamado Barão de Tromaí, aquele com empreendimentos na região, inclusive de extração da borracha.⁹¹

Essa relação ficou mais evidente ao considerarmos que a resolução da questão indígena parecia ser mais urgente na região Centro-Sul do Maranhão. O 13 de março de 1901 foi um dia importante para a história das relações entre indígenas e não-indígenas no estado, muitos jornais, inclusive *O Norte*, jornal idealizado por Frederico Figueira, personagem sobre o qual falaremos significativamente no próximo capítulo, noticiaram o ocorrido como “Massacre de Alto Alegre”. Foi na citada data que os índios em Barra do Corda atacaram o lugar chamado Alto Alegre, matando todos os frades e freiras responsáveis por dirigir o chamado Instituto Indígena funcionando na região. Ao todo, segundo os jornais, foram mortas 200 pessoas, desde os moradores no Instituto até as famílias vizinhas do local dirigido pela ordem dos Capuchinhos Lombardos.⁹²

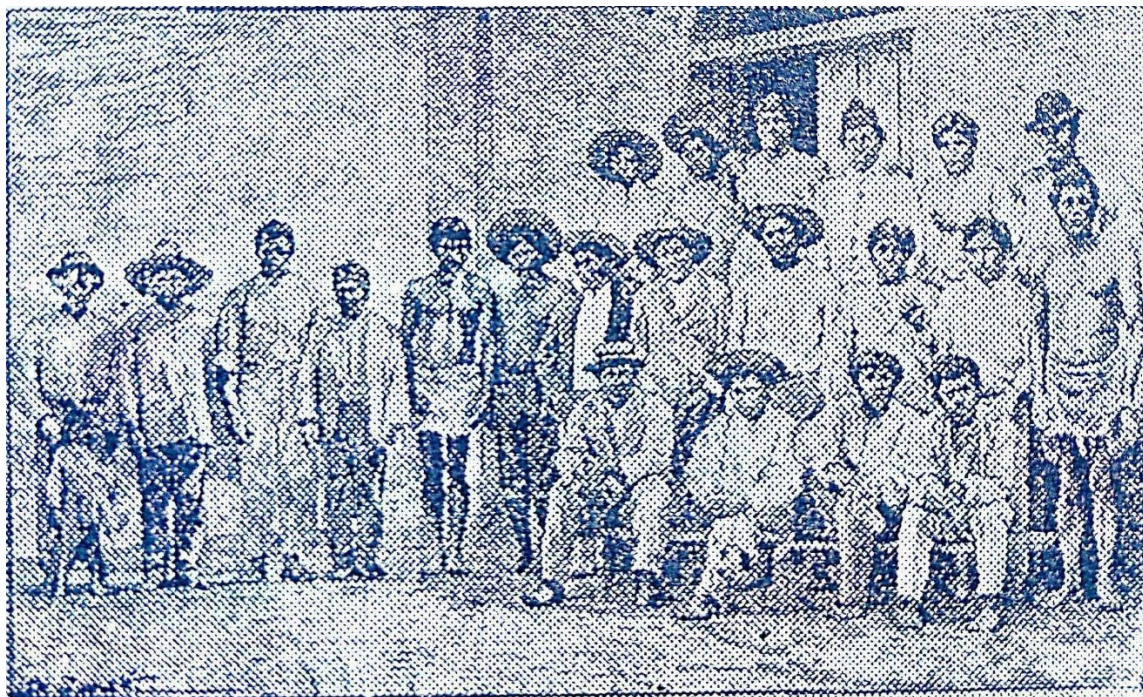
As motivações dos indígenas para o chamado “massacre” não era uma prioridade para os meios de comunicação da época, ainda que neste tópico apresento alguns indícios sobre as motivações para ação dos indígenas, contribuindo com a visualização, pensando ser pertinente a explicação de como funcionava o Instituto Indígena e quais eram os objetivos. O principal objetivo do Instituto era retirar meninos indígenas das aldeias para fazê-los capazes de participarem da “Igreja de Cristo” e “dignos membros de uma sociedade civilizada pelo trabalho”. A idade máxima dos meninos era de 14 anos, submetidos ao estudo do catecismo, deveres civis, leitura, escrita, princípios de Gramática, História, Geografia, Aritmética e Música. Além do ensino das “artes mais necessárias à vida”, o trabalho com a lavoura,⁹³ nada muito diferente do que pretendia executar o Serviço de Proteção aos Índios e a Localização do Trabalhador Nacional.

Figura 01: Índios responsáveis pelo levante de Alto Alegre

⁹¹SILVA, Luís Antônio Domingues. Arquivo CPDOC. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/SILVA,%20Lu%C3%ADs%20Ant%C3%B4nio%20Domingues%20da.pdf> Acesso em: 24 de maio.2022.

⁹²Consideramos importante comentar acerca das missões capuchinhas neste momento do texto e embora não tenhamos ocorrido no momento do Exame de Qualificação ao Mestrado, fizemos na versão da Dissertação para a defesa.

⁹³Barra do Corda Instituto Indígena. In: Crônica do Instituto dos Índios (1894-1900). Arquivo Paroquial: Igreja do Carmo, p. 165.



Fonte: NEMBRO, 1955, p. 121.

Os homens fotografados acima foram, segundo Metódio de Nembro, responsáveis pelo chamado Massacre de Alto Alegre, esse registro em uma leitura simplista levaria a crer que o objetivo do Instituto Indígena estava sendo alcançado. Entretanto, a reação de indígenas do povo Tenetehara sugere a agressividade desse suposto processo civilizador que não era somente violento por querer vestir os indígenas com as “roupas do homem branco”, mas sim por ser um meio submeter os modos de vida e de sociabilidade.

De volta à conferência de Luís Domingues com Nilo Peçanha, outro ponto para destacar é o uso de ironia feito pelo governador ao afirmar que mesmo tendo o Maranhão tendo um distrito agrícola fértil, como era o Turiaçu, a única instância que parecia o estado ser lembrado no contexto nacional era a Alfândega ao cobrar impostos. Além disso, destacou a importância da participação na coligação dos estados do Norte, os quais, segundo suas palavras há muito tempo não eram atendidos com franqueza e abnegação.

1.3. 1 A Inspetoria Regional 3 e os negócios da borracha

O SPILTAN foi criado em 20 de junho de 1910, sob a égide do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. O Serviço pretendia se consolidar em âmbito nacional, por isso, dividido em uma Diretoria Geral (com sede no Rio de Janeiro); Inspetorias regionais e, por fim, em Postos Indígenas ou Centros Agrícolas. Essas instâncias e os funcionários foram importantes para a efetivação dos planos de ações previstos pelo órgão, principalmente os

Postos Indígenas, pois funcionavam diretamente nos territórios dessas populações. Tornando-se assim, basilares para implementação das políticas que pretendiam lidar com as experiências dos povos indígenas, o controle populacional, a assistência e com a educação. Inicialmente o Maranhão pertencia à Inspetoria Regional 1 (IR-1), com o Pará e Amazonas, entretanto, em 1911, foi criada a Inspetoria Regional-3, responsável por gerenciar as atividades do SPILTN no estado. A IR-3 foi dirigida inicialmente pelo Inspetor Pedro Dantas, engenheiro e auxiliar direto de Rondon.⁹⁴

A instalação foi recebida com euforia por parte da sociedade maranhense, sendo a Inspetoria Regional 3 oficializada no evento ocorrido às duas da tarde do dia 5 de março de 1911, na rua do Egito, região central da cidade de São Luís.⁹⁵ Não demorando muito na capital, o então Diretor Pedro Dantas se encaminhou imediatamente para o interior do Maranhão, a fim de começar seus trabalhos com os indígenas do estado. Uma das primeiras localidades no estado a receber as atividades do SPILTN foi o Noroeste, especificamente o Turiaçu-Gurupi, no território denominado Jararaca, próximo ao Gurupi foi instalado um dos primeiros postos para atração e pacificação dos Ka'apor. A história desse povo foi marcada significativamente pela atividade de extração da borracha, como veremos adiante.

Alguns anos antes ao início das atividades do SPILTN na região, outros seringalistas e companhias, além do Barão de Tromaí, receberam incentivos como isenção de impostos e licenças para atuarem nesses espaços próximos a territórios indígenas. Sendo o exemplo a Lei nº 208 de 28 abril de 1898, elaborada pelo Vice-Governador do estado do Maranhão, Sebastião José de Magalhães Braga concedendo ao Tenente-Coronel Raimundo da Cunha Araújo privilégio por dez anos para exploração e extração da goma elástica, minerais e produtos vegetais, abrangendo, inclusive, territórios entre as águas do Pindaré e do Gurupi.⁹⁶

Além do coronel, também intendente municipal de Imperatriz, Fortunato Bandeira, personagem importante no contexto desta pesquisa. Em 1908, foi beneficiário da Lei nº 499, de 8 de maio que informava:

O Doutor Benedito Pereira Leite, Governador do Estado do Maranhão. Faço saber a todos os seus habitantes que o Congresso decretou e eu sancionei a lei seguinte:
Art. 1º Fica concedida a Fortunato Rebello Bandeira permissão por dez anos, para explorar a extração de borracha de qualquer espécie nas terras devolutas existentes no município da Imperatriz, independentemente do pagamento de foros.⁹⁷

⁹⁴MARTINS, Fernanda S. R. A. *Terra, trabalho e projetos de Nação: O Serviço de Proteção ao Índio e a localização do Trabalhador Nacional no Maranhão (1910-1918)*. Disponível em: historia.uff.br/estadoepoder/7snep/docs/064.pdf Acesso em: 25 de out.2022

⁹⁵Pacotilha, 1911, Ed. 00053. Hemeroteca Digital: BN.

⁹⁶Leis do Estado do Maranhão 1898-1900, p. 144. Acervo Digital: BPBL.

⁹⁷Leis, Pareceres do Congresso, Decretos e Decisões do Estado do Maranhão (1907-1908). Acervo Digital: BPBL.

Nessa situação, assim como em outras ficou evidente como o governo do Maranhão, durante a alta da borracha no exterior, agiu em defesa da atividade no estado. Para serem aprovadas leis no Congresso Nacional e mobilizar pessoalmente os homens do poder do Estado. Isso porque, especificamente em 1898, admitiu-se ter a produção de borracha uma participação significativa, ainda que incipiente, na receita sendo:

[...] lisonjeiro notar que a borracha já concorreu para as rendas do Estado no 1º Semestre deste ano com Rs. 778\$440 impostos de 2.373 quilos exportados e que além disso saíram livres 16. 295 quilos no valor de Rs. 35:786\$500; **não estará longe o dia em que a Borracha venha restaurar as finanças do nosso Estado, em vista do feliz êxito das explorações no Pindaré, Pinheiro e Turiaçu.**⁹⁸

A recorrência da discriminação dessas mesmas áreas, demonstrava que a região Noroeste do estado era fértil e proveitosa para os negócios da borracha. Havia crença e o desejo que a exploração da goma elástica possibilitasse ao Maranhão, o vivido pelos vizinhos do Extremo-Norte. A atividade em territórios maranhenses parecia promissora, principalmente pelos números ascendentes da produção, como observado na tabela a seguir:

Tabela 01: Mapa comparativo dos gêneros de produção do Estado entrados nos anos 1897 a 1899

Gênero	Qtd. (1897)	Qtd. (1898)	Qtd. (1899)	Média
Arroz	2.422.308	1.792.840	2.853.529	2.356.222
Borracha	8.520	20.230	53.335	27.361
Algodão	1.104.800	1.863.800	2.181.300	1.716.633

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir dos Relatórios do Presidente da Província do Maranhão⁹⁹

Entretanto, por mais plausível que seja considerar o aumento da produção e, por conseguinte, a arrecadação para a receita do estado possibilitada pela borracha, a produção de látex em relação a produção de gêneros como arroz ou algodão era muito menor. Um dos motivos onde percebemos que o discurso sobre as possibilidades desse produto em render lucros ao Maranhão, como nos outros estados, estava baseado mais em otimismo do que em evidências. Principalmente, se compararmos os números de látex produzido pela Província do Amazonas, mesmo em momentos anteriores ao período de apogeu.

Tabela 02: Produção de borracha na Amazônia

1830/Qtd (kg)	1840/Qtd (kg)	1850/Qtd (kg)	1860/Qtd (kg)

⁹⁸Mensagens do Governador do Maranhão para Assembleia (MA), Ed. 00001, 1898, p. 116. Hemeroteca Digital:BN.

⁹⁹Relatórios do Presidente da Província do Maranhão, 1900. Hemeroteca Digital:BN.

156.060	388.260	1.446.550	2.673.000
---------	---------	-----------	-----------

FONTE: Tabela elaborada pela autora a partir de dados coletados por Bárbara Weinstein¹⁰⁰

Ainda assim, no início do século XX, era perceptível a existência de incentivos à atividade. Em 1900, o Governador maranhense, João Guaberto Torreão da Costa, por lei prorrogou a Raymundo da Cunha o benefício da extração, segundo a mencionada Lei nº 208 de 1898. Além disso, não era raro às vezes que as páginas de jornais do estado noticiaram querelas entre seringalistas independentes e companhias ou, entre seringalistas e funcionários do SPILTN.

A atividade extrativa pelas nossas leituras não arrecadou ganhos substanciais para o estado, alguns intelectuais maranhense como Raimundo Lopes, responsável por pensar aspectos de natureza física, humana e social maranhense escreveu que esse tipo de indústria enfrentou muitas dificuldades.¹⁰¹ Certamente a ação indígena foi uma delas, pois a atividade afetava diretamente os territórios indígenas, interferindo inclusive nos planos de ação do SPILTN no estado, como demonstra os casos a seguir.

Em agosto de 1910, Carlos Ferreira Coelho, concessionário e beneficiário do privilégio para extração de borracha na zona compreendida entre os rios Turiaçu e Gurupi do Maranhão, elaborou um protesto contra o Coronel Fortunato Bandeira e outros que estavam invadindo os seus territórios, desbravando os seringais e abrindo estradas para alocar barracões ilicitamente.¹⁰² Segundo Bandeira, em contraprotesto, Coelho nunca tinha ido à região, mesmo tendo 15 anos de privilégio para extração de borracha, por isso aquela concessão promovida pelo governo do estado tinha como retorno apenas prejuízo. Os chamados índios bravos que eram um obstáculo para Coelho pareciam não assustar o coronel, que estava disposto a superar:

Se assim é, convém s.s. desistir dessa concessão, para que outros mais dispostos possam desbravar os seringais que devem compor aquela zona; pois não é pequeno o prejuízo que tem s,s, dado ao Estado, preterindo com privilégios que seja explorada a zona em questão.

E o que é extraordinário é que s.s queira fazer extensivo os seus privilégios até os pontos onde estou, há quatro anos, trabalhando na exploração da borracha, cujo terreno pertence parte ao município de Imperatriz, onde tenho

¹⁰⁰WEISTEIN, 1993.

¹⁰¹Segundo o autor, a borracha amazônica foi encontrada na grande mata do Gurupi, entretanto, as dificuldades de acesso e a relativa qualidade do produto não possibilitaram a exploração. Mas, chamou a atenção que a tentativa de produzir látex pelo plantio da maniçoba teve melhores resultados, embora não comentou muito sobre, com atenção a outras atividades na mesma região parecendo ser mais significativas. Ver: LOPES, Raimundo. *O torrão maranhense*. São Luís: Edições AML, 2017, 230 p.

¹⁰²Correio da Tarde (MA), 1910, Ed. 00204. Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital.

permissão por 10 anos, concedida pela lei n. 499, de 8 de maio de 1908, << para explorar a extração de borracha de qualquer espécie em terras devolutas do mesmo município.

Meus serviços começam do igarapé Jararaca, margem direita do rio Gurupy, estendendo-se até as vertentes primordiais do mesmo rio, próximos à vila da Imperatriz. E esse igarapé Jararaca demora muito acima da confrontação das principais vertentes do rio Turiaçu.

O privilégio, portanto, que alega ter o sr. Carlos Ferreira Coelho em face das leis citadas, e na zona compreendida entre os rios Turiaçu e Gurupi. E assim indubitavelmente, estou trabalhando muito distante da zona privilegiada.¹⁰³

Não ficou explícito como Fortunato Bandeira tinha pretensão de lidar com os “índios bravos”, mas o relato dele possibilita inferir que a dinâmica da atividade extrativa em território maranhense, assim como em outras partes na Amazônia, potencialmente desdobrava ou resvalava nas áreas onde o SPI tinha pretensão de agir e, ademais, estava conectada diretamente à questão indígena ao contexto regional econômico da borracha, mesmo o Maranhão não se destacando na extração do produto.

A existência de barracões e postos para extração era uma concessão do poder estadual, significava que a exploração do látex teve ou ainda tinha àquela altura alguma relevância. Senão diretamente econômica, certamente na dinâmica das vivências das populações indígenas naquela região e adjacências. A área discriminada por Fortunato Bandeira era habitada por vários povos como os Tembê e os Ka’apor, estes últimos denominados de “Urubus”. Como indicava o telegrama do Inspetor Pedro Dantas em setembro de 1911:

Acabo de receber telegrama de Leandro confirmando que na entrada de 5 de agosto verificou terem índios retirado cautelosamente brindes deixados barraca [na] margem Jararaca, excetuando pratos de folha conservados no mesmo lugar que foram deixados, e mais um pedaço de fita que enlaçava flecha, anzóis, linhas, chapéu que deixamos [sic] para o Capitão, e caixa vazia de teteias, esparsas pelo chão. Leandro verificou pegadas na mata ao fundo do nosso barracão, que não abandonam, circulando em torno e dando repetidos sinais. No dia 10 [de agosto], o índio tembê José Manito dedicadíssimo à nossa causa, surpreendeu dos índios <<urubus>> nos observando, os quais ocorreram vertiginosamente apesar insistentes chamados nossos.¹⁰⁴

No lugar conhecido como Colônia Ozório, perto do Gurupi e do Turiaçu, alguns caçadores em setembro de 1911 afirmaram ter encontrado “vestígios de índios”. Segundo a edição 00541 do *Correio da Tarde*, o inspetor Pedro Dantas que estava em Vizeu quando recebeu a notícia, faria no fim daquele mês uma aproximação com os nativos que naquela ocasião “assaltaram” os barracões de seringueiros. Ao que parece, Dantas receberia o auxílio de um contingente militar e depois seguiria para a região do Jararaca, onde os indígenas se achavam em “atitude simpática”, retribuindo os brindes.

¹⁰³Correio da Tarde (MA), 1910, Ed. 00215. Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital.

¹⁰⁴Correio da Tarde (MA), 1911, Ed. 00526. Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital.

A possibilidade de auxílio militar pode sinalizar que os seringalistas, a despeito da quantidade, tinham a capacidade de se moverem politicamente e interferir na dinâmica da efetivação de políticas vinculadas ao território e aos indígenas. Um exemplo ocorreu em 25 de setembro de 1911, a redação do “Correio da Tarde” recebeu os coronéis Fortunato Rebello Bandeira, Lereno da Costa Nunes, Tenente Coronel Themistocles Antonio Bodega e o Capitão Floriano Montes da Cruz que tinham chegado do alto Gurupi, onde exploravam a extração de látex.

Os citados seringalistas estavam insatisfeitos com alguns acontecimentos e acusaram Pedro Dantas de ocupar indevidamente, junto com funcionários do SPILT, alguns barracões do coronel Fortunato Bandeira:

Nesse barracão alojou o ilustre dr. Dantas o seu pessoal, prejudicando completamente o serviço de exploração do coronel Bandeira. Partiu o dr. Dantas à frente do seu pessoal, havendo encontro. Os índios flecharam os “cristãos” e estes atiraram nos índios propalando-se lá pelo Gurupi, que alguns índios caíram na luta.

O ilustrado dr. Dantas voltou e estabeleceu ali seu serviço de proteção, mas os índios, são vingativos, e tem também a sua lógica. Quem lhes atirou foram cristãos [sic], logo guerra aos cristãos.

Espalharam-se, então, pela redondeza a agredir os que trabalham na exploração da borracha. E os ataques têm [sic] sido repelidos.¹⁰⁵

Ainda na mesma edição, por pedido do Coronel Lereno Nunes, o redator transcreveu os seguintes telegramas:

VIZEU, 23

Aí fica o que nos dizem e pedem publicamos os estimáveis cavalheiros a que nos vimos de referir. São informações que não podemos calar, e que vão com vistas ao ilustre dr. Pedro Dantas, em cujo critério e responsabilidade também acreditamos.

Em todo caso a situação é grave e medidas enérgicas precisam de ser tomadas.

Uma coisa, porém, notamos: o escrevente do tenente Dantas, o sr. Leandro, procura calar a verdade dos fatos, como se vê do despacho acima, o que não é correto pois contribuirá certamente para desorientar o ilustre diretor do serviço de proteção aos índios.

VIZEU, 23

Lereno, índios, atacaram barraca Marcelino, matando Manoel Levine, ferindo gravemente Militão Thomaz Marcelino: pessoal pede providência, não podem conseguir trabalhos.

Estavam animados, mateiros ficaram trabalhando levá-los novamente. Pontas e flechas, facas novas. Leandro pediu não alarmar fato. Suas ordens voltarei urgência.¹⁰⁶

Não sabemos como o Coronel Lereno Nunes teve acesso aos telegramas enviados a Pedro Dantas, quando ainda estava em Vizeu. Entretanto, a posse de possíveis cópias pelo

¹⁰⁵Correio da Tarde (MA), 1911, Ed. 00544. Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital.

¹⁰⁶Idem

Coronel pode indicar as redes de influências e mais, evidenciar interesses e disputas pelo poder quanto à intervenção diante as populações indígenas e seus territórios. Não seria estranho também admitir que Lereno escolheu exibir os telegramas, certamente confidenciais, na tentativa de demonstrar que estava ciente sobre os “fatos” ocorridos com seu pessoal e que estava atento a qualquer eventual esforço de manipulação das informações por funcionários do SPILTN.

Outra informação importante sobre o caso das invasões nas supostas terras do Coronel Lereno, em Araçatiua, foi a indicação de uma reunião em 24 de setembro no Turiaçu, mediada pelo Governador Luís Domingues, com a presença dos dois coronéis seringalistas, Fortunato Bandeira e Themístocles Boguea. Além deles, estava um homem cujo nome encontramos pela primeira vez em documentação pesquisada, Índio Afonso. De acordo com a edição do jornal, era irmão de um dos indígenas assassinados como retaliação aos ataques contra os barracões do coronel, chefe de uma aldeia denominada Crautatiua que, apesar de ainda não termos identificado a localização exata, certamente estava próxima à região do Alto Gurupi.

Este caso envolvendo seringalistas, seringueiros, indígenas e funcionários do SPILTN ocupou espaço de um número significativo das edições de setembro. Além de ser emblemático porque também indicava que os indígenas reconheciam as dinâmicas do negócio da borracha, colocando-se à mesa para debater de que forma as aldeias eram atingidas pela atividade exploratória. Assim, Manoel Miranda, Subdiretor do SPILTN, ao retornar telegrama sobre o caso, sugeriu a Pedro Dantas que procurasse se entender com as autoridades locais,¹⁰⁷ como eram os coronéis seringalistas e, principalmente, tentar convencer os indígenas e esperar para continuar com a atuação de seus funcionários naquela região.¹⁰⁸

Em fins de setembro de 1911, foi exibido um telegrama de Pedro Dantas em resposta a Leandro Cunha sobre o ataque de indígenas ao pessoal do Coronel Lereno. E Pedro disse esperar que Leandro tivesse prestado toda assistência possível aos feridos do ataque ocorrido em Araçatiua, sugerindo que o Capitão Lereno suspendesse novas explorações:

Muito conviria Lereno suspendesse trabalhos novas explorações sobretudo vós deveis esforçar evitar represálias que só façam acirrar ódios ainda mais. Somos usurpadores de terras índios que, cercados de toda parte, vêm-se

¹⁰⁷Ficando evidente algo que indicamos anteriormente, que o problema não era uma atividade exploratória em áreas de território próximos ou mesmo indígenas. O problema eram esses homens seringalistas competindo com um intento do Estado brasileiro, para transformar as populações indígenas em uma mão de obra da lavoura. Entretanto, como pareceu sugerir Manoel Miranda, era muito mais frutífero aliar a esses homens do que competir com os mesmos. Como chamou a atenção Ligia Osorio Silva, o “privatismo” continuou a existir como uma espécie de freio ao desenvolvimento do Estado nacional, dificultando o estabelecimento pleno do não revolucionário, Estado de Direito. SILVA, Ligia. *Terras Devolutas e Latifúndio*: efeitos da Lei de 1850. Campinas; Editora UNICAMP, 2008.

¹⁰⁸Pacotilha (MA), 1911, Ed. 00226. Hemeroteca Digital: BN.

forçados à luta desesperada. Como tais e civilizados cumpre-nos máxima resignação ante seus ataques. Indispensável evitar imprudências penetrar em mata em número muito reduzido, como geralmente fazem trabalhadores [da] seringa. Estes devem imitar-nos procurando com pequenos brinquedos captar simpatias índios, único meio de vir estabelecer com eles relações cordiais.¹⁰⁹

Sendo importante notar que a postura do Diretor da IR-3 não é de desaprovação quanto às atividades de exploração dos seringais ou de antagonismo entre os exploradores da borracha e os funcionários do SPILTN. Revelando em primeiro momento a possibilidade de coexistência e simultaneidade entre as atividades de exploração e as entradas em busca de contato pelos funcionários indigenistas. Um exemplo ilustrando a tolerância do Serviço e da Inspeção acerca da atividade extrativista foram as atividades de Luís Antônio Alves, industrial de Pinheiro e sócio de Carlos Ferreira Coelho, que possuía desavenças com o senhor Fortunato Bandeira, na zona compreendida entre o rio Turiaçu e Gurupi, mediante a concessão por meio de leis anteriormente citadas.¹¹⁰

O industrial além das concessões do Governo Estadual, também contava com o auxílio da própria IR-3. Como indicava a seção do jornal “A Pacotilha” de 20 de novembro de 1911:

Da sua excursão no Alto Turi, onde houve correrias de selvagens, regressou no <<Cabral>> via S. Bento, o ilustre dr. Pedro Dantas, dedicado inspetor do Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais. Sabemos que a viagem de s.s. foi coroada do melhor êxito, **tendo cessado as hostilidades dos indígenas e voltando a calma e a tranquilidade às pessoas que ali se entregam à indústria extrativa, sob a direção do sr. Luís Antônio Alves.**¹¹¹

A utilização do termo “hostis” e as paragens nas quais ocorreram essas correrias possibilita pensar que esse informe se referia aos Ka’apor. Em 1913, Fran Paxeco comentou que no município de Santa Helena, perto de Pinheiro e cortado pelo rio Turiaçu, os “indígenas Urubus” forçaram a firma Alves & C a parar a extração com 150 estradas de seringueira, de onde colhiam 30 quilos de látex em média. E apesar da conveniência do SPILTN com a exploração da borracha nessa região, os Ka’apor se mostravam totalmente desinteressados na atividade, sentimento que provavelmente expresso por conhecerem a realidade precária do trabalho extrativista.

Outra informação importante ainda sobre Luís Antônio Alves, o industrial pinhense, em 1912 foi nomeado junto a outros senhores, representante da associação que analisaremos no próximo capítulo, a Cruzada Gonçalves Dias, para atuar como “braço forte

¹⁰⁹Correio da Tarde (MA), 1911, Ed. 00545. Hemeroteca Digital: BN..

¹¹⁰Pacotilha (MA), 1911, Ed. 0017. Hemeroteca Digital: BN.

¹¹¹Pacotilha (MA), 1911, Ed. 00272 . Hemeroteca Digital: BN. Grifo nosso.

na alta missão de proteger os irmãos das selvas” ou, pelo que tudo indica, defender seus barracões dos índios bravos.¹¹²

Na correspondência de Pedro Dantas, ao reportar a Manoel Miranda, Sub-Diretor do SPILT, Dantas por demonstra que os acontecimentos foram “pressentidos”, ainda mais quando era frequente a exploração imprudente. A imprudência consistia na dificuldade dos seringueiros em usarem métodos que guiavam ou deveriam guiar as ações do órgão indigenista, como a “brandura” e o oferecimento de brindes para estabelecimento de relações cordiais. O Inspetor pareceu perder de vista ou realmente desconhecia a premissa da exploração da borracha lucrativa justamente pela precarização das condições de trabalho. O investimento dos seringalistas era quase nulo, logo não fazia sentido nenhum esperar que os seringueiros fossem influenciados ou tivessem condições de oferecerem brindes aos indígenas daquela região.¹¹³

Ainda em setembro de 1911, Pedro Dantas pronunciou-se sobre o caso e fez saber algumas informações pertinentes para o entendimento das relações entre a produção da borracha e os conflitos envolvendo os indígenas. O Inspetor informou sobre um outro caso ocorrido três anos antes culminando na morte de um indígena. Uma expedição composta de 40 pessoas armadas com rifles e espingardas, chefiada por Luiz Tavares, tinha como objetivo a extinção de um aldeamento indígena, próximo à região de Montes Áureos. A expedição não teve êxito pela reação rápida dos indígenas mais numerosos, entretanto, no caminho de volta, já longe da aldeia avistou um velho indígena e o assassinaram, gerando retaliação e outros conflitos na região.

O ocorrido nessa expedição serviu como indicador da causa de Leandro Cunha não ter encontrado indígenas na região de Montes Áureos e, por isso seguir ao Jararaca, próximo às áreas de exploração de Fortunato Bandeira e de Lereno Nunes.¹¹⁴ O funcionário do SPILT afirmou ter sido conduzido por Timbiras da Praia Grande até a região. Fortunato Bandeira continuou citado em polêmicas envolvendo a agência indigenista nos territórios habitados pelos “Urubus” (Ka’apor). Pedro Dantas estando nas áreas adjacentes encontrou com o seringueiro Theodoro Machado e a família, que lhe ofereceu hospedagem no barracão.

E Theodoro Machado lhe fez saber sobre o desejo do Coronel Bandeira em realizar uma entrada na mata para alcançar os Ka’apor e sua aldeia. O seringueiro estava há seis meses

¹¹²Pacotilha (MA), 1912, Ed. 00196. Hemeroteca Digital: BN

¹¹³Correio da Tarde (MA), 1911, Ed. 00545. Hemeroteca Digital: BN.

¹¹⁴“Acima do Jararaca, para lá do lugar de Araçatiua, onde se deu o ataque dos índios ao pessoal do Sr. Coronel Lereno, possui já o Sr. Coronel Bandeira dois seringais – o da Boa Esperança e o de Igarapé-Assu, aliás tudo isso situado em terras devolutas do Estado”. – Leandro Cunha sobre a localização dos seringais irregulares de Fortunato Bandeira, Correio da Tarde (MA), 1911, Ed. 00547. Hemeroteca Digital: BN

naquele lugar sem receber nenhum recurso de Bandeira, de modo que todos os serviços se encontravam paralisados, pois tinha também dificuldades para encontrar quem estivesse disposto a trabalhar naquelas condições e época do ano, ainda mais com a chegada do verão, período em que os ataques se intensificavam.

Muito provavelmente os ataques dos índios se intensificavam no verão, pelo maior fluxo de estranhos nas proximidades de suas aldeias, inclusive pela extração da borracha em terras devolutas. Terras consideradas pertencentes ao Estado por estarem “vazias”, desconsiderando as presenças indígenas. Em 1912, ao tomar a causa de um Coronel chamado Silvino Souza, acusou o inspetor Pedro Dantas e Leandro Cunha, escrevente do SPLIN, de incitar os índios a violência contra os seringueiros e de ocultar a morte do cortamato, Clarismundo Ribeiro, que os auxiliava e teria sido atacado pelos indígenas daquela região. Foram inúmeros casos de violência envolvendo indígenas, seringalistas, seringueiros, funcionários do SPITLN e até mesmo garimpeiros. Sendo importante a localização da história do Maranhão no contexto da extração do “ouro negro”, pois no estado o produto também promoveu dentre os detentores de poder político e econômico o vislumbre de um futuro de desejado “desenvolvimento e prosperidade”.

À exemplo do Barão de Tromaí e também do Coronel Fortunato Bandeira que, além de ocuparem cargos públicos, tinham muitos interesses em explorar o produto em territórios muitas vezes concedidos por serem integrados à administração pública. E também Themístocles Boga seringalista com ocupação na Câmara Municipal de Imperatriz, como muitos outros que não conseguimos mapear, mas homens públicos e deslumbrados com o que a extração de látex poderia lhes render e por isso usaram de influências no poder público em benefício próprio.

A seguir, destacaremos atores de camadas sociais não muito distintas dos homens dos quais citamos nos tópicos anteriores, mas que, ao contrário destes, tinham certa simpatia à cauda indígena, embora ficando evidente que também eram afetados pelo ranço colonial e não desvincilhados da hierarquização social, tendo como objetivo submeter os indígenas quando não diretamente pela exploração da mão de obra, nas submissões simbólicas. Buscando pela assistência e caridade resolverem a “questão indígena”.

CAPÍTULO 2: INDIGENISMO BRASILEIRO EM TERRAS MARANHENSES

Este capítulo implica na identificação de organizações sociais que serviram como auxiliar das atividades do Serviço de Proteção ao Índio no estado do Maranhão. Encaramos tal iniciativa como parte de processos locais e globais que estavam em curso desde meados do século XIX e que alcançaram as primeiras décadas do século XX. Esses processos correspondem principalmente à busca de um imaginado “reconhecimento civilizacional” das elites dirigentes do continente latino-americano em relação à Europa. Os processos de independência das antigas colônias ibéricas desencadearam no continente uma necessidade de provar que as sociedades das quais era constituído, ainda que atingidas pela colonização ou tendo populações profundamente heterogêneas, poderiam sim, alcançar o progresso requerido e vislumbrado pelo mundo ocidental daquele momento.

Os indigenismos da América Latina, portanto, devem ser encarados como indicativos dessa tentativa comprobatória de suposta civilização no continente, principalmente considerado que estiveram intimamente conectados com a formação dos Estados nacionais latino-americanos e que significaram a criação de instituições e políticas especializadas para o trato das populações nativas. Chamamos atenção que o objetivo principal não foi pensar o SPILTN somente como elemento da malha administrativa do Estado brasileiro. Antes, nossa meta esteve em compreender como as práticas dessa agência se encontraram com práticas sociais, constituindo assim um sistema de discursos. Portanto, acreditamos que essa abordagem exige analisar não apenas textos publicados pela administração colonialista agindo sobre as populações originárias, mas uma diversidade de fontes como textos de etnologia da época, literatura, notícias de imprensa cruzando-as com a temática da construção de discursos sobre a sociedade brasileira e também das delimitações simbólicas e políticas do território brasileiro.¹¹⁵

Desse modo, faremos um breve panorama sobre o que indicamos como nosso contexto mais amplo – a construção de uma certa civilidade latino-americana –, procurando compreender como a circulação de ideias combinadas à preocupações locais, como era a questão indígena, exigiram um conjunto de ações sistêmicas envolvendo não apenas a burocracia dos Estados, mas também alguns grupos específicos nessas sociedades. O século XIX foi significativamente marcado pelas influências de alguns sistemas filosóficos, como era o Positivismo. Na América Latina, o Positivismo foi adotado pelas intelectualidades locais

¹¹⁵LIMA, Antonio Carlos de. *Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 1995, p. 16.

para instrumento no processo de transformação da “situação colonial” e “atrasada” do continente.

O continente constituiu boa parte da história a partir do processo de colonização o qual foi mantido pelo denominado “poder colonial”. A experiência do colonialismo na América ocorreu a partir da codificação das diferenças entre colonizadores e colonizados, a partir da noção de raça.¹¹⁶ Ou seja, o uso de sistemas filosóficos inseridos na dinâmica evolucionista entrecortavam os pensamentos e as práticas da época, vide o caso do Positivismo. Por isso, discordamos em parte da posição que considera totalmente inadequada a análise da política indigenista como resultado de uma ideologia de cunho positivista,¹¹⁷ indicaremos como a influência dessa filosofia é extremamente cara para se pensar medidas para o tratamento da questão indígena, especificamente no início da República brasileira.

A igualdade simbólica prevista pelas ideias liberais somente servia para uma parte da humanidade. Igualdade que certamente não serviu para os povos africanos e os povos indígenas na América. Pelo contrário, no quadro geral da humanidade esses eram quase que extemporâneos, porque contavam com forma de organização e política consideradas primitivas. Logo, esses indivíduos eram considerados diferentes (leia-se inferiores) por esse mundo europeu e as formas de existir longe de servirem como uma diversidade agregadora, era uma espécie de imperfeição. A pergunta que as potências ocidentais faziam era: se todos somos iguais, por que aquelas outras partes do mundo vivem totalmente diferente de nós? A explicação, portanto, iniciava na ideia de raça, caracterizando e hierarquizando o “diferente”.

O filósofo Michel Foucault ao analisar a lógica do racismo, apontou para a ideia de um *continuum* biológico da espécie humana, o qual fragmentou-se a partir da ideia de raças humanas distintas. O racismo, para o filósofo, teve como função primária a discriminação, e a secundária de permitir e legitimar a aquele que é instituído como *outro* morra. Podemos inferir que o humano ocidental começava a pensar assim: a morte do outro – na medida em que representa a segurança pessoal do indivíduo –, simplesmente não coincidindo com a minha vida, todavia a sua morte, o fim da raça inferior (ou do degenerado) sendo, exatamente, o que fará a vida mais sã e mais pura.¹¹⁸

¹¹⁶QUIJANO, Aníbal. *Colonialismo do poder, eurocentrismo e América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

¹¹⁷Os antropólogos Antônio Carlos de Souza Lima e João Pacheco de Oliveira fizeram isso entendendo a tutela e o poder tutelar na longa duração e, portanto, admitindo que os sistemas intelectuais ou as ideias dos períodos do exercício não fossem determinantes. Entretanto, no início do século XX, a laicização dos Estados é uma necessidade e para nós evidência que, ao menos na teoria, o Positivismo é aspecto importante do pensamento indigenista dessa época. Ainda que a realidade implique em contradições.

¹¹⁸FOUCAULT, Michel. *Genealogia del Racismo*. Buenos Aires: Editora Altamira, 1982, p. 18

Todas essas noções, aliadas ao cientificismo e ao determinismo, influenciaram uma gama de autores no Oitocentos, como Herbert Spencer, fundador do evolucionismo social e cultural. Spencer convencido de que toda ordem social era coordenada por leis gerais também foi um grande influenciador de intelectuais latino-americanos. O que nos leva de volta à questão da importância do Positivismo na formação dos indigenismos latino-americanos. Entendendo o Positivismo como difuso, pretendemos evidenciar como não ser “totalmente inadequado” analisar a política indigenista do século XX a partir dos valores desse sistema filosófico. Sobretudo, ao considerar que no caso brasileiro, a política indigenista republicana foi influenciada pelo pensamento indianista, especialmente o expressado pelos primeiros escritores românticos (Gonçalves Dias e José de Alencar).

Aqui cabe a diferenciação entre os termos “indigenista” e “indianista”. O primeiro faz referência direta ao conjunto de ideias relativas ao processo de inserção de povos indígenas na dinâmica dos Estados nacionais através de métodos para o tratamento das populações nativas. Métodos operacionalizados por uma concepção genérica do que significa ser “índio”. Em contrapartida, especificamente no contexto brasileiro, o segundo termo está relacionado à existência de uma corrente de pensamento na produção literária, embora igualmente operacionalizado pela mesma concepção genérica do anterior.

Outra observação que deve ser feita sobre essa produção literária foi o seu papel como elemento basilar para o projeto de construção do Estado brasileiro, pois funcionou como objeto de reflexão artística e política que exercitou a mente da elite intelectual brasileira até as primeiras décadas da República. Além disso, de acordo com David Treece, foi essa literatura que “registrou a destruição de uma sociedade natural, ideal, pela civilização colonial moderna da Europa e, desse modo, relegou o índio a um passado mítico, a sobreviver no presente apenas como tradição épica numa memória popular fictícia”.¹¹⁹ Ou seja, o projeto de um Estado-nacional coeso deliberadamente planejou uma forma de assimilar o indígena e esta foi a sua transformação em ficção.

Uma transformação operada pela intenção de diluir o indígena, de fazê-lo desaparecer a partir do pressuposto de que “ser indígena” era apenas um estado transitório. Desse modo, consideramos existir convergências entre o pensamento indianista e o Positivismo, principalmente sobre as motivações, constituindo-se como aspecto importante na conjuntura intelectual da segunda metade do século XIX. Convergências que a nosso ver resultou no indigenismo ou pensamento qualificado como indigenista. Assim, os indianismos

¹¹⁹ TREECE, David. *Exilados, aliados, rebeldes: o movimento indianista, a política indigenista e o estado-nação imperial*. São Paulo: Edusp, 2008, p. 28

latino-americanos ocupando principalmente o meio literário, entrecortados por ideias evolucionistas, marca da segunda metade dos Oitocentos, considerados como compatíveis às ideias positivistas e, desse modo, corroborando com o posicionamento que as políticas indigenistas latino-americanas no século XX, especificamente a brasileira, são passíveis de serem analisadas como de cunho positivista.

O Positivismo na América Latina se configurou como uma tradição eclética responsável por combinar uma reverência pelo positivo ou científico. Ademais, com a combinação dos métodos das ciências naturais e as ciências sociais, a corrente positivista favoreceu a identificação dos ‘males sociais’ dos quais os estados latino-americanos eram vítimas, permitindo o diagnóstico e a elaboração de políticas servindo como “remédio”, a fim de tratar para o devido fim às “enfermidades” do continente.¹²⁰

Além disso, o processo de formação dos estados nacionais latino-americanos enfatizou o Positivismo como uma expressão marcante do cientificismo, fornecendo ao continente um *status* cosmopolita e integrante – mesmo que periférico –, do desenvolvimento capitalista em curso. Dessa maneira, foi que temas como ciência, raça e civilização ecoaram e integraram os valores nacionais.¹²¹ Essas três temáticas serviram como peças para o entendimento das contradições das quais eram constituídas as nações latino-americanas, em maior parte não no sentido de propor resoluções amigáveis para essas contradições, antes, ocupando de instrumentalizá-las como justificativas de projetos políticos afetando diretamente ‘minorias’, como as populações indígenas.

As contradições servindo como subsídios para a formação de políticas referentes à questão indígena foram resultado da combinação de diversas respostas a uma pergunta: de que forma as emergentes sociedades nacionais deveriam lidar com as populações originárias? Marcadamente, as diversidades de resposta a essa questão seguiram historicamente por dois caminhos: a exclusão total e definitiva ou a tentativa de assimilação dos indígenas.

De todo modo, o objetivo comum dessas respostas foi a resolução da “questão indígena”, pois no processo de conformação das comunidades nacionais latino-americanas provocava uma incoerência indesejada. Importante lembrar que essa “incoerência” não era nada além do que resultado de práticas colonialistas anteriores. O indígena, apesar de nativo e originário do “novo continente”, tornou-se uma categoria etno-social operada pela diferença, sendo ele considerado o *outro* e o *estrangeiro*.

¹²⁰SILVA, Paulo R.P. O Projeto Nacional crioulo e a segregação dos povos indígenas: confluências literárias nos textos fundadores latino-americanos do século XIX. In: Anais do III Congresso Internacional Mundos Indígenas, 2021.

¹²¹ Ibidem, p. 431

Mesmo quando a intensificação de um sentimento nativista possibilitou a aproximação dos contingentes indígenas e não-indígenas, como a conjuntura do século XVIII – marcado por conflitos coloniais –, o desejo geral e comum de romper com as metrópoles não foi suficiente para colocar os dois grupos no mesmo lado da trincheira. Principalmente porque os colonos se identificavam apenas com indígenas mortos e se afastavam deliberadamente da indianidade viva.

Indianidade significa qualidade daquele considerado nativo de algum lugar, e embora originário, considerado *o diferente*. Essa qualidade foi desdobrada em dois momentos principais: o primeiro correspondendo ao início da colonização, quando as comunidades locais foram classificadas genericamente pelos colonizadores como “índios”; o segundo, quando essas comunidades mesmo tendo os próprios termos de identificação tradicionais passaram a se apropriar da indianidade como forma de acessar direitos jurídicos ou simplesmente de existência em diversos contextos coloniais e pós-coloniais

Por isso, embora sendo resultado da dinâmica colonial, foi o que muitas vezes garantiu as identidades étnicas indígenas, pois operava pela diferença promovendo a criação de “nós” e os “outros”. Ou seja, a indianidade muitas vezes possibilitou aos indígenas um mecanismo de fazer valer as especificidades, possibilidade posta por um fio com as chamadas revoluções liberais servindo de inspiração para formação das repúblicas latinas:

Las élites que toman en mano su destino conciben la nación como una simple asociación contractual de individuos libres e iguales que viven según las leyes que voluntariamente se otorgaron. Al plantear cuestión nacional en términos puramente político-jurídicos, sólo reconocen al indio en tanto que sujeto de derecho [...] El indio se convierte así en ciudadano, y deja de existir.¹²²

A ideia de converter o indígena em um cidadão e assim fazer a indianidade deixar de existir é totalmente compatível com a ordem prevista pelo Positivismo, prevendo a modernização da sociedade como um processo vertical, de cima para baixo, funcionando como meio das elites modernizadoras latino-americanas pleitearem um lugar na chamada civilização ocidental.¹²³ Assim, era necessário que a indianidade deixasse de existir, para impedir conflitos nessas sociedades impedindo a ordem o progresso. Sendo necessária a origem, ou imaginação da origem de um agrupamento humano com crenças comuns, formada

¹²²“As elites que tomam em sua mão seu destino concebem a nação como uma simples associação acontrarual de individuos livres e iguais que vivem segundo as leis que voluntariamente se outorgaram. Ao debater a questão em termos puramente políticos-jurídicos, apenas reconhecem o índio como sujeito de direito. O índio se converte assim em cidadão e deixa de existir”. FAVRE, Henri. *El indigenismo*. Fondo de Cultura Económica: México, 1999, p.31

¹²³HOBBSBAWN, Eric. *A era do capital*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

por uma coletividade solidária e homogênea que se projetaria na história para cumprir o seu destino.¹²⁴

Essas crenças comuns geralmente partiam de um passado comum, também fabricado, às vezes servindo como padrão ou apenas como inspiração para o presente.¹²⁵ No Brasil, a função inspiradora do passado foi evidente, principalmente quando relacionado aos indígenas, idealizados e aceitáveis apenas como sujeitos de um passado quase imemorial, mas indesejados vivos e contemporâneos no processo de formação do Estado nacional brasileiro. Deveriam, portanto, deixarem de existir ou se transformarem naquilo que era ansiado pela sociedade nacional.

2.1 O indianismo brasileiro

O campo etnográfico no Brasil surgiu no contexto de consolidação identitária e construção de uma identidade nacional, responsável pela formação de um imaginário sobre os povos indígenas. Ao retornar o olhar ao passado, a etnografia brasileira direcionou-se a explicação de alguns dilemas como: qual era a especificidade das populações indígenas brasileiras e se seriam passíveis de civilização os indígenas ainda habitando o território nacional brasileiro.

No caso brasileiro, o contexto de pós-Independência e de formação do Estado nacional condicionou os intelectuais a estruturarem a ordem do tempo histórico a partir das categorias “selvagens” e “antigos”. Isso porque ao ambicionar o “resgate” de um passado para legitimar o rumo pelo qual queriam seguir, os modernos brasileiros tiveram que lidar com o passado “selvagem” e pouco clássico – tendo como referência os moldes ocidentais –, fazendo que com a historiografia nacional se debruçasse sobre o que Rodrigo Turin denominou de “querela sobre o selvagem”.¹²⁶

A querela dividiu os intelectuais sobre o passado e o futuro brasileiro entre aqueles partidários da inclusão e exclusão do indígena. Os partidários da inclusão acreditavam que os indígenas eram indivíduos decadentes, tendo a decadência apenas possibilidade de remediação na catequese. Os adeptos da exclusão acreditavam que os indígenas eram incapazes de ser civilizados e, por isso, deveriam ser extintos – fosse pela natureza ou por um esforço ativo.¹²⁷ Apesar de opostos, ambos grupos acreditavam que a pesquisa da história

¹²⁴ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

¹²⁵HOBBSBAWN, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

¹²⁶TURIN, Rodrigo. Entre “antigos” e “selvagens”: notas sobre os usos da comparação no IHGB. *Revista de História*, [S.L.], n. spe, 2010, p. 131-146

¹²⁷Ver também: MONTEIRO, John M, *Tupis, tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indianismo*. Tese apresentada para o Concurso de Livre Docência. Campinas: UNICAMP, 2021.

indígena serviria como chave para compreensão do passado. Passo importante para que ações políticas fossem tomadas para consolidação do Brasil como nação, fazendo-o atingir o progresso.

O historiador francês Ferdinand Denis ao debater sobre o papel que a poesia deveria assumir no nomeado Novo Mundo, chamou atenção para a importância dos estudos sobre esse passado indígena:

O Brasil, que sentiu a necessidade de adotar instituições diferentes das que lhe havia imposto a Europa, o Brasil experimenta já a necessidade de ir beber inspirações poéticas a uma fonte que verdadeiramente lhe pertença; e, na sua glória nascente, cedo nos dará as obras-primas desse primeiro entusiasmo que atesta a juventude de um povo.

A América, estudante de juventude, deve ter pensamentos novos e enérgicos com ela mesma; nossa glória literária não pode sempre iluminá-la com um foco que se enfraquece ao atravessar os mares, e destinado a apagar-se completamente diante das aspirações primitivas de uma nação cheia de energia.

Nessas belas paragens, tão favorecidas pela natureza, o pensamento deve alargar-se como o espetáculo que se lhe oferece; majestoso, graças às obras-primas do passado, tal pensamento deve permanecer independente, não procurando outro guia que a observação. Enfim, a América deve ser livre tanto na sua poesia como no seu governo.

O Novo Mundo não poderá passar sem tradições respeitáveis: dentro de alguns séculos, a época presente, na qual se fundou a sua independência, nele despertará nobres e comovedoras evocações. **A sua idade das fábulas misteriosas e poéticas serão os séculos em que viveram os povos que exterminamos e que nos surpreendem por sua coragem e que retemperam talvez as nações saídas do Velho Mundo: a recordação de sua grandeza selvagem cumulará a alma de orgulho [...]** O maravilhoso, tão necessário à poesia, encontrar-se-á nos antigos costumes desses povos, como na força incompreensível de uma natureza constantemente mutável em seus fenômenos [...].¹²⁸

Para a compreensão desse passado antigo, mas nem tão antigo, pois contemporaneamente ainda existia se fazendo presente pela existência de um contingente significativo de indígenas em território brasileiro, foi que a Etnografia se conformou como campo de estudos no país e, especificamente, no Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. A pesquisadora Kaori Kodama destacou as principais problemáticas cercando o campo na época.¹²⁹ Uma delas, a superficialidade e artificialidade pelas quais os intelectuais interessados no campo lidavam com a questão indígena, à exemplo do pouco interesse deles em aprofundarem a variedade de línguas e dos povos, majoritariamente vistas como algo ruim.¹³⁰

¹²⁸DENIS, Ferdinand. Resumo da História literária do Brasil. In: CESAR, Guilhermino. *Historiadores e críticos do Romantismo*. São Paulo: EDUSP, 1978, p. 37

¹²⁹KODAMA, Kaori. Os estudos etnográficos no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1840-1860): história, viagens e questão indígena. *Bol. Mus. Para. Emilio Goeldi*. Cienc. Hum., Belém, v.5, n.2, p.253-272, maio-ago. 2010.

¹³⁰A autora chamou atenção que a diversidade sociocultural e linguística indígena para alguns intelectuais, como Martius e Varnhagen, eram interpretadas como sinal de decadência.

Por essa abordagem artificial o binômio Tupi-Tapuia, conformado nos tempos coloniais subsistiu, servindo tanto para justificar os estudos sobre o passado indígena, quanto e, sobretudo, justificar a ação pragmática das políticas sobre os povos indígenas contemporâneos nos estudos etnográficos promovidos pela instituição.¹³¹ Toda a diversidade indígena naquela época, então, era classificada por essas categorias genéricas. O Tupi correspondia ao indígena que mais se aproximava ao arquétipo europeu, isso porque baseado em narrativas de cronistas coloniais, os letrados do IHGB tiveram acesso a informações sobre casamentos interétnicos – entre europeus e tupis –, e a sistematização da Língua Tupi em uma gramática.

Os casamentos, majoritariamente interpretados como alianças dos indígenas com os portugueses e como submissão daqueles aos ideais dos sacramentos cristãos, junto ao trabalho realizado pelos missionários ao se debruçar sobre como as unidades linguísticas que combinaram e foram interpretados como características de sociedades potencialmente civilizadas. Potencialidade encontrando projeção também na literatura como observaremos mais adiante. Na interpretação da época, os Tapuias eram os ainda em estado bárbaro, embrenhados nos sertões, onde andavam errantes. Sendo por isso toda guerra travada contra os mesmos “justa” – vide as orientações do período joanino nos tempos imperiais.¹³² A esses indígenas foi disponível somente a guerra, nenhum espaço entre a produção literária.

O que não correspondia a nenhum tipo de privilégio aos indígenas genericamente entendidos como Tupi, pois ambas, a Etnografia e Literatura, estavam concomitante associadas às políticas indigenistas do Império:

Para os intelectuais que participaram do debate, muitos deles figuras literárias proeminentes, havia somente duas alternativas - o extermínio ou a integração -, a primeira encapsulada pela política colonial opressora de Portugal, da qual o Brasil, agora se achava supostamente livre como Estado-nação independente, ao passo que a segunda refletia a ideologia conciliatória da unidade nacional e social que viria a dominar o Segundo Reinado. Entre essas alternativas não poderia haver nenhuma posição intermediária que questionasse o valor da assimilação na sociedade branca da perspectiva da integridade e identidade cultural do índio ou que denunciasse o caráter predatório da economia imperial para seus elementos marginalizados.¹³³

¹³¹MONTEIRO, 2001.

¹³²Para esse assunto consultar: CUNHA, Manuela Carneiro. Política indigenista no século XIX: In: CUNHA, Manuela Carneiro (Org). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, FAPESP, 1992, p. 133-154; MOREIRA, Vânia M. L. 1808: a guerra contra os botocudos e a recomposição do império português nos trópicos. In: CARDOSO, José Luís; MONTEIRO, Nuno Gonçalo; SERRÃO, José Vicente (Orgs.). *Portugal, Brasil e a Europa napoleônica*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2010, p. 391-413

¹³³TREECE *apud* KODAMA, 2010, p. 258

Dessa forma mesmo com a discussão indígena no centro do processo de construção da identidade brasileira, a etnografia comprometeu e invisibilizou a existência histórica e política desses sujeitos. Não por acaso, contemporaneamente à formação do campo, políticas como o Regulamento das Missões de 1845 foram adotadas. Este apesar de estabelecer o direito a terra aos indígenas por meio das missões, concedia o usufruto de forma temporária, até quando pudessem ser confundidos com a “massa civilizada”. Ou seja, era do interesse das camadas políticas e econômicas hegemônicas constituindo o Estado-nacional, que a indianidade deixasse de existir, mesmo não sendo de forma abertamente violenta e hostil.¹³⁴

É fácil notar que a etnografia teve objetivos muito pragmáticos, um deles foi disponibilizar ao Estado informações para servir como guia e diretriz na articulação em solucionar o problema indígenas, implicando transformá-los em braços úteis, deixando de se constituírem como inimigos internos. A etnografia brasileira surgiu como um campo de estudos de interesses para os letrados justamente no decurso das transformações produzindo novas compreensões para os conceitos de civilização, pátria e, em particular, o de nação.¹³⁵

Como apontaremos a partir de Gonçalves Dias, a conciliação entre esses campos científicos e a literatura resultou em imagens operando nas políticas indigenistas dos respectivos países, pelo menos até as primeiras décadas do século XX. Nesse contexto, o imaginário literário brasileiro teve no Romantismo a principal expressão, especificamente porque o movimento tinha como um dos princípios o “primitivismo”, despojado de qualquer caráter pejorativo, significando a busca pelo tradicional e específico de um povo, adequando-se às aspirações nacionalistas. No Brasil, o Romantismo confundiu-se com as aspirações de grupos ávidos por um discurso cultural representando artisticamente a independência política e a unidade da nação.¹³⁶ Sendo um dos destaques, Antônio Gonçalves Dias.

O poeta Antônio Gonçalves Dias nasceu em Caxias, Maranhão, em agosto de 1823. Era filho de um comerciante português e uma “índia mestiça”. Foi considerado ao lado de José Alencar, como um dos melhores autores do gênero romântico indianista por críticos literários como Silvio Romero. Isso porque suas obras teriam alcançado o objetivo efêmero do

¹³⁴ DORNELLES, Soraia Sales. *A questão indígena e o Império: índios, terra, trabalho e violência na província paulista, 1845-1891*. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Campinas, 2017

¹³⁵ KODAMA, 2010, p. 263

¹³⁶ OLIVEIRA, Andrey. O Indianismo romântico como primitivismo americano: o caso Gonçalves Dias. *Graphos*. João Pessoa, v. 8, n. 2, 2006.

indianismo, o entusiasmar o sentimento de emancipação nacional e afastar a literatura da mera “imitação portuguesa”.¹³⁷

Segundo os analistas das obras de Gonçalves Dias, o poeta tinha o indígena como substância de seus poemas, caracterizando o seu romantismo como “genuinamente brasileiro”. De acordo com Rodrigo Otávio, o brasileiro “desde que tomou consciência de sua individualidade, quis ver no índio altivo, orgulhoso, forte e independente, o símbolo da nacionalidade”.¹³⁸

Possivelmente o indianismo gonçalvino foi realmente “genuinamente brasileiro”, mas por outro motivo, por sustentar um paradoxo.¹³⁹ O paradoxo gonçalvino foi condicionado pela proximidade estreita do Indianismo com o poder.¹⁴⁰ De um lado, o poeta se mostrava como defensor dos indígenas contra a usurpação dos braços; enquanto do outro “falsificava” os traços físicos e socioculturais do índio brasileiro, buscando diluir a identidade e torná-lo semelhante ao branco. A “falsificação” do “índio brasileiro” é visível dentre as muitas obras do poeta maranhense, inclusive, em um dos poemas mais conhecidos, *A Canção do Tamoio*. O poema foi publicado na compilação dos poemas do autor em 1851, *Últimos Cantos*, sendo abordado os temas do combate, a coragem e a força de um indígena Tamoio:

Não chores, meu filho;
Não chores, que a vida
É luta renhida;
Viver é lutar.
A vida é combate
Que os fracos abate
Que os fortes, os bravos
Só pode exaltar.¹⁴¹

Longe de nos atrever a fazer uma análise literária, gostaríamos de evidenciar que a partir de uma leitura atenta do poema – individualmente ou a partir do cancionero geral –, junto a análise de pesquisadores que se dispuseram a refletir sobre as obras de Gonçalves Dias, pode-se concluir que quase sempre o narrador das canções se confunde com o próprio autor, deixando por vezes evidente não apenas a intenção do autor em enaltecer a figura do indígena, como também o etnocentrismo. Principalmente quando efetuou a transposição de sentimentos ou concepções ocidentais de temas como a guerra, como se observado no trecho

¹³⁷GOMES NETO, Darcy. *O indianismo na poesia brasileira: contradições ideológicas do arcadismo ao modernismo*. Rio de Janeiro: PUC, 1982

¹³⁸ *Idem*

¹³⁹Concluimos que o termo paradoxo é o mais adequado do que incoerência, como utilizou Darcy Gomes Neto. Isso porque, em nosso entendimento, ao usar este termo o autor projetou em Gonçalves Dias, um letrado vinculado ao IHGB e ao campo da etnografia, uma concepção que não era própria de seu tempo, mas sim de boa parte de pesquisadores contemporâneos.

¹⁴⁰GOMES NETO, *Op. Cit.*

¹⁴¹DIAS, Antonio Gonçalves. *Canção do Tamoio*. IN: *Últimos cantos*, 1850.

acima citado. Isso porque entendemos que o combate para os povos indígenas àquela altura não significava apenas um meio de se demonstrar mais forte ou ser exaltado, os combates nesse contexto do Oitocentos estavam intimamente conectados com a sobrevivência sociocultural e física desses povos.

Em suas obras, Gonçalves Dias sustentava a visão de época paradoxal sobre o indígena que, ao mesmo tempo o reconhecia como participante da suposta matriz racial e sociocultural, mas esperava dele atributos ocidentais como forma de diluí-lo no “grande caldeirão” da sociedade nacional. Paradoxo perdurando muitos anos na Literatura e, o mais importante para esta pesquisa, na política indigenista republicana executada pelo SPILNT.

A revisitação ao contexto brasileiro foi um modo de evidenciar como as estruturas mentais (a intelectualidade, o imaginário) de uma sociedade são importantes para a análise do funcionamento das políticas. Partindo da prerrogativa de Jacques Julliard, a de que o historiador da (Nova) Política deve encarar a temporalidade de maneira mais larga e longa, encarando-a sob o ângulo da mudança, mas, principalmente, da permanência.¹⁴²

2.2 A inauguração e os fundamentos da Cruzada Gonçalves Dias

“Para esse programa de confraternização e de paz, é que devem os homens de coração encaminhar o espírito da época, colocando-se ao lado do elevado ideal que os apóstolos de uma causa nobilitante procuram, neste momento, seguir.”¹⁴³ Essas palavras foram assinadas por Frederico Figueira, em 1911, na seção reservada aos assuntos do SPI, em um dos jornais mais importantes do Maranhão à época, *A Pacotilha*.¹⁴⁴

Assim Frederico Figueira, Presidente do Congresso Legislativo do estado e também um dos mais ilustres maranhenses daqueles anos, tentou com as palavras citadas acima comover os mais diversos setores da sociedade maranhense para ingressarem na empreitada, ou melhor, na Cruzada em favor da proteção aos indígenas. Como os contemporâneos, Figueira acreditava que o estado de civilização em que a sociedade se encontrava não era mais permitido que as “raças inferiores [os índios]”¹⁴⁵ fossem tratadas com crueldade pelas “superiores [brancos]”, ao contrário, pela condição inferior eram dignas de proteção.

¹⁴²JULIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: Novas abordagens*. 4. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, p. 180-197.

¹⁴³Pacotilha, 1911, Ed. 00230. Hemeroteca Digital: BN.

¹⁴⁴MENDONÇA, Edinamária. Da posição-sujeito às tomadas de posição: o jornal Pacotilha no contexto das comemorações do tricentenário da fundação de São Luís, capital do Maranhão. Disponível em: http://www.pgletras.uerj.br/linguistica/textos/livro07/LTAA7_a26.pdf

¹⁴⁵Podemos assentir que cabia aos negros, porque possivelmente engrossavam o contingente dos trabalhadores sobre os quais o Serviço também tinha a pretensão de cuidar.

Ademais, para o político, “a nova campanha abolicionista, levantada oficialmente pelo benemérito ex-ministro Rodolfo Miranda e superiormente sustentada pelo abnegado coronel Rondon merecia o apoio dos filhos da pátria de Gonçalves Dias”. Pois, a “elevação humanitária” desejada somente ocorreria mediante essa campanha de paz. Possibilitando inferir o seu acordo com a prática tutelar prevista pela política indigenista republicana do SPILTIN que, ao ser encarada a partir da moralidade e dos supostos valores civilizacionais, reduzia as populações indígenas a um estado de hipossuficiência.

Pelo paradigma da tutela, o indígena foi rotulado como se estivesse na infância, a causa da incapacidade em compreender as realidades complexas. Ou seja, a existência era vista como inferior.¹⁴⁶ Por isso era que os maranhenses deveriam se colocar a serviço da Cruzada, fossem da capital ou do interior. A sociedade maranhense deveria demonstrar que estava se encaminhando para o estágio mais sublime da civilização e faria isso seguindo os “sentimentos altruísticos” que homens como José Bonifácio, afamado como o Patriarca da Independência, tinham cultivado em relação aos indígenas. Homens que penetraram selvas e se surpreenderam com as tabas ignoradas e as consideradas miseráveis nações selvagens, vítimas de perseguições e morticínios de sujeitos que se diziam civilizadores.

Além disso, o poeta maranhense foi considerado pelos conterrâneos, fossem os contemporâneos e, principalmente, aqueles que viveram *a posteriori*, um dos baluartes da cena literária do estado na primeira metade do século XIX. Seu trabalho, assim como de Sotero dos Reis e João Francisco Lisboa contribuíram para a elaboração de uma identidade maranhense singular e específica, encontrando na Literatura o meio mais profícuo para a construção e disseminação.

Contribuindo para a representação da capital maranhense como a Atenas Brasileira que, segundo Rafael de Resende, esteve diretamente vinculada a um paradigma da historiografia local defendendo os Oitocentos como um período de expressivo progresso econômico e fulgor cultural. Mesmo admitindo a razoabilidade, o autor chamou atenção que não se pode ver o progresso econômico e a ebulição cultural de forma simplista, como se fossem grandezas diretamente proporcionais, pois existia uma rede de significados sobre aquilo vivido no Maranhão.¹⁴⁷

Portanto, é importante assinalar que os principais sujeitos preocupados com a construção do mito da Atenas Brasileira, era o setor da elite intelectual, intimamente

¹⁴⁶TRINIDAD, Carlos Benitez. El indio y el otro: indigenismos, representaciones y usos discursivos en el indigenismo brasileño del siglo XX. *Teseo Press*, 2019, p. 39

¹⁴⁷RESENDE, Rafael Serra de. *Atenas brasileira: representações sobre o mito (1840-1880)*. São Luís, 2007, 85 f. Monografia (Graduação) - Universidade Estadual do Maranhão.

vinculada com as elites comerciais e latifundiárias. Não por acaso, ainda no início do século XX, esse setor, a essa altura também vinculado ao setor dos profissionais liberais, preocupou-se em restabelecer na capital maranhense o mesmo “esplendor intelectual” vivido nos Oitocentos. Uma dessas formas de restabelecimento de esplendor seja a recorrente lembrança do nome de Gonçalves Dias como um nobre patricio maranhense, pela contínua comemoração relembrando a morte precoce, pela construção de praça em sua homenagem (1873) ou pelo uso do nome em uma associação civil tendo como meta a civilização dos indígenas no estado.

Esta última particularmente nos interessa, porque considerando o conjunto onde está inserida, apresenta, ao menos duas questões: a primeira que a identidade maranhense, fosse no século XIX ou no começo do XX, constituía-se a partir de uma ideia de distinção em relação a construção identitária nacional, ainda que em alguns momentos fosse necessário participar desta; a segunda, o exercício da tutela sobre as populações indígenas não deve somente ser analisado a partir de códigos institucionais (como os do SPILT), também se faz necessário entender que a efetivação passou também por regimes de sociabilização histórico e culturais.

Nesse sentido aconteceu a solenidade de instalação da chamada Cruzada Gonçalves Dias, ocorrida em 12 de outubro de 1911, exatamente quatro dias após uma reunião realizada na casa do Diretor da IR-3. No pomposo evento estiveram presentes as “principais pessoas” da capital e famílias.¹⁴⁸ Apresentando razões para apreender que o trato da questão indígena era relevante para a formação da identidade maranhense.

Na solenidade, estiveram presentes o Governador Luís Domingues, Pedro Dantas, Frederico Figueira, além de outras figuras como Oscar Galvão, Anízio C. Palhano, William W. Coelho de Souza e J. Palhano de Jesus também integrantes da associação. A presença feminina também deve ser destacada e explicaremos a depois, por isso destacamos que dentre as mulheres estiveram Corina Pecegueiro, Maria Celestina Palhano, Honorina Lima de Moura, Orlisa Palhano de Jesus, Maria Galvão e outras. Ainda participaram da ocasião Manoel Garrido, estudante do Liceu Maranhense; Crispim Martins, representante da Loja Maçônica 17 de Outubro, e Fran Paxeco vinculado ao Centro Republicano Português. A solenidade contou com pelo menos cinco discursos que comentaremos de forma muito breve a seguir. Sendo importante chamar atenção do leitor que os discursos não foram transcritos ao jornal de forma “plena”, antes passaram por filtros interpretativos do redator, responsável por escolher trechos e assuntos pontuais.

¹⁴⁸Pacotilha, 1911, Ed. 00238. Hemeroteca Digital: BN.

O primeiro orador foi o chefe do legislativo maranhense e jornalista político, Frederico Figueira, que na fala improvisada – segundo o jornal –, evocou nomes como os de José Bonifácio, a quem chamou de Patriarca da Independência brasileira e Gonçalves Dias, “padroeiro espiritual” dos cruzados. De acordo com a narrativa, a finalidade da nova empreitada era ‘empregar todos os esforços para que cessassem totalmente os morticínios, os esbulhos, as explorações que eram vítimas os índios’.

Para a garantia das posses e segurança de seus territórios, para o respeito da organização interna e autonomia das “tribos”, para a justiça contra os crimes cometidos, para o fim da coerção dos índios e para a melhora de suas condições de vida através do ensino de técnicas para reformulação de suas habitações, do provento de instrumentos de lavoura, animais domésticos e sementes, além do ensino primário e profissional, sem caráter obrigatório.¹⁴⁹

Mesmo que Figueira não estivesse diretamente vinculado ao SPILT, é curioso observar como o mesmo parecia ter domínio sobre as diretrizes regulando o funcionamento do órgão. Fazendo-nos pensar sobre um ideal positivista compartilhado e em quais condições o interesse pela questão indígena surgiu. Do que se trata esta última, existe uma grande possibilidade que o interesse estivesse relacionado com a realidade do lugar de onde vinha. Apesar de nascido em Picos, atual município de Colinas do Maranhão, o presidente do Legislativo atuou como promotor em Barra do Corda. Esse município historicamente reconhecido por abranger territórios indígenas, além de palco de um dos conflitos mais significativos da história do estado envolvendo as populações indígenas, à saber, o Conflito de Alto Alegre (1901).

O Conflito de Alto Alegre, ocorrido em 13 de março de 1901, é um assunto delicado até os dias atuais, responsável por reviver sentimentos controversos que marcam as relações entre indígenas e não-indígenas da região do Centro-Sul do Maranhão, o evento do Alto Alegre, o qual deliberadamente compreendemos como um conflito, em consonância com os escritos de pesquisadores como Carlos E. Everton e Maria A. Custódio. O conflito foi comumente interpretado como um massacre promovido por indígenas da etnia Tentehar contra os benevolentes missionários capuchinhos lombardos da Colônia de São José da Providência.¹⁵⁰

¹⁴⁹Idem

¹⁵⁰Para saber mais: MATTOS, Izabel Missagia. *Missão Religiosa e Violência: Alto Alegre, 1901*. ANPUH – SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23, 2005, Londrina. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/read/12684212/missao-religiosa-e-violencia-alto-alegre-1901-nucleo-de-;> EVERTON, Carlos E. P. “Hoje e Amanhã celebri a História para Encanar-vos no Povo”: os embates de memória sobre o Conflito do Alto Alegre. Dissertação (mestrado). Orientador: Alan Kardec G.P. Filho. São Luís, 2016, 192 f. CUSTÓDIO, Maria A. *Missão Capuchinha e resistência Tentehar: Releituras do Conflito de Alto Alegre*. Cad. Pesqui., São Paulo, v.50, n. 175, p. 316-342, jan./mar. 2020.

A conformação do aldeamento em território expropriado, o isolamento das crianças indígenas e a discordância dos Tenetehara com o modelo de educação que se afastava das tradições tensionaram as relações entre indígenas e Capuchinhos. Especificamente, a condição de isolamento das meninas indígenas parece ter sido o pivô para o evento. Isso porque, conforme a etnologia produzida ao longo do século XX, as meninas eram imprescindíveis para a continuação e a ampliação dos núcleos familiares, pois quando casavam, os maridos passavam a integrar o grupo familiar dos pais, resultando no fortalecimento econômico e político do grupo.

Tendo noção das tensões que constituíram o conflito de Alto Alegre, vale assinalar que no período do ocorrido, jornais como o “Norte”,¹⁵¹ veicularam em primeira mão os acontecimentos, promovendo os Capuchinhos como mártires que se dispuseram a estar entre selvagens que viviam na devassidão, na bebedeira e na terrível luxúria.¹⁵² Essa informação, precisamos dizer, não significa dizer que Figueira concordava na inteireza com o modo de veicular as informações, o mais palpável disso é a conexão com a questão indígena. Além dessa, existe outra informação que não podemos perder de vista, o município de Barra do Corda, onde era editado o jornal, desde o final do século XIX, constituiu-se em terreno fértil para a organização de Clubes Republicanos, para debater sobre a situação e as possibilidades da substituição do sistema monárquico para o sistema republicano, como o fundado por Isaac Martins e integrado pelo próprio Figueira, onde muito provavelmente se discutia a questão dos povos indígenas.¹⁵³

Essas informações indicam quais teriam sido as possíveis motivações do presidente do legislativo em participar da associação, ao mesmo tempo possibilitando inferir as conexões entre o grupo que participava e os ideais positivistas e republicanos. Particularmente a última, sobre a participação em um clube de matriz republicana, com importância significativa quando consideramos que em no discurso há evocação de nomes como o de José Bonifácio que, apesar de não ter as ideias sobre questão indígena incorporadas à Constituição de 1824,

¹⁵¹Fundado em 1888, por Isaac Martins, Frederico Figueira e Dunshee de Abranches, editado no próprio município de Barra do Corda,

¹⁵²SILVA, Thiago Silva e; BRITO, Áustria R. Para além da estrutura linguística: as releituras de alunos do ensino fundamental sobre o “Massacre de Alto Alegre” a partir das vozes indígenas dos Guajajaras”. *Revista Práticas de linguagem. Revista Prática de linguagem.* p, 50 Disponível em: <https://www.ufjf.br/praticasdelinguagem/files/2019/01/ART-4-47-66-PARA-AL%C3%89M-DAS-ESTRUTURA-S.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2022

¹⁵³Para saber mais sobre os positivistas e a simpatia humanitária em relação aos povos indígenas: GAGLIARDI, 1989.

teve certa influência sobre a formação de um ideal indigenista nacional tanto no Império, quanto na República.¹⁵⁴

O reconhecimento de Bonifácio como uma figura basilar para os ideais republicanos deixando evidente as influências da filosofia positivista. Eliane Superti, ao considerar que o Positivismo se constituiu como um projeto republicano de regulamentação das relações de trabalho na construção da legislação trabalhista no século XX, ponderando que por haver um proletariado organizado como o europeu, positivistas como Miguel Lemos consideravam que a efetivação do projeto positivista seria promovida pelas camadas liberais e médias.¹⁵⁵

Portanto, em via de convencer essas camadas, figuras como a do “Patriarca da Independência”, e até mesmo, Nísia Floresta foram utilizadas para legitimidade aos argumentos positivistas, atribuindo às mesmas a posição de precursoras históricas da “religião da humanidade”. Principalmente à figura de Bonifácio, pois em meados do século XIX apresentou através dos escritos – alguns não publicados –, a necessidade de garantir a unidade territorial e de construção de uma identidade nacional, diretamente acordado com a busca dos positivistas em afirmar que era possível no Brasil implementar a “revolução positivista”.¹⁵⁶

Como apontaram as historiadoras Nívia Pombo e Marina Machado, para Bonifácio era central a questão de como transformar habitantes dispersos em um corpo político sólido. Para o mesmo, a resolução desse questionamento estava na unidade territorial e na construção da identidade nacional, saindo então na defesa de uma administração promovida por homens iluministas e a regulação da agricultura – compreendida como fonte da riqueza. As ideias de intervenção de “homens iluminados” na política e a regulação agrícola ainda encontravam projeção nas primeiras décadas da República brasileira.¹⁵⁷

No início do século XX, o lugar de “homens iluminados” era ocupado principalmente pelos positivistas tendo como objetivo a organização da sociedade brasileira, como forma de alcançarem isso, tinham como principal preocupação a formação de um proletariado. Isso porque pelo preceito positivista o proletariado era, junto com as mulheres, a camada social destinada a compreender o Positivismo.

¹⁵⁴MOREIRA, Vânia. De índio à Guarda Nacional: cidadania e direitos indígenas no Império (Vila de Itaguaí, 1822-1836). *Topoi*, v. 11, n. 21, jul-dez. 2010, pp. 127-142.

¹⁵⁵SUPERTI, Eliane. *Da incorporação do proletariado ao direito do trabalho: um estudo sobre o projeto positivista de organização das relações de trabalho no Brasil*. São Carlos, 2004, 232 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de São Carlos.

¹⁵⁶Segundo Comte, “[...] a revolução geral do espírito humano está hoje quase inteiramente realizada. Nada mais resta, como indiquei, além de completar a filosofia positiva [...] o triunfo definitivo da filosofia positivista ocorrerá espontaneamente e restabelecerá a ordem na sociedade. (COMTE, 1983, p. 18).

¹⁵⁷POMBO, Nívia; MACHADO, Marina M. *Na antecâmara do Império: o direito à terra e o debate sobre a propriedade no pensamento de José Bonifácio de Andrada e Silva (1819-1822)*. Revista Tempo, Niterói, vol. 25, n. 1, jan/abr. 2019.

A ação desse proletariado consciente adicionada à dos filósofos positivistas resultaria na organização do poder temporal, operando a partir da opinião pública, imprescindível para a consolidação da ordem industrial científica desejada pela filosofia positivista que, apesar de considerar o proletariado como agente, reduzindo a agência às questões morais. Sendo os responsáveis por promover no seio das próprias famílias a educação, a fim que os filhos se submetessem espontaneamente ao poder. Poder esse que era a coesão daquele que manda e obedece, ou seja, a ordem. Operada pelo Estado, fruto da própria sociedade, também responsável por submeter a si todas as atividades a fim de governar e manter a ordem.

Por isso, os positivistas interpretaram a crise do Império como uma crise metafísica, sendo muito deles abolicionistas, pois entendiam que a ciência como base de explicação histórica possibilitaria a orientação prática da doutrina positivista que por sua vez promoveria a organização da sociedade sob o trabalho livre, a industrialização e a república. A regulação da agricultura sempre esteve intimamente conectada com o mundo do trabalho, relação que inclusive apareceu destacada nos *Apontamentos para a civilização dos índios bravos do Império do Brasil*, escrito por José Bonifácio em 1823. Como o próprio título sugere, o texto indicou apontamentos para a integração dos índios à sociedade nacional. Antes de sugerir as diretrizes para que esse objetivo fosse alcançado, o autor se debruçou naquilo que entendia como empecilhos para a civilização indígena.¹⁵⁸

Os empecilhos estavam relacionados tanto à natureza dos “índios”, ou seja, ao suposto estado primitivo que ainda se encontravam àquela altura, quanto pelo modo de como os portugueses e brasileiros os tratavam. Sobre a natureza dos índios assinalou que eram povos vagabundos, dados à guerra e ao roubo, além de serem entregues inevitavelmente à preguiça, visto que tinha sempre à disposição a vastidão da natureza pelo desconhecimento da noção de propriedade privada, característica imprescindível do chamado homem civilizado.

Depois da explicação sobre os empecilhos acima, o autor elencou pelo menos 44 passos para levar a suposta civilização dos indígenas. Advertiu que os empreendedores da ideia civilização deveriam agir com justiça, não expropriando as terras indígenas, com brandura e constância buscando contato por meio de boas-vindas e também pela entrega de presentes, além de ter admitido a atuação de missionários católicos romanos. Dentre todos esses passos, queremos chamar atenção para a seção diretamente conectada com as relações entre a regulação da agricultura e o mundo do trabalho.

¹⁵⁸BONIFÁCIO, José. *Apontamentos para a civilização dos índios bravos do Império do Brasil*. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/bndigital0165/bndigital0165.pdf

A partir do vigésimo passo indicando a necessidade de escolas práticas de artes e ofícios, ficando evidente como as proposições de Bonifácio influenciaram diretamente a política indigenista do SPILT, ¹⁵⁹ pois a partir desse defendia a instrução dos indígenas, a fim que entendessem a importância do trabalho pelo exemplo dos brancos – que conviveriam e também seriam estimulados a estabelecer relações não apenas comerciais, mas também de matrimônio. E para os brancos a responsabilidade de lhes iniciarem no mundo do trabalho, primariamente pela ocupação de cargos como pescadores, tropeiros, peões e guardas de gado até gradualmente se acostumarem com a lavoura, de onde aprenderiam a tirar o sustento e posteriormente comercializarem, sendo inseridos na dinâmica mercadológica nacional.

Além disso, José Bonifácio, apesar de não ter indicado uma ruptura definitiva com o modo de catequização cristã, não deixou de criticar ou mencionar as violências cometidas contra os indígenas com o pretexto de torná-los cristãos. Por isso, para considerável parte dos republicanos, também positivistas, utilizaram dos apontamentos para a formação de uma política indigenista laica, pois conseguiram observar no Patriarca a renúncia da crença em uma fé cega para a vivência em uma fé racional, está tão efetiva capaz de até mesmo convencer os indígenas de viverem a “liberdade da civilização”.

Por essa projeção, o nome do “Grande Andrada” e ideais foram recorrentemente acionados, fosse nos relatos de simpatizantes do SPILT, como Figueira, ou nas de funcionários organicamente vinculados à instituição, como observado na citação seguinte:

Enfrentando o problema, o governo da República, fiel aos princípios constitucionais, deu-lhe a única feição que era compatível com **o regime da mais ampla liberdade espiritual**. Estabeleceu-se a <<proteção>> e não a <<catequese>>. Com aquela visa-se apenas estabelecer a confiança, a amizade, conservando-se essas populações **mais atrasadas, a fim [sic] de associá-las conosco**.¹⁶⁰

A citação acima foi elaborada por Manoel Miranda, Subdiretor do Serviço, a partir dela sendo possível a apreensão que o regime republicano era visto como ideal para a promoção de uma liberdade ao indígena. Essa liberdade seria resultado da elevação racional e também espiritual desses na linha de frente da questão indígena na jovem República. Ou seja, parecia que a promoção de um programa de proteção aos indígenas correspondia muito mais ao impulso de um grupo, um coletivo específico dessa sociedade nacional se reivindicando como moralmente elevado e pouco tinha a ver com a promoção do bem-estar para as populações indígenas.

¹⁵⁹Importante que antes de influenciar o SPILT, as proposições influenciaram diretamente a política indigenista do século XIX, à exemplo do comentado Regulamento de Missões. Ver: CUNHA, 1992; DORNELLES, 2017.

¹⁶⁰Pacotilha, 1911, Ed. 00241. Hemeroteca Digital: BN.

Importante lembrar que parte desse grupo ou coletivo, no Brasil, formou-se a partir de camadas médias urbanas ou pequenos produtores, ocupando um lugar em oposição à matriz bacharelesca e romântica constituindo as estruturas imperiais. Sendo atraídos ao positivismo indivíduos desejando a ascensão a partir do exercício de carreiras técnicas ou ainda aqueles advindos de grupos economicamente ascendentes buscando relevância política a partir da formação acadêmica tradicional, frequentando os cursos de Direito de São Paulo e Recife.

Essas características, entretanto, parecem não se adequar a todos os microcosmos constituindo esse grupo ou coletivo. No caso do microcosmo maranhense, partindo do caso da associação “Cruzada Gonçalves Dias” e considerando as incipientes industrialização e urbanização, além da condição periférica na política nacional, considerando que o segundo requisito não sendo cumprido por esses indivíduos, pois os representantes não constituíam um grupo economicamente ascendente mas politicamente emergente, significando dizer que a aderência aos ideias positivistas, lidos como diretamente relacionados aos republicanos, entendida a partir da especificidade. A seguir uma tabela ilustrando o perfil dos associados.

Tabela 03: Sócios da Cruzada Gonçalves Dias entre 1911-1912

1911	
Pedro Dantas	Diretor da IR-3.
Frederico Figueira	Chefe do legislativo maranhense, jornalista.
Oscar Galvão	Médico sanitarista.
Anízio Palhano	Engenheiro especialista em projetos paisagísticos.
William Coelho de Souza	Engenheiro agrônomo.
José Palhano de Jesus	Engenheiro agônomo.
1912*	
João de Almeida Rodrigues	Major e Inspetor Escolar de Barra do Corda.
Teofio de Lima Baima	Negociante e Subintendente da Vila de Guimarães.
Luíz Alvez	Industrial pinheirense, seringalista na região do Turiaçu e Major-fiscal da Guarda Nacional.
Joaquim Pires	Juiz de direito de Itapecuru.
Arsace Gomes de Castro	Coletor de impostos e Professor de Ensino Agrícola em Monção.
Joaquim de Carvalho Nina**	Coronel em Anajatuba e Arari.

Pedro José Pereira	Alferes do 282º Batalhão de Infantaria e morador de Anajatuba.
Bernardino Leovejildo de Souza	Sócio da Cruzada em Anajatuba, nada mais sobre ele foi encontrado na documentação analisada.
Euzébio Rodrigues Prazeres	Sócio da Cruzada em Anajatuba, nada mais sobre ele foi encontrado na documentação analisada.
João Loyola da Cunha	Sócio da Cruzada em Anajatuba, nada mais sobre ele foi encontrado na documentação analisada.
Hemórgenes Ewerton	Sócio da Cruzada em Anajatuba, nada mais sobre ele foi encontrado na documentação analisada.
Mariano Serrão Chagas	Tenente-coronel em Santa Quitéria.

*Novos membros. **Responsável por recrutar cinco sócios para Cruzada em Anajatuba.

FONTE: Tabela elaborada pela autora.

O que nenhuma forma invalida a nossa proposta de analisar a política indigenista a partir da difusão do Positivismo, mas apresentando duas questões importantes e conectadas. Sendo a primeira, a admissão da efetivação de práticas tutelares transinstitucionais, ou seja, além das instituições criadas no seio do próprio Estado;¹⁶¹ e a segunda o reconhecimento que os discursos construídos a partir do poder tutelar mobilizam valores morais e supremacistas compartilhados nacionalmente, vide o próximo tópico.

2.3 Um projeto republicano

A política indigenista tinha o papel de socialização dos suposto padrões civilizatórios de um Estado Nacional imaginário,¹⁶² dessa forma, fomos impelidos a pensar o indigenismo como uma experiência nacional, mas com particularidades dependentes das conjunturas regionais. Principalmente ao qualificar as diversidades indígenas a partir do termo (ou da noção) de ‘índio’ – muito presente nos discursos das políticas indigenistas –, como uma categoria supra étnica não denotando nenhum conteúdo específico dos grupos que abarcava,

¹⁶¹LIMA, 1995.

¹⁶²SILVA, Cristhian Teófilo da. Indigenismo como ideologia e prática de dominação apontamentos teóricos para uma etnografia do indigenismo latino-americano em perspectiva comparada. *Latin American Research Review*, vol. 47, n. 1, 2012, pp. 16-34.

senão uma particular relação entre os mesmos e outros setores do sistema social do qual os indígenas também faziam parte.¹⁶³

O indigenismo sendo, portanto, responsável por criar e se localizar em um vasto território de imagens e imaginários baseando-se nos filtros tanto populares quanto eruditos, fazendo do indígena uma figura polissêmica e múltipla.¹⁶⁴ Tendo isso em perspectiva buscamos entender como a categoria e a percepção daquilo que é “índio” não apenas se constituía como forças motoras dessas políticas, mas também da organização desse mundo social composto por indígenas e não-indígenas. Inclusive, foi a partir dessas apreensões que grupos como o de associados da Cruzada Gonçalves Dias também formaram a autoimagem, a que estavam em um outro patamar da evolução social e que por isso precisavam conduzir aqueles “infelizes patrícios das florestas” à “verdadeira civilização”. Pois somente a partir do convívio com a sociedade nacional foi que essas populações tidas como atrasadas conheceriam a verdadeira liberdade.

Voltando à solenidade de inauguração da Cruzada, esteve com a palavra Pedro Dantas, segundo o redator do jornal, com uma voz sincera e comovida diante o compromisso da sociedade maranhense com a proteção do indígena e a localização do trabalhador nacional, que era traduzido no acolhimento da Inspeção. No discurso citou nomes como o de Cândido Rondon, como modo de atribuir ao trabalho da Inspeção a "abnegação" com a qual o coronel lidava com a causa humanitária dos povos indígenas. E, por último, leu uma circular de Manoel Miranda, na qual o Subdiretor comentava quais as vantagens de filiação na “cruzada redentora”.

Raimundo Valle, o terceiro orador daquela manhã, e também responsável pela segunda menção aos nomes de José Bonifácio e Gonçalves Dias, conferiu a este último tipos de “heroísmo e lealdade” que honraram a raça indígena. O quarto orador, estudante do Liceu Maranhense, Manoel Garrido, semelhante ao anterior, também citou as mesmas duas personalidades históricas que entendia como protótipos geniais responsáveis pela defesa do amor e paz pelas roças abandonadas.

O quinto e último foi o Governador Luís Domingues, afirmando que no dia quando, pelos laços de concórdia e harmonia, os indígenas estivessem confundidos com a classe operária maranhense, em formação, o território maranhense não terminaria onde o território indígena começasse, mas abrangeria a “vastidão de terreno, ubérrimo, grandioso e fértil,

¹⁶³BATALLA, Guillermo Bonfil. El concepto de Indio en América Latina: una categoría de la situación colonial. *Revista semestral de la Asociación Latinoamericana de Antropología (ALA)*, ano 2, n.3, 2019, pp. 15-37.

¹⁶⁴BENITEZ, Op. Cit.

desde o Parnaíba às águas cristalizadas e volumosas do Gurupi”, completando os esforços realizados pela grandeza da terra maranhense.

Diante desses discursos brevemente citados, foi possível ter pistas do que a existência da Cruzada Gonçalves Dias como auxiliadora do SPILTN significava para o Maranhão e os maranhenses àquela altura. Ainda mais quando a política indigenista era encarada como algo genuinamente republicano, pretendendo superar os atrasos e malefícios dos tempos coloniais, ainda sentidos por aqueles que estavam se “iluminando”. A resolução da questão indígena pode ser interpretada como uma das expectativas compondo o horizonte ideal dessa sociedade que desejava ser civilizada, ordenada e porque não dizer mais “positiva”? Se prestarmos atenção aos nomes de mulheres destacados, percebe-se que mais do que um projeto de um “meio grupo de cavalheiros”, a cruzada era um projeto social.

Sabe-se que o Positivismo teve grande importância para os processos de proclamação e formação da República Brasileira, não só politicamente, mas principalmente na elaboração de algumas práticas sociais, à exemplo da ideia sobre as mulheres, vistas como primordiais para o alcance do estado positivo. Algo que começou a se consolidar desde a metade do século XIX, como apontou Alexander Miller Câmara Sousa, quando analisou o tipo feminino ideal para os intelectuais maranhenses – influenciados pelas ideias de Comte –, expressados nos jornais:

[...] é (preciso) dar a mulher essa bela educação positivista, que se baseia nas sciencias naturais e tem por alvo a felicidade comum dos povos. É preciso educar-a phisica e moralmente, preparal-a por meio práticos e científicos para ser uma **boa mãe e boa cidadã** – tornal-a consciente de seus deveres domésticos e sociológicos [...] essa mulher enfim nunca desampara o seu marido ou os interesses de sua casa [...] ela como um comandante honrado, morrera abraçado ao seu navio.¹⁶⁵

O papel da mulher no seio da família – o núcleo principal de uma sociedade para a filosofia positivista –, foi intensamente debatido, pois pela ideia positivista vista como ser que nasceu com habilidade para educação moral.¹⁶⁶ Sendo a principal instrutora do lar, o que poderia ser interpretado por um lugar de privilégio desta mulher, mas se consideramos que se o “seu navio “(a família) afundar além de culpabilizada, devia morrer abraçada ao navio, esta ideia de privilégio se turvando. Esses indícios ajudam a pensar não somente o destaque às

¹⁶⁵O Pensador *apud* SOUSA, Alexander Miller Câmara. Rainha do Lar e Anjo Tutelar. *Outros Tempos*, volume 03, p. 76-97.

¹⁶⁶As mulheres no Positivismo não participam da humanidade divinizada – que é composta por grandes homens que são responsáveis por guiar a humanidade – mas fazem parte da sociedade positivista. Cumprem o papel de ‘musas inspiradoras’ e são responsáveis por sustentar aquilo que Comte chamou de Providências Sociais. Eram elas as: Intelectual, promovidas pelo sacerdócio; Material, responsabilidade do patriariado; Geral, responsabilidade do proletariado e Moral, dever da mulher. Sendo a única missão das mulheres: a de amar. Para saber mais: RIBEIRO, João. O que é Positivismo. São Paulo: Brasiliense, 2001. (Coleção Primeiros Passos)

mulheres presentes no dia da solenidade, mas também como os nomes inscritos podem ter sido propositalmente utilizados para reforçar os recorrentes convites nos jornais para o ingresso das mulheres maranhenses na defesa dos indígenas. Como na passagem a seguir:

O apelo que a cruzada faz aos corações das **nossas patrícias**, visa sobretudo a generalização do movimento redentor, de sorte a firmar uma forte opinião pública, capaz de assegurar a estabilidade e continuidade do serviço, iniciado sob os auspícios do governo da República. [...] praticamente a mulher poderá contribuir com a graça dos seus dotes naturais, na obtenção de socorros, mais facilmente por ella angariados, e também dedicando um dia na semana, uma hora, seja, na confecção de um mimo, de uma peça modesta de vestuário, mediante a qual irá ampliar, entre as suas **irmãs das selvas**, uma das mais preciosas conquistas morais da humanidade – o pudor; ou então resguardar do frio e da humidade a tenra criancinha. Enfim, uma manifestação qualquer de sua bondade que certamente irá tocar **o sensível coração da ingênua filha da floresta**.

Será isso, ao mesmo tempo um verdadeiro ato de colo, altruísta e desinteressado, mas que reverterá naturalmente em benefício de quem o pratica, traduzido esse **benefício em aperfeiçoamento moral**. Tanto é verdade que o amor se desenvolve mais pela prática do bem do que pelo simples desejo de o fazer.¹⁶⁷

A citação acima comprova como as mulheres eram vistas como sustentáculos da moralidade, demonstrando como a Cruzada Gonçalves Dias, em alguma medida, representou um projeto coletivo de sociedade. Ademais, a preocupação que os integrantes tinham em comunicar os intentos para a consolidação de uma opinião pública benéfica tanto para Associação, quanto mesmo para o ideal de proteção tutelar do SPILT, também como indicador do intento de fazer da comunhão desses homens um projeto, pois, como chamou atenção Gilberto Velho:

[...]o projeto para existir precisa expressar-se através de uma linguagem que visa o outro, é potencialmente público. Sua matéria-prima é cultural e, em alguma medida, tem de ‘fazer sentido’, num processo de interação com os contemporâneos, mesmo que seja rejeitado.¹⁶⁸

Existe um outro aspecto a refletir, a ideia de aperfeiçoamento moral. Essa não deve ser interpretada apenas como “aperfeiçoamento” das mulheres que deveriam praticar altruísmo, mas, principalmente das destinatárias, as mulheres indígenas, genericamente denominadas de “filhas da floresta”. A locução adjetiva utilizada para tanto apresenta os indícios do pensamento da época, que fetichizava o ser indígena, muito influenciado por uma ideia de civilização, crescente desde os Oitocentos, quando as ideias de Comte, Darwin e Spencer conquistaram projeção significativa.

Isso quer dizer que, antes de tudo, a ideia da “proteção” dos indígenas era, para alguns, uma questão de desenvolvimento civilizacional. Ou seja, nesse sentido, a proclamada

¹⁶⁷Pacotilha, 1912, Ed. 00167. Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital.

¹⁶⁸VELHO, Gilberto. *Individualismo e Cultura*: notas para uma antropologia da Sociedade Contemporânea. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1981, p.88.

dedicação para solucionar a questão indígena de maneira tutelar – ficando aparente quando analisamos os adjetivos utilizados para denominar os indígenas como “raça abandonada” –, dizia mais respeito do que essas pessoas idealizavam como sociedade civilizada e moderna do que propriamente sobre os indígenas. Pois, se assim fosse, haveria no mínimo comoções buscando efetivamente a autonomia dos povos indígenas. Desse modo, talvez, possamos localizar a iniciativa Cruzada Gonçalves Dias no espectro de ações filantrópicas marcando o início do século XX que, na maioria das vezes, tinham como intenção colaborar com o Estado brasileiro nas ações frente aos órfãos, indigentes e por que não dizer frente às populações indígenas?

Basta um olhar atento sobre os discursos proferidos em favor da Cruzada para observar como os valores morais dessa elite estão presentes, na forma como encaram a proteção indígena e também nos meios utilizados para conseguirem recursos para causa. Sobre esse último é fácil observar quando notamos que frequentemente as *soirées* eram utilizadas para conseguir fundos, fossem para as missões que a associação faria no Alto-Turi ou mesmo em Barra do Corda. Inclusive, ressaltando que, vez ou outra, essas reuniões da elite republicana maranhense contavam com a presença de indígenas. Como no dia 29 de dezembro de 1911, quando o capitão-índio Laurindo, acompanhado de dois companheiros, assim diz o jornal: apareceram decentemente vestidos, chamaram atenção dos presentes por serem incrivelmente fortes, simpáticos e robustos.

Ainda continuando a falar sobre eles, o jornal dizia que era perceptível a simpatia com que aqueles “representantes da nobre raça sacrificada” foram tratados. Ousamos dizer que aqueles homens somente foram alvos de abordagens amistosas, porque estavam de acordo com as regras sociais da ocasião, quando estavam trajados. Entretanto, essa amistosidade não impossibilitava um possível estranhamento que a presença deles tenha provocado na ocasião. Mesmo nas conformidades, não foram vistos como semelhantes. Como comentário por um General Caxias, em meio ao intervalo da programação da *soirée*, compartilhando o seguinte pensamento:

É uma grande desumanidade o deixarmos vagar por esses desertos ínvios, sem os socorros da civilização, esses **restos dos primeiros habitantes do nosso país, que tão úteis nos podiam ser, como um deles nos tem sido, enquanto que à custa de tantos perigos e despesas, vamos buscar braços estranhos que nos ajudem.**¹⁶⁹

Aquela simpatia despendida não conseguia escamotear o sentimento de superioridade que esses ‘amigos dos índios’, ou ‘indianófilos’ – como também eram chamados –, tinham em relação aos indígenas. Além de conferirem às populações indígenas um caráter transitório,

¹⁶⁹Pacotilha, 1911, Ed. 00281. Hemeroteca Digital:BN. Grifo nosso.

pois àquela altura os três somente representavam os “restos”, não sendo difícil imaginar que depois de um tempo não teria mais nenhum para contar história, pela pretendida assimilação ou a anulação das existências indígenas. A crença que podiam assumir ocupava um lugar no imaginário nacional responsável por atribuir aos modos de viver e existir indígenas como inadequados e extemporâneos ao estágio da civilização do começo do século. Entretanto, devemos assinalar que apesar desses valores elaborados pelo imaginário brasileiro serem hegemônicos – inclusive naqueles que se dispunham à proteção dos índios –, não eram experienciados, sentidos da mesma forma.

Mesmo operando a partir de categorias socioculturais e simbólicas universais – no cosmo brasileiro –, vide o compartilhamento na linguagem o “desejo universal brasileiro” daquela época de alcançar o *status* de nação civilizada. Por isso as Cruzada Gonçalves Dias comunicavam intentos oficiais do estado, não significando dizer que a efetivação se tenha concretizado, também podendo ter encontrado rejeição. Ademais, mesmo quando aceito, por ser um projeto, a associação criada para auxiliar a proteção, foi recepcionada de formas diversas dependendo dos segmentos, dos temas valorizados da sociedade maranhense e, especificamente, da escala de valores particulares de alguns sujeitos,¹⁷⁰ como pretendemos assinalar com a exibição do que denominamos de Caso Edmar Rostand.

2.3.1 O caso Edmar Rostand e o problema da civilização do silvícola

Em uma sexta-feira, 13 de outubro de 1911, o jornal Correio da Tarde anunciou a publicação de uma série de artigos sobre o “problema da proteção e da civilização do silvícola”, os textos foram elaborados por um dos colaboradores dos jornais que se ocultava pelo uso do pseudônimo de Edmar Rostand.¹⁷¹ Ao que parece a intenção dos seis artigos era debater a questão indígena não entre aqueles simplesmente interessados ou simpatizantes da questão indígena, mas entre os próprios cruzados. A série intitulada “A Civilização do Índio” apresentava um tom direto, crítico e ao mesmo tempo próximo à chamada Cruzada Gonçalves Dias. Indicando um dos artigos, teria sido o próprio Rostand membro da associação, por isso desde o início tem a Cruzada como a principal destinatária.¹⁷² Neste tópico, a fim de demonstrar os matizes do processo de recepção da associação transcrevemos algumas discussões promovidas por Rostand sobre o assunto da proteção.

¹⁷⁰VELHO, 1981.

¹⁷¹Rostand era o sobrenome do poeta francês Edmond Rostand, nascido em Marselha, tinha como temática principal das obras o “neo romantismo”, foi autor de *Cyrano de Bergerac*, adaptado ao cinema em 1990 pelo diretor também francês.

¹⁷²Correio da Tarde: Folha Diária (MA), 1911, Ed. 0059. Hemeroteca Digital: BN

No primeiro artigo da série, publicado em 16 de outubro de 1911, Edmar Rostand iniciou o texto denunciando a condição de miséria dos índios. Sendo os principais responsáveis pelo estado decadente dos indígenas eram os “desapiedados seringueiros”, devastando as matas e esquadrihavam os mais recônditos recantos das mais espessas florestas pela ambição, fazendo referência ao negócio da borracha que, apesar de não ter resultados tão volumosos para receita estadual, influenciou diretamente nas dinâmicas das populações indígenas e também no processo de efetivação da proteção do SPILTIN como anteriormente indicamos.

Depois de apontar o mau estado dos indígenas do Maranhão, exultou o autor a iniciativa nobre surgida no seio dos maranhenses, expressada na “cruzada sacrossanta” tendo como objetivo promover a liberdade, a paz e ao conforto ao índio historicamente resignado ao cativo, inclusive pela própria inação ou indiferença do governo. Apesar de apresentar entusiasmo com o empreendimento, Rostand afirmando que o ânimo havia desvanecido, a partir desse momento deixando evidente o dissenso com a associação.

O primeiro ponto de discordância estava conectado com o grupo de populações com os quais a Cruzada pretendia começar as atividades. Pela forma como os classificou, “tapuias”, parecia fazer referência diretas aos genericamente chamados Índios do Gurupi, denominação incluindo especificamente os povos Ka’apor e Tembé. Classificando-os dessa forma não em concordância ao tronco linguístico, pois ambos são do tronco Tupi-Guarani, mas sim pela classificação genérica reduzindo os povos indígenas ao binômio tupi-tapuia.

Isso porque esses povos, sobretudo, os Ka’apor eram reputados como muito violentos, recebendo inclusive a alcunha de os “mais temidos indígenas do Maranhão”.¹⁷³ Ainda que tenha observado a violência desses povos como desencadeada por conta dos processos históricos e violentos de colonização, Rostand deixou explícito que o ódio impregnado no coração desses indígenas, revividos pelas memórias orais tornaram o simples convívio com o suposto civilizado insuficiente para o convencimento em viver entre a sociedade nacional:

O que a história, a observação e a experiência nos demonstram, de uma forma quase absoluta e incontestável, é que debaixo do ponto de vista, inclusive do protecionismo generoso e calmamente dirigido, produzem bons resultados essas associações benfeitoras dos habitantes das selvas, que, uma vez transformadas em “missões civilizadoras” com pretensões a modificar a inclinação do selvagem por meio de uma educação a que é refratário se desviam dos seus fins e tendem forçosamente a lançar no seio das tribos o gérmen da desconfiança e a reviver o antigo ódio que a raça branca lhe inspira.¹⁷⁴

¹⁷³AMORIM, 2019.

¹⁷⁴Correio da Tarde: Folha diária (MA), 1911, Ed. 00561. Hemeroteca Digital: BN

Os indígenas para Rostand eram espíritos grosseiros e impossíveis de alcançarem a “verdadeira civilização” pela educação prevista pela Associação, e também pelo SPILT, pelo convívio ou exemplo a partir das relações com os não-indígenas fazê-los se integrarem, uma crítica direta às diretrizes da política indigenista republicana. Para o autor a proteção para os indígenas crescidos constituía que os “verdadeiros civilizados” lhes ensinassem a fazer casas melhores, proporcionassem recursos e instruções necessárias para melhorarem os meios de trabalho e os amparassem contra os algozes (talvez estivesse se referindo diretamente aos seringueiros), sem, o mesmo dizendo, lhes tentar a “civilização”.

Uma leitura desatenta pode até compreender essa proposta de intervenção de Rostand como amigável e aparentemente respeitosa aos indígenas, porém se observarmos percebemos que o não-ensino da “civilização” não era porque o autor fosse contestador, mas porque enxergava os indígenas como insuficiente e inapropriados para a mesma. E antes de finalizar a primeira argumentação assinalou que o ensino da educação positivista somente seria possível entre os “selvagens”, se desde a tenra idade e longe da taba, do território, da aldeia fosse ensinado – proposição não menos violenta.¹⁷⁵

Voltemos à série de Edmar Rostand, o segundo artigo do autor iniciou com a defesa dos argumentos expostos no dia anterior não eram tão absurdos quanto os receptores tinham achado, afirmava que nunca na história dos países o chamamento do silvícola ao seio da civilização tinha se realizado. Segundo o autor, bastava recorrer à psicologia para entender que os indígenas tinham índoles tortuosas. Como modo de reforçar a desqualificação dos nativos diante da civilização argumentou que as mais rudimentares experiências ensinavam que o indígena era criado sem obrigação e sem deveres, sempre errante, despreocupado e entregue aos próprios caprichos:

Com efeito, quem diz civilização diz obrigações e deveres sociais [...] a ideia de civilização implicando, necessariamente a ideia de obrigações e deveres, acarreta, forçosamente, a de ocupações e trabalhos. E o que mais rudimentares e comecinhos princípios da mais superficial experiência nos ensinam é que o índio criado sem obrigação e sem deveres, **ao sabor e a feição da natureza, vagabundo e sempre errante, sem satisfações ou contas determinadas a alguns de seus atos, entregue aos seus próprios caprichos da sua indolência nativa e comprovada, não se subordina a obrigações e a trabalhos.**¹⁷⁶

Como forma de comprovar o ponto, no terceiro artigo da série, Rostand recuou para algumas experiências coloniais, lembrando a atuação de personagens como os padres José Anchieta e Manuel de Nóbrega em meio às populações indígenas. Buscando demonstrar que

¹⁷⁵Ver: WITMANN, Luisa. *O vapor e o botoque: imigrantes alemães e índios Xokleng no Vale do Itajaí/SC (1850-1926)*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2007.

¹⁷⁶Correio da Tarde: Folha diária (MA), 1911, Ed. 00562. Hemeroteca Digital: BN. Grifo nosso.

mesmo esses “abnegados homens”, “de almas nobres” não conseguiram cumprir as missões de civilização entre os selvagens, pois estes eram entregues à costumes bárbaros como o canibalismo:

É o caso que ouvindo numa das tabas mais próximas um alarido estonteante e para lá se encaminhando encontraram quase petrificados e estarecidos os benfazejos apóstolos nas mãos dos seus “filhos espirituais” algumas vítimas que tinham acabado de receber o golpe mortífero [-] ser despedaçadas para eles para o banquete [-] do canibalismo instintivo em que iriam cevar os desejos depravados que a inclinação e o hábito lhes sugeriam e despertavam.¹⁷⁷

O destaque que Edmar Rostand ao canibalismo, ou melhor, à antropofagia tinha por intenção reforçar o argumento que os indígenas eram incompatíveis com a ideia de civilização. Nenhuma novidade, pois a prática de rituais antropofágicos comuns entre alguns povos indígenas, no período colonial, foi circunscrita por muitos cronistas, religiosos ou não, como uma característica atestadora da incivilização, conformando um imaginário de selvageria como força motriz e justificativa de práticas ofensivas contra os indígenas, à exemplo da Guerra Justa e a escravização.

Débora M. dos Santos, partindo do livro de Hans Staden *Descrição verdadeira de um país de selvagens nus, ferozes e canibais situado no novo mundo América*, publicado em 1557, analisou a importância assumida pela obra entre instituições como IHGB e mostrando como esta forma de apreensão dos costumes indígenas sobrevivendo no fim do século XIX e XX. Estando o retorno a essa obra do século XVI, atribuindo às práticas antropofágicas o caráter de selvageria e barbárie, conectado com objetivo de disseminar ideias sobre a história brasileira e de nação específicas – geralmente hostil aos povos indígenas.¹⁷⁸ Compreensão, como sugeriu a personagem em questão, muito presente no imaginário, pois ainda tinham força na contemporaneidade dos atores que estamos analisando.

Outro ponto que Rostand procurou desenvolver no quarto artigo, publicado em 20 de outubro de 1911, foi acerca do “vasto” histórico de iniciativas civilizatórias malogradas nos próprios vales do Gurupi, nas imediações do Maracaçumé e nas terras do município de Turiaçu, confirmando a nossa sugestão anterior que o autor ao utilizar do termo “tapuia” fazia referência direta aos Ka’apor, também chamados de Urubu, e aos Tembé:

Com efeito, não é de hoje nem de ontem que os governos têm procurado atrair ao grêmio das nossas relações sociais essas hordas de selvagens que povoam os vales do Gurupi, as imediações do Maracaçumé, as matas do Carú e vizinhanças do

¹⁷⁷Correio da Tarde: Folha diária (MA), 1911, Ed. 00563. Hemeroteca Digital: BN.

¹⁷⁸SANTOS. Débora M. dos. *Entre o IHGB e o Monteiro Lobato: (re)significações do livro de Hans Staden*. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: PUC, 2016. 207 f.

Engenho Central e as terras do município do Turiaçu. Não são dos nossos dias também porque remontam já uma data anterior, as tentativas de atraí-los e convertê-los à civilização. E essas tentativas, que aliás se repetiram muitas vezes, abraçaram também as hordas bárbaras que se alastravam em diferentes pontos da zona sertaneja mais distante, compreendendo algumas outras, cujos restos existem ainda nos termos de Barra do Corda e Grajaú [...]

Ainda em 1870-71-72 eram mandadas em direção ao Gurupi e outros pontos dessa zona, luzidas e bem municadas forças de linha, destinadas a acalmar os furores belicosos, então em ebulição e evidência dessas mesmas tribos aldeadas e conosco relacionadas que a Cruzada pretende civilizar desta vez.

E não têm sido poucos, como talvez pensaram os que não conhecem os fatos, os “levantamentos” que esses “pacíficos e ingênuos” senhores das zonas do Gurupi que tantos cuidados têm inspirado ao ilustre inspetor dos índios têm levado a efeito. E alguns desses “levantamentos” tiveram tal caráter agressivo e belicoso que a força, embora contra desejo, foi forçada a repeli-los com a eloquência convencedora das armas. Entretanto, essas aldeias mantêm há quase um século relações com a maioria dos diferentes pontos civilizados da zona.¹⁷⁹

As informações expostas por Edmar Rostand além de indicar o “chão” onde historicamente ocorreram as supostas inúmeras iniciativas civilizatórias, de caráter leigo e também religioso, relacionando diretamente os aspectos espaciais e socioculturais, de forma que unidos como explicação histórica para o argumento que as ações que a Cruzada tinha como objetivo empreender naquela região não teriam sucesso. Além disso, o ex-cruzado apresentou pistas do não isolamento desses indígenas, indicando possíveis embates entre os indígenas dessa região e forças militares nos tempos do Império, contradizendo relatos conferindo a esses indígenas certa alienação histórica.

Como via de explicitar ainda mais as bases do argumento, ainda se deteve em comentar o fracasso das missões empreendidas pelos Capuchinhos lombardos nas regiões ao Noroeste e, principalmente, no Centro-Sul do Maranhão recorrendo ao caso que comentamos sobre o lugar de Alto Alegre, assim como muitos dos contemporâneos, apontando que a violência inerente aos indígenas e como a principal causa do conflito:

O grosso dessas falanges bárbaras e estúpidas, sentindo reviver mais aguçados em seu espírito imbuído da perversão e das cenas do selvagerismo [sic], os instintos e desejos sanguinários que lhes são peculiares e que não se modificam nem mesmo pela força de um milagre, atira-se inesperadamente, sem outro motivo que explique tal proceder a não ser a satisfação das suas propensões de feras de súbito despertadas sobre esse caridoso e indefeso estabelecimento e sobre esses apóstolos do bem que o dirigiam, e procede ao mais hediondo massacre, a mais covarde e sangrenta e carnificina que se viu nos últimos anos. E esses monstros sedentos de sangue e de chacinas não respeitam, sequer, nem a velhice e respeitável e sublime dos apóstolos que os conduziam para o caminho do bem, nem a inocência das crianças de raças civilizadas que recebiam no colégio a educação e o saber!¹⁸⁰

Como comentamos anteriormente sobre o caso de Alto Alegre não nos deteremos mais sobre o mesmo, consideramos interessante chamarmos atenção para algumas sutilezas

¹⁷⁹Correio da Tarde: Folha Diária (MA), 1911, Ed. 00565. Hemeroteca Digital: BN.

¹⁸⁰Idem.

presentes na argumentação de Rostand demonstrando certa imprecisão com a qual empreendeu a sequência histórica sobre os indígenas do Maranhão. Precisamos dizer que este nosso movimento não pretende conferir nenhum juízo de valor à argumentação, antes, tem como objetivo identificar as frequentes generalizações utilizadas para caracterização dos sujeitos indígenas.

Apesar de em quase toda a argumentação ter se referido diretamente aos indígenas no Gurupi, ao utilizar o ocorrido de Alto Alegre como exemplo, o autor desembocando em uma aceção genérica sobre a situação dos nativos no estado, não por não existirem circunstâncias aproximando as realidades, mas é notório como o autor desconsiderou as dinâmicas particulares de cada região simplificando e reduzindo as ações indígenas apenas como resultado da “incivilidade”.

Considerando a redução a que recorreu Rostand, obtemos pistas sobre o porquê considerava que a proteção pretendida pelo Serviço de Proteção ao Índios, mesmo de forma genérica ainda chegavam a uma classificação mais ou menos variada dos indígenas.¹⁸¹ Muitas vezes a proteção personificada em figuras como Cândido Mariano Rondon, Horta Barbosa e Pedro Dantas – este último por servir como representante da agência indigenista no Maranhão –, ineficiente. Desse modo foi que no quinto artigo da série se dispôs a criticar a utilização das narrativas sobre os empreendimentos de Rondon como argumento válidos para a política indigenista do órgão:

Porque com efeito, não obstante os esforços inauditos desse admirável lutador [Cândido Rondon], despendidos em favor da realização esse sonho, o que ele tem conseguido até hoje é estabelecer tão somente relações mais ou menos amigáveis com tribos que pareciam predispostas a não aceitar ou consentir de modo algum na aproximação com representantes da raça branca, de cuja fidelidade e intenções elas sempre duvidaram com fundamento e razão.¹⁸²

Apesar de demonstrar certo respeito a Rondon a quem chamou de “admirável lutador”, Edmar Rostand conferiu ao tenente a função de catequista e afirmando que este usava de “suborno”, ao incentivar o oferecimento de brindes, prática que em sua opinião fomentava o interesse e a ambição monstruosa do “selvagem”, sendo insuficiente e por isso a crença de civilização do indígena uma “ilusão persistente”:

E é isto, precisamente, que o Coronel Cândido Rondon tem praticado até hoje, recorre ordinariamente ao recurso dos engodos pela distribuição de brindes insignificantes [...] Consegue, então, que ele [o silvícola] se encarregue da

¹⁸¹As categorias de classificação propostas de forma explícita pelo Decreto nº 5.484 de 28 de junho de 1928 que os dividiam em índios nômades, aldeados, pertencentes a povoações indígenas, pertencentes a centros agrícolas ou vivendo em "promiscuidade" com os civilizados, apesar de genéricas, considerando os fatores da distância social, interação social e o tipo de relação dos indígenas com o espaço.

¹⁸²Correio da Tarde: Folha Diária (MA), 1911, Ed. 00567. Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital.

conservação de algumas linhas telegráficas de que era inimigo declarado, remunerando esses serviços, às vezes com algum dinheiro, e, ordinária e habitualmente, com as bugigangas que ele tanto presa e ambiciona. Mas é só. Daí nem mais uma linha. Pelo menos não há quem me aponte de norte a sul do país uma só taba ou aldeia que o ilustre “indianista” tenha feito ou conseguido mais do que isto.¹⁸³

Rostand continuou a afirmar que tudo ouvido sobre essas missões – as linhas telegráficas e as próprias expedições do SPI –, eram alardes exagerados e pomposos que ecoavam como realidades, mas que não passavam de “sinecuras veladas”, ou seja, práticas paliativas não considerando o problema da civilização do indígena. Depois de tantas digressões o autor finalmente informou qual seria a postura dali em diante em relação à Cruzada.

Para o autor, a Cruzada Gonçalves Dias deveria funcionar exclusivamente como sociedade protetora do silvícola, sem preocupação civilizadora em qualquer natureza que fosse, sugerindo que não funcionasse como auxiliar do SPILT, mas sim de forma autônoma promovendo a “proteção” do índio. Podemos inferir que o colaborador do *Correio da Tarde* tinha, em alguma dimensão, sobre a proteção intentada pelo SPILT era uma forma de tentar transformar os indígenas.

Inferir isso, porém, não significa dizer que o ex-cruzado era totalmente contra a qualquer iniciativa tendo como objetivo a “pacificação” das hordas fetichistas ou o controle. E apenas não concordava com os meios ou as metas estabelecidas pelo programa de proteção do órgão indigenista que despendiam recursos nessa ideia de evolução ou transformação do indígena em um sujeito civilizado. Para o autor, os indígenas não teriam essa capacidade porque não eram seres em transição, mas simplesmente eram o que eram, selvagens.

Rostand, por tudo que expusemos, era apenas contrário ao princípio da transitoriedade pela qual operava a política indigenista republicana tendo como base os preceitos positivistas, sendo possível a esses sujeitos apenas que melhorassem as condições, mas não alcançassem a suposta civilização. Esta que parecia impossível, pois nas palavras dele não conhecia “nenhum índio médio, filósofo, literato, bacharel ou engenheiro”, apenas o lavrador acanhado e indolente, estava “condenado a apenas viverem nas aldeias, no imaginário da época, reduziu aos interiores das florestas.”¹⁸⁴

Por isso é que não podemos colocá-lo como um opositor ferrenho ao SPILT ou à Cruzada Gonçalves Dias, pois para o mesmo o ensino para construir melhores habitações, andar vestido e preparar as roupas, junto a importância de praticar o trabalho da lavoura para

¹⁸³ Idem.

¹⁸⁴ *Correio da Tarde*: Folha diária do Maranhão, 1911, Ed. 00562. Hemeroteca Digital: BN.

que pudesse se sustentar por meio dos próprios esforços – como se não fizessem isso –, era pelo autor considerado de forma imprescindível para que o indígena pudesse viver ter uma vida melhor. Logo, o caso apresentado ilustra como o projeto de “civilização” e “proteção” propagado como bem-estar, apesar de ser espacial e temporalmente adequado aos intentos nacionais daquela altura não foram recepcionados, nem por aqueles do “mesmo lado”, de forma homogênea e pura.

Isso porque na medida em que um projeto social representava algum grupo de interesse, terá uma dimensão política, embora não se esgotando a esse nível, pois a viabilidade política propriamente dependerá da eficácia em mapear e dar um sentido às emoções e sentimentos também individuais.¹⁸⁵ E se esse projeto não era nenhum consenso entre os precursores, agentes tutelares, o que pode ser sobre as populações indígenas reduzidas a mero objeto de assistência? Teriam interesse ou não nesse projeto? Como discutiremos em seguida.

¹⁸⁵VELHO, 1981, p. 33

CAPÍTULO 3: TURIAÇU-GURUPI ENTRE AGÊNCIAS INDÍGENAS E PROJETOS DE TUTELA

Esse capítulo teve como objetivo refletir sobre a agência das populações indígenas habitantes no Turiaçu-Gurupi. No decorrer do mesmo, discutiremos a política indigenista republicana que não foi a primeira a ser tentada na região e não foram apenas fatores físicos e econômicos – como a possibilidade de produzir a borracha – os responsáveis por despertar interesse para a região, sobretudo, por ser um território marcado por grande diversidade étnica, o referido espaço foi continuamente alvo de projetos para o controle. Por isso, construímos um breve histórico sobre a região, a fim de entender a complexidade da formação, sobre como se constituiu em lugar de disputa entre indivíduos servindo como agentes tutelares — autoridades militares, regatões, seringueiros, garimpeiros, funcionários do SPILT — e aqueles tradicionalmente habitavam o lugar e lutavam incessantemente para manter firme as agências diante de processos para as submissões completa e irrestrita, em específica os indígenas.

Neste momento é necessário justificarmos o que denominamos de tutela. A centralidade dessa concepção para o exercício pretendido está diretamente embasada nas conclusões de Antonio Carlos de Souza Lima, em específico a visão de longa duração da existência desse dispositivo, a fim de descrevermos formas de ação nem sempre eram estatais nas origens histórica, mas que se concentraram em vários momentos sob o comando dos especialistas em imaginar coletividades: “uma forma de ação sobre as ações dos povos indígena e sobre seus territórios, oriunda e guardando continuidades implícitas com as conquistas portuguesas e sua administração por aparelhos de poder”.¹⁸⁶

Desde o final do século XVIII, a catequese e a domesticação dos indígenas na região do Turiaçu-Gurupi foi uma demanda importante, pois se caracterizava como uma zona de contato, principalmente comercial. A região considerada apropriada para a chegada de embarcações no escoamento de produção pela abundância de vias fluviais e muito possivelmente a prestação de serviços indígenas que conduziam os viajantes e serviam no remo. A posição entre rios não apenas facilitava o comércio de algumas *commodities*, como também proporcionou em certos períodos a venda de escravizados. Dessa forma, a região Turiaçu-Gurupi historicamente era uma fronteira econômica, cujo limites estiveram sempre

¹⁸⁶LIMA, 1995, p. 73

em movimento, na alternância entre a mata virgem e a região civilizada. Assim, zona despertou o interesse dos mais variados tipos de indivíduos, pois agregava fatores como:

- a) Presença de áreas passíveis de ocupação, dotadas de recursos naturais ou humanos indispensáveis à sustentação de atividades econômicas a médio e a longo prazos;
- b) Conectividade, que representa a possibilidade de ocupação espacial e uso dos recursos, tendo em vista as necessidades de insumos para a produção ou captação de matérias-primas e a sua consequente comercialização, como também a de seus derivados. Em outros termos, o não isolamento é um pré-requisito para que as fronteiras econômicas sejam materializadas;
- c) Grupos populacionais humanos sujeitos a viverem, por determinado tempo, em condições insalubres, devido à falta de estruturas e aos serviços de primeira necessidade por um lado. De outro, a realização da necessidade de ocupação de espaços onde eles possam desenvolver suas atividades econômicas de subsistência e/ou de mercado;
- d) Momento histórico, que orienta quais são as demandas de matérias-primas e produtos, tanto em nível regional, quanto nacional e internacional. Isso ocorre para formatação de uma zona de produção em função de um mercado consumidor.¹⁸⁷

Ainda tratando do Setecentos, no local o cultivo da agricultura pelos indígenas e pequenos produtores foi incentivado como forma de permitir que os habitantes se adaptassem e também garantissem rendimento ao governo. Nesse momento, a região fronteiriça era vista pelos agentes da Coroa Portuguesa como de um grande potencial agrícola,¹⁸⁸ pensamento muito semelhante ao que continuavam externar os políticos maranhenses no alvorecer da República. Entretanto, mesmo tendo muito potencial, a região nunca rendeu grandes lucros para Coroa, isso porque era palco de atividades de contrabando, nas quais estavam envolvidos indígenas, mocambeiros e regatões. A frequência dessas atividades fugindo do controle dos poderes centrais gerava preocupação na época e continuou até o fim do século XIX sendo um problema não resolvido.

Por isso, o lugar do Turiaçu-Gurupi era frequentemente referido como um “espaço problemático”, ocupado por traficantes não mantendo atividades estáveis e honestas com os lavradores naquela região; antes, pelo contrário, preferiam abarrotar canoas com “índios” – talvez não somente pelas habilidades de navegação, mas, quem sabe também para receber o auxílio na intimidação dos lavradores – e percorrer os sítios daqueles homens fazendo-os de vítimas mercantis, ao mesmo tempo negociando com os escravizados propriedades destes.¹⁸⁹

¹⁸⁷LOPES, José Antonio; DIAS, Luiz Jorge B.; BEZERRA, Bárbara Rogens R.; LIMA, Benedita Rosângela Leite; MOREIRA, Cíntia dos Santos; BISPO, Thiago Alberto M. Fronteiras econômicas e transformações territoriais: formatação de espaços e suas dinâmicas sociopolíticas no estado do Maranhão. In: BURNETT, Frederico Lago (org.); DIAS, Luiz Jorge B. (org.); LOPES, José Antonio Viana. *Território, política e economia do Maranhão: quatro séculos de ocupação territorial produtiva sob um novo e desafiador processo de desenvolvimento*. São Luís: Editora UEMA, 2017, p. 41.

¹⁸⁸SOUZA, 2012.

¹⁸⁹*Ibidem*

O comércio nessa região ocorria por meio de várias modalidades de ação, com flexibilidade a todos os sujeitos envolvidos possibilitando autonomia na hora da conformação das relações, por isso visto como incontrolável aos poderes centrais fosse nos períodos coloniais ou imperiais. Frequentemente foram esses indivíduos caracterizados como perigosos e vagabundos:

Por se compor aquelle povo de pessoas vagabundas, refugiados de crimes, sempre criados e costumados a viver por mocambos, seguindo uma sempenciosa vida em a qual se têmão[...] outro viver mais que em concombinaçoens e em briagues affectivos, para o que estragar toda a mandioca que plantam desfazendoa em licores, em serem gente em que senão conhece religião. A similhaça destes vive a maior parte dos moradores do distrito desta vila (Turiaçu) a esseção de huns poucos de filhos das ilhas que ainda há já estropiados, e alguns muito poucos filhos da Europa que aqui se tem estabelecido os mais tudo hé gente inferior sem estimolos de honra, mal criados e sem temor de Deus.¹⁹⁰

Muito dessa “gente inferior e sem estímulo de honra” ideologicamente era constituída pelos indígenas, principalmente porque mesmo depois de diversas iniciativas de colonização na região – como foi a prevista pelo Diretório Pombalino – segundo alguns, parecia que entre as populações indígenas não se criou a forma de apego à terra e ao trabalho prevista pela legislação setecentista. Dessa forma, essas populações preferiam a vida autônoma promovida pelas matas e também pela agenciação das próprias práticas sociais e econômicas. Como modo de controlar a autonomia de indivíduos indígenas e também da mais variada sorte de habitantes naquela região, em 1854, foi instalada a Colônia Militar São Pedro de Alcântara do Gurupi. As colônias militares foram idealizados durante o II Reinado e tinham como objetivos defender pontos estratégicos do território, afastar do seio social homens condenados (construção de presídios) e promover o povoamento do interior.

Durante a década de 1840, as fronteiras se constituíam como um problema a ser resolvido não apenas a nível externo, mas, sobretudo a nível interno considerando as muitas revoltas que marcaram aquele contexto. À exemplo das ocorridas no Pará e Maranhão, respectivamente a Cabanagem (1835-1838) e a Balaiada (1838-1841). Desse jeito, como forma do governo central exercer controle sobre esses lugares considerados fronteira interna foram pensadas as Colônias Militares, que a partir dos ideais de colonização pretendiam desenvolver uma população dedicada ao trabalho agrícola ou industrial.

Quando o Maranhão e o Grão-Pará formavam um só estado, a região era considerada parte da primeira Capitania, mudando no período quando se dividiram, momento que passou a pertencer ao Pará. Diante disso, a pesquisadora Regina Faria considerou a criação da Colônia Militar do Gurupi no século XIX, quando a região retornou ao o território maranhense, uma

¹⁹⁰APEP: Cod. 345, doc. 38 *apud* SOUZA, 2012, p. 35.

estratégia do Governo Provincial do Maranhão buscando demarcar a jurisdição sobre aquela área.¹⁹¹ Área essa reputada como sofrida pela ausência ou insuficiência de controle por parte do Estado, possibilitando imaginar uma relativa autonomia de indivíduos enviados para administrá-la, assim como a dos sujeitos compondo a maior parte da população, indígenas e negros aquilombados. Esses eram objetos de um projeto de tutela em curso, mas não especificamente agenciado — nesse sentido, diferente da República — representado pelas colônias militares com a seguinte intenção:

O que se trata é estabelecer núcleos de povoação, em lugares remotos centrais e despovoados, onde só a princípio podem resistir às privações, e **permanecer como colonos, indivíduos habituados à obediência passiva, adquirida pelos severos hábitos da disciplina militar. A escolha desses pontos é, por via de regra, em nossas fronteiras ou em alguns centros, onde se têm acumulado vagabundos e malfeitores, que ameaçam a segurança e a propriedade dos habitantes dos povoados mais próximos.** Tais colônias, portanto, **têm o caráter pronunciadamente militar, e embora nelas entre o elemento agrícola, ainda assim são mais que tudo colônias policiais, de segurança e de defesa, que garantem, ao mesmo tempo, no futuro, o infalível desenvolvimento de povoações, que um dia indenização, com vantagem, todos os sacrifícios que com elas se fizeram.**¹⁹²

A partir desse excerto algumas questões devem ser consideradas, a primeira delas entender que em empreendimentos como esse, o uso da violência era validado, na justificativa de dar a esses sujeitos racializados o gosto por “bons hábitos”. Entre esses bons hábitos, estava o respeito ao Império, traduzido no serviço desses homens na promoção de segurança das fronteiras, o respeito à propriedade privada e a consideração do valor do trabalho, assim, nessa ordem. Simplificadamente, essa política representava a tentativa do suposto desenvolvimento da nação brasileira.

Não muito diferente do pretendido com a criação do SPILT. Entretanto, no caso da agência indigenista, ao menos no discurso, o uso da violência era reprimido, e não se falava abertamente da imposição dos “severos hábitos da disciplina militar” como caminho para submissão de indígenas e dos genericamente chamados, trabalhadores nacionais, ainda com indícios que tenha realmente acontecido dessa forma.¹⁹³ Outra questão limitando a comparação entre essas duas políticas, sendo a ordem das preocupações, no caso da agência

¹⁹¹FARIA, Regina Helena Martins. *Policimento em área de fronteira interna: o caso da Colônia Militar do Gurupi no Maranhão oitocentista*. ANPUH: XXV Simpósio Nacional de História, Fortaleza, 2009.

¹⁹² RASIL. Ministério da Guerra. *Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na segunda sessão da décima legislatura pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra Jeronymo Francisco Coelho*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1858, p. 15. Grifos nossos.

¹⁹³Embora tenhamos o envolvimento no SPILT de militares adeptos ao Positivismo, a religião da fraternidade, e por isso o discurso de simpatia aos indígenas, a realidade foi que a maioria dos funcionários da agência indigenista atuantes no contato direto com essas populações, não eram tão crentes nessa religião, nos levando a crer que abertamente usavam de violência física para atração e pacificação. Não somente esses homens eram “despreparados”, mas, possivelmente, também os militares positivistas.

indigenista o valor do trabalho agrícola vinha em primeiro lugar, característica vinculada pelo contexto de articulação da política indigenista republicana que, inicialmente, estava sob responsabilidade do MAIC e não do Ministério da Guerra — como foram as colônias militares.¹⁹⁴

Porém, à despeito dessas diferenças, seja a política do estabelecimento de colônias militares, baseada na famosa Lei de Terras e no Regulamento de 1854 (Decreto Imperial nº 1.318, de 30 de janeiro de 1854), ou os Postos agência indigenista, ambas, quando implantadas no território do Turiaçu-Gurupi visavam a pacificação dessa localidade e, por consequência, o controle dessas populações. Tratando especificamente das populações indígenas, a Colônia São Pedro de Alcântara trabalhava diretamente com a Diretoria Geral de Índios do Maranhão, responsável pela gestão da 18ª Diretoria Parcial que funcionava também na região, a fim de administrar a vida dos povos Tembé, Timbira, Guajajara, Amanajés (ou Amanajós) e também os Ka'apor.

Estabelecida pela política indigenista geral do Regulamento de Missões de 1845, a Diretoria tinha como objetivo a gerência da utilização dos serviços indígenas e também dos territórios, configurando-se além de uma questão de mão-de-obra, uma questão de terra.¹⁹⁵ Conformando-se como um meio de cercar e assimilar essas antigas áreas de ocupação indígenas, o que, evidentemente, nem sempre acontecia do modo idealizado, pois a mobilidade dessas populações no território eram frequentes. Um indicativo dessa mobilidade observamos em 1872, quando o relatório do Diretor Geral dos Índios, Alexandre Colares Moreira, declarava que apesar de se encontrar sob responsabilidade da Diretoria 12.000 “índios pacificados”, existia nas margens do Rio Tocantins, Turiaçu e Gurupi um número considerável de “tribos errantes”, resistentes inclusive ao ensino das primeiras letras, música e de ofícios mecânicos pretendidos pelo capitão da Colônia Militar do Gurupi.¹⁹⁶

¹⁹⁴ Sendo lembrada a etapa da construção da identidade nacional. No contexto imperial com uma nação brasileira recém-nascida, se envolvendo em guerras contra outros estados latino-americanos, vide a Guerra do Paraguai, sendo o problema das fronteiras mais relevante. Na República, apesar das fronteiras continuarem a ser um problema, não se tinha no aspecto externo nenhum perigo relevante para os limites geográficos do país. A questão central era o controle interno, pretendendo o aumento de áreas abrangidas pelo Estado.

¹⁹⁵ CUNHA, Maria Manuela Carneiro da. Política Indigenista no século XIX. In: Idem (Org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992; REGO, André de Almeida. A Diretoria Geral dos Índios da Província da Bahia sob a gestão de Manoel Inácio de Lima (1846-1850). *Revista Ars Histórica*, ISSN 2178-244X, n. 11 Jul/Dez, p. 108-127

¹⁹⁶ Alexandre Colares Moreira ao Presidente da Província afirmou: “Em resposta cabe-me dizer à Vossa Excelência que, não obstante reconhecer que são louváveis os desejos do mencionado diretor, entendo que não deve ser atendido o pedido que faz pelas seguintes razões. Dispersas como se acham as tribos de índios bravios que constituem a dita colônia, cuja sede demora no sertões do Gurupi, torna difícil de tirar de cada uma delas certo número de **índios menores** para aquele fim, por maiores que sejam as diligências que tiver de empregar o respectivo diretor parcial”. MARANHÃO, Secretaria de Governo. Ofícios do Diretor Geral dos Índios, 28 de maio de 1872, Maço 12. Setor de Avulsos. APEM. Grifo nosso.

A então Colônia e a Diretoria Parcial eram instrumentos de vigilância e proteção militar em vias de promover diretamente a integração territorial, a catequese dos indígenas, proteção e navegação fluvial, além da colonização agrícola. Especificamente a primeira era coordenada conjuntamente pelos Ministérios da Guerra, da Justiça e da Agricultura, dois dos quais o SPILTIN esteve sob supervisão a depender do recorte temporal.¹⁹⁷ Além disso, como política de abrangência nacional, assim como a agência indigenista, as colônias militares e as diretorias não tinham nos investimentos uma participação econômica decisiva por parte dos governos locais. Sendo os poderes imperiais e posteriormente republicanos os principais responsáveis em prover recursos a essas ações tutelares. Pesquisas sobre as colônias militares do Norte assinalam como essa política era um modo de valorização dos territórios setentrionais,¹⁹⁸ parecido com a visão que compartilhamos sobre a instalação do SPILTIN em estados no Norte, especificamente o Maranhão.

Assim como quando o primeiro Posto Indígena foi instalado, a valorização desses territórios estava principalmente no sentido de fornecer para os locais interessados em explorar a região condições, como o acesso garantido às terras férteis e adequadas as atividades como a mineração, a agricultura e o extrativismo.¹⁹⁹ Atividades que, inclusive, eram praticadas por indígenas e quilombolas, com autonomia em negociar a produção não apenas entre si, mas também dentre comerciantes de regiões próximas de onde funcionava a Colônia, como os lugares de Santa Helena e Viana.

Porém, mesmo sendo um símbolo de controle, assegurando a navegação fluvial da região foi um atrativo para que alguns indígenas se aproximassem da Colônia Militar do Gurupi, como observou a pesquisa de Talita Almeida.²⁰⁰ A partir das informações da autora sendo possível inferir que essa aproximação acontecia porque os indígenas estavam interessados na continuidade e na ampliação da comercialização dos produtos, sendo compelidos a utilizarem do serviço prestado por um dos empreendimentos que visava

¹⁹⁷Até a extinção em 1967, o SPILTIN, a partir de 1918 somente SPI esteve subordinado a inúmeros Ministérios. Em 1906 esteve vinculado ao Ministério da Agricultura Indústria e Comércio (Decreto nº 8.072 de 20/06/1910; 1930 tem sua pasta transferida para o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (Decreto nº 19.433 de 26/11/ 1930); 1934, sob responsabilidade do Ministério da Guerra (Decreto nº 24.700 de 12/07/1934) e em 1939 retornou ao Ministério da Agricultura (Decreto nº 1.736 de 03/11/1939) até ser substituído pela FUNAI.

¹⁹⁸ PAIM, Rodrigo de A.; FRANCHI, Tássio. Colônias militares na região Norte do Brasil: colonização, povoamento e seu arcabouço jurídico ao longo dos anos. *R. Esc. Guerra Nav.*, Rio de Janeiro, v. 26, n.3, p. 705-738

¹⁹⁹Ao se referenciar ao sertão de São Paulo, Botucatu, a historiadora Soraia Dornelles afirmou que a *limpeza* de territórios pelo estabelecimento de estradas servia para a valorização de territórios. Ver: DORNELLES, 2017.

²⁰⁰ROSÁRIO, Talita Almeida do. A Colônia Militar São Pedro de Alcântara no Rio Gurupi e a Redefinição da Fronteira Pará-Maranhão (1852-1873). Monografia (Graduação). Faculdade de História, Universidade Federal do Pará: Ananindeua, 2021.

civilizá-los. Por isso, consideramos que mesmo o poder tutelar tendo como objetivo exercer controle total sobre essas populações, as subjetividades integrando esses sujeitos e as relações colocavam limites perante esses projetos tutelares. Atribuindo às atuações um caráter de uma questão não solucionada e precisando da atenção dos governos, durante todo o século XIX e também o XX, como se pretende sinalizar a partir dos tópicos seguintes.

3.1 “Os índios (e negros) que infestam este município”

No dia 21 de novembro de 1904, José Pereira Dias, comandante do destacamento da cidade de Turiaçu, telegrafou ao Coronel e Vice-Governador do estado do Maranhão, Alexandre Moreira Júnior. Segundo o mesmo, no dia 6 daquele mês, achavam-se em casa almoçando, José Felipe de Castro e Vicente Tomás de Aquino tratando de negócios, quando inesperadamente foram atacados pelos indígenas que os “assassinaram barbaramente” e em seguida levaram tudo quanto encontraram na casa.²⁰¹ Para o comandante, a atitude dos indígenas foi pura indolência, pois não houve nenhuma provocação por parte dos assassinados. Além do mais, tinha o coronel ouvido relato de moradores afirmando que no decurso de 12 anos os nativos naquela região haviam cometido 20 assassinatos sem nenhum motivo aparente.

Mesmo que não tenhamos identificado as ocupações das duas vítimas como modo de obter pistas das motivações para o assassinato, a alegação que os indígenas não tiveram nenhum motivo aparente nos pareceu pouco razoável, seja pelo conhecimento historiográfico acumulado até então, ou, como veremos a seguir pelas informações e sugestões de diversos conflitos entre populações indígenas e não-indígenas citados em documentos tratando sobre a região cortada pelos rio Turiaçu e Gurupi.

Em agosto do ano seguinte, substituindo o comandante da 1ª zona militar com sede no Turiaçu, João Pedro Smith mandou um ofício em resposta à Alexandre Moreira Júnior comunicando haver recebido da casa comercial do estado Cunha dos Santos e Companhia, objetos como foices, machados e facões, itens destinados para a lavoura. Entretanto, as entregas não findaram, entre os aspectos citados havia também 20 quilos de chumbo e oito quilos de palhoça, nas palavras do comandante “artigos que são destinados à força do meu comando em defesa de índios deste município”.²⁰² Forte indícios que as forças policiais e militares atuantes na região tinham como uma das especialidades afugentar indígenas.

²⁰¹MARANHÃO, Secretaria de Governo. Correspondência do Comandante de Destacamento. Ofício do Comandante de Turiaçu, 1904, Caixa 237. Setor de Avulsos. APEM

²⁰²MARANHÃO, Secretaria de Governo. Correspondência do Comandante de Destacamento. Ofício do Comandante de Turiaçu, 14 de agosto de 1905, Caixa 237. Setor de Avulsos. APEM

Além desse, outra situação se apresenta no mesmo sentido, a distribuição de itens pelo destacamento esteve, algumas vezes, sob influências diretas do Barão de Tromaí, personagem turiense que, como vimos anteriormente, tinha grande interesse em resolver a “questão indígena”, sobretudo, de forma violenta. Afinal, ficou conhecido como responsável por expedições cujo objetivo era abertamente matar os “selvagens”, a fim que não mais atrapalhassem a lavoura ou os negócios da borracha desejando empreender na região. O “traquejo” em expedições como essa, despertou interesses de alguns pelo serviços, foi o caso do Governador Benedito Leite em 1906 expediu o seguinte comando:

02 de maio de 1906

O governador do Estado de conformidade com o disposto nas leis nº 28 de 11 de abril de 1901 e nº 404 de 17 de abril do corrente ano e atendendo que no município de Turiaçu tornam-se necessárias medidas especiais a respeito dos índios por causa dos ataques constantes com que trazem sobressaltada a população do interior daquele município, forçando o governo a montar lá grande destacamento, resolve encarregar disso, **mediante retribuição mensal de 250.000 réis, ao Barão de Tromaí o qual, de acordo com o que a experiência for ditando e as instruções que for recebendo deverá agir já no sentido de facilitar o contato da população indígena com a civilizada, já no de garantir a esta contra [sic] os ataques daqueles promovendo a organização de núcleos que possam oferecer resistência eficaz e tomando quaisquer outras providências que circunstâncias aconselharem, não somente para o fim aludido, como também para que possa ser reduzido o maior número possível de praças que naquela localidade se acham destacadas.**²⁰³

Como sugere o ofício acima, os ataques de populações indígenas eram frequentes e por isso fazia-se necessário que homens como o barão, experientes em lidar com elas, atuassem para auxiliar o governo a promover segurança no local. Por esse motivo, a região do Turiaçu-Gurupi, não apenas no início do século XX, mas desde meados do século XIX, esteve no rol de preocupações dos governos provinciais e estaduais maranhenses. Governos responsáveis por delegar a resolução da “questão indígenas” simultaneamente à particulares e homens públicos com o aval para tomar “providências que as circunstâncias aconselhassem”, custando muito caro às populações indígenas.

Aliás, ressaltando que não eram apenas os indígenas provocando pânico nos moradores e em autoridades responsáveis, a presença significativa de quilombos também gerava preocupação. Inclusive, a combinação das experiências de coerção, tentativas de submissão ao mundo do trabalho compartilhadas por esses grupos muitas vezes estreitaram suas relações.²⁰⁴ Estreitamentos não ocorrendo sem alguma tensão. Vide o caso do preto

²⁰³MARANHÃO, Secretaria de Governo. Correspondências do Governador do Maranhão, Livro 1683, 2 de março de 1906. Setor de Códices. APEM. Grifos nossos.

²⁰⁴Em 1852, o rio Gurupi voltou a ser declarado como limite entre o Pará e o Maranhão, desta forma o território compreendido entre os quais e o Turiaçu foi incorporado ao Maranhão novamente. In: FARIA, Regina H. M. de.

escravizado Martinho, depois de ter fugido da Fazenda de João Cardoso Sýmith, morador no Turiaçu, aquilombou-se com mais 80 negros nas proximidades do rio Maracaçumé. O quilombo localizado na cabeceira do rio certa ocasião foi atacado por “índios selvagens” provocando muito estrago. O referido incidente fez muitos quilombolas se embrenharem sem rumo pelas matas, como Martinho, findou por acidente na sede da colônia militar do Gurupi e submetido à supervisão do Diretor da Colônia Leonardo Luciano de Campos.

O Diretor Leonardo de Campos na ocasião estava empenhado em devolver o negro fugido para o seu proprietário legal, além de extinguir quilombos, “chamar” os índios à catequese e à civilização e proteger a navegação do Rio Gurupi como recomendava o Regulamento Provincial de 1º de fevereiro de 1855.²⁰⁵ Tudo isso por meio da submissão armada, como nos faz lembrar o pedido de armamento para a colônia posterior ao evento citado acima.²⁰⁶ Como Diretor da Colônia, entendia a presença de indígenas e quilombolas na região como empecilho para a ordem e segurança na região. Embora seja possível perceber em correspondências da própria autoria que esses indivíduos nem sempre se comportavam de maneira “perigosa”. Mesmo os Ka’apor, considerados um dos mais temidos povos indígenas da região, certa vez se apresentaram de forma “pacífica” ao Diretor.

Como ocorreu na manhã no início de novembro de 1871, quando mais de 20 “Urubus” estavam no Engenho, próximo à colônia. Entre os quais, o então Diretor buscou distribuir alguns machados, facas e facões, na tentativa de atraí-los ao aldeamento, “onde seriam muito proveitosos e deixariam de lado a sua má índole, que os fazia refratários à catequese”. Um pouco mais de um mês depois, apareceram em lugar próximo, pouco acima do Camocim, pretos quilombolas e alguns “moleques”, também de maneira pacífica. Possivelmente pretendiam a venda de artigos como armas e pólvora, além de itens como fumo, arroz, gergelim e ovos. Pareciam querer vender tudo para irem de mudança a margem oposta do Gurupi no Pará, quem sabe para fugir das frequentes expedições ocorridas contra os quilombos.

E mesmo tendo esses quilombolas demonstrado seguirem para Província do Pará, para o Diretor, a presença deles naquelas paragens e a informação que forneciam armamentos o deixou em alerta. É possível que existisse pelo menos duas motivações principais para a insistente perseguição desse grupo por parte de Leonardo Campos: a primeira, era se mostrar

A transformação do Trabalho nos trópicos: propostas e realizações. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001.

²⁰⁵SANTOS, Arthur Roberto Germano. Poder e administração da colônia militar do Gurupi. *Revista Almanack: Guarulhos*, n.12, p. 184-208.

²⁰⁶MARANHÃO, Secretaria de Governo. Correspondências da Colônia Militar do Gurupi (1867-1872). Setor de Avulsos. APEM.

como funcionário competente, tentando garantir a posição privilegiada; a segunda, possivelmente era o conhecimento sobre o histórico de estratégias utilizadas por quilombolas e mocambeiros.

Uma dessas estratégias eram as frequentes alternâncias de um lado para o outro nessa região de fronteira entre o Maranhão e o Pará. Os negros fugitivos tinham ciência que as movimentação confundiam por vezes as administrações das respectivas províncias, pois existia ainda naquele período certa imprecisão de limites. Por esse motivo, ordenou ao alferes Viriano Bezerra de Paula Cavalcante verificar as imediações daquele lugar com bastante diligência, a fim que capturasse alguns negros ou simplesmente tentasse juntar vestígios sobre a localização de possíveis quilombos.²⁰⁷

Isso porque a essa altura, segundo outras correspondências do mesmo Diretor, as expedições para extinção dos quilombos na região tinham apenas acumulado fracassos, resultando apenas no susto desses quilombolas apenas migrando de um local para outro.²⁰⁸ Sem, porém, nos concentrarmos nas possíveis condições favoráveis para o processo de formação de quilombos na região, suspeitamos que a “proliferação” dessas organizações muito tem a ver com a mobilidade entre as províncias, depois estados, do Maranhão e do Pará, além da fragilidade da administração dos poderes por se constituir como região “pouco povoada” e habitada tradicionalmente por “índios bravos”.²⁰⁹

Sendo pertinente fazer alguns paralelos com alguns eventos ocorridos na Província do Espírito Santo nos meados do século XIX. Assim como na província maranhense, as informações sobre a proliferação dos quilombos em terras capixabas era uma notícia frequente entre as correspondências de autoridades militares. Especificamente a partir de 1830, em lugares prósperos como a Vila de São Matheus, onde era preponderante a plantação especializada de mandioca, e na região de Itapemirim, onde ao lado da produção de açúcar havia uma significativa plantação de café.

A região de Itapemirim, abrangendo todo o sul capixaba até a fronteira com Minas Gerais, não era apenas próspera no cultivo desses produtos, mas também na quantidade de quilombos ameaçando a segurança das pessoas e dos patrimônios, tão significativa tida como

²⁰⁷MARANHÃO, Secretaria de Governo. Correspondências da Colônia Militar do Gurupi (1870). Setor de Avulsos. APEM.

²⁰⁸A partir do estudo de Flávio Gomes sobre a introdução do negro no campesinato brasileiro foi possível quantificar 46 unidades quilombolas e mocambeiras na região do Turiaçu-Gurupi em todo século XIX. Ver: GOMES, Flávio dos Santos. *Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil*. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

²⁰⁹GOMES, Flávio dos Santos. *A hidra e os pântanos: quilombos e mocambos no Brasil (séc. XVII-XIX)*. Tese de doutorado, Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1997

razão para os “vexames” pelos que passavam o Espírito Santo. Muito semelhante ao problema indicado por Leonardo de Campos, em 1855, resultou na elaboração de um Regulamento provincial prevendo a extinção de quilombos, além da catequização dos indígenas.

Semelhantemente ao ocorrido no Maranhão, em 1845, foi instituído no Espírito Santo o decreto provincial prevendo uma guerrilha totalmente dedicada à captura de escravos fugitivos e criminosos. De caráter voluntário, nos grupos participantes da guerrilha, geralmente reuniam-se cerca de 20 homens, dentre esses era possível encontrar indígenas, como os Puris.²¹⁰ A região, além de abrigar muitas comunidades negras, também era morada de uma numerosa população indígena, fazendo com que a diversidade étnica no lugar fosse grande e, por isso, causasse dificuldades às autoridades na tarefa de controle.

Apesar das dificuldades enfrentadas pelas autoridades, elaborou-se algumas formas de exercerem poder ou controle sobre tamanha diversidade étnica. Faziam isso principalmente na criação e articulação das chamadas ordenanças, tropas auxiliares responsáveis por recrutar homens pobres, negros, pardos e indígenas. Esses, a maioria, ocupavam a posição de soldados, sendo os cargos mais altos reservados aos “principais da terra”.²¹¹ Pelo nosso recorte temporal estabelecido no momento de transição entre o século XIX e o século XX, não verificamos em nosso *corpus* documental a existência de uma ordenança ou guerrilha organizada e especializada contra os negros com indígenas como integrantes. Entretanto, consideramos possível que iniciativas como essa acontecida em terras capixabas ocorreu na região do Noroeste Maranhense anteriormente, pela semelhança de diversidade étnica entre as regiões.

A participação de sujeitos pobres, negros, pardos e indígenas em organizações militares desse tipo tinham como objetivo a extinção dos modos de organização e das vidas, colocando-os em oposição uns aos outros, algumas vezes, ironicamente, resultou em fortalecimento dos próprios arranjos sociais. Na Vila de São Mateus, onde os próprios moradores ficaram responsáveis por afugentar os indígenas, utilizando-se do serviço de negros, ao armarem estes facilitou que se aquilombassem. Armados tiveram chance de negociar as relações de trabalho, de produção e de relativa autonomia no interior da *plantation* escravista.²¹²

²¹⁰MOREIRA, Vânia. A Guerra contra os índios botocudos e a formação de quilombos no Espírito Santo. *Revista Afro-Ásia*, n. 41, 2010, 57-83 pp.

²¹¹ARAÚJO, Maiara Silva. Tropas pagas e ordenanças: perfil social dos militares da capitania do Rio Grande (Séculos XVII - XIX). Dissertação (mestrado) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2019

²¹²MOREIRA, 2010, p.79

Obviamente não podemos afirmar que o ocorrido em territórios capixabas e maranhenses foram exatamente iguais. Contudo, a informação desses acontecimentos ocorridos no Espírito Santo instiga-nos a pensar como a complexidade das relações sociais, políticas e econômicas em locais como São Mateus, Itapemerim e, no caso maranhense, Turiaçu-Gurupi, com grande diversidade étnica criou a necessidade de poderes provinciais, depois estaduais, tomarem medidas de controle administrativo e militar. Essa semelhança existe apesar de algumas diferenças significativas, pois o Noroeste maranhense, ao contrário dos territórios capixabas citados, tinha um pequeno contingente de “população civilizada” e não rendia grandes lucros ao estado.

De todo modo, percebemos como ambas, por serem ocupadas por indígenas, quilombolas e homem pobres, tiveram na construção de argumentos para incentivo do monitoramento as necessidades de se resolver as questões da lavoura e, não menos importante, de segurança pública. Sobre essa última, além dos problemas advindos das relações complexas entre indígenas e mocambeiros, no mesmo período dos eventos anteriormente citados, outra combinação causava preocupação entre as autoridades, era a interação entre regatões e indígenas, como veremos a seguir.

3.1.1 Regatões

O Turiaçu-Gurupi se consolidou via importante para o comércio, principalmente de produtos como o óleo de copaíba. Produto que, na década de 1870, era extraído majoritariamente por indígenas com quem negociavam os comerciantes.²¹³ Dentre os comerciantes que se relacionavam com os indígenas, havia a categoria dos regatões, espécie de vendedores ambulantes cujas atividades não conseguiam ser controladas ou fiscalizadas pelos poderes provinciais e frequentemente geravam alguns problemas, como os embebedamentos dos indígenas ou segundo a documentação, a sublevação.²¹⁴

Em 15 de janeiro de 1870, o então Diretor Parcial dos índios, Antônio Cantanhede, enviou um ofício ao Presidente da Província comentando acerca da sugestão de proibição da entrada do regatão Gregório Antônio Duarte na Sétima Diretoria Parcial dos Índios de Boa Vista, próxima à cidade de Turiaçu. Cantanhede sugeria nesse ofício que a presença do regatão prejudicava as tentativas de “chamar os índios à civilização”, pois os atordoavam,

²¹³Negociação da produção de óleo de copaíba com os índios do Alto Gurupi. MARANHÃO, Secretaria de Governo. Autoridades de diversas províncias, Governantes de Diversas Províncias (Pará), 1872, caixa 0726. Setor de Avulsos. APEM.

²¹⁴Para alguns, a ocupação de regatão é um produto original da Amazônia e podia ser exercida por espanhóis, bolivianos, peruanos, franceses, ingleses, negros e mestiços.

cometendo com os companheiros tantas coisas pífidas provocando não apenas a morte de oito vítimas cristãs, como fizeram despertar a ferocidade dos indígenas atacando o mesmo e amigos, fazendo com que Gregório perdesse um de seus olhos.²¹⁵

Os regatões pareciam não agir sozinhos, contavam muitas vezes com colonos que tinham certa interiorização entre os indígenas. Em ofício de 1871, o Diretor Geral dos Índios, Alexandre Colares Moreira, comunicou ao poder provincial sobre a expulsão dos indivíduos Basílio Antônio e Severino Soares do mesmo lugar, baseado no que previa o Regulamento de Missões de 1845. No documento, o Diretor alegava que recaía sobre indivíduos como a responsabilidade de acontecimentos desagradáveis como citamos anteriormente. Isso porque eram responsáveis por distribuir entre os indígenas bebidas e motivar revoltas.²¹⁶

Foi muito comum na historiografia a interpretação da relação entre indígenas e regatões como apenas prejudicial, principalmente para os primeiros, considerados simplesmente como vítimas das maldades desses ambulantes dos rios. Entretanto, alguns esforços em complexificar tal contato vêm sendo feitos, evidenciando outras nuances desse relacionamento. Novas pesquisas demonstraram os matizes das quais eram constituídas as relações entre indígenas e regatões. Uma das quais tivemos acesso fez isso por meio da construção de um panorama das diversas opiniões sobre essas relações, através da reunião de correspondências administrativas e diversos discursos de autoridades paraenses e amazonenses.²¹⁷

Márcio Henrique e Laura Morais pontuaram que principalmente a partir de Pombal, a retórica secular de civilização se aproximou significativamente da catequização. Civilizar significava submissão dos indígenas às leis e à obrigação ao trabalho. Dessa forma, esse processo civilizatório nas mais variadas dimensões da vida dos “gentios”, coligando questões importantes como a catequese, educação, trabalho e até mesmo segurança das fronteiras, fossem internas ou externas. Entretanto, tal processo não conseguiu ser totalmente implementado da forma como havia sido imaginado. Em muitas localidades, como no caso do Amazonas, do Pará e ousamos dizer no Maranhão, esse projeto começou a ser visto como perdedor. Dentre as explicações para o insucesso estava a atuação dos regatões entre os

²¹⁵Neste documento o Diretor dos Índios também indicava que o cargo estava por um fio, pois desde a posse não tinha conseguido contornar problemas como esses, frustrando as expectativas criadas na criação da Diretoria Parcial de Boa Vista em 1854. MARANHÃO, Secretaria de Governo. Ofícios do Diretor Geral dos Índios ao Presidente da Província do Maranhão (1866-1872), 1871. Setor de Avulsos. APEM

²¹⁶MARANHÃO, Secretaria de Governo. Ofícios do diretor geral dos índios ao Presidente da Província do Maranhão, 24 de novembro de 1871. Setor de Avulsos. APEM

²¹⁷HENRIQUE, Márcio C.; MORAIS, Laura Trindade de. Estradas Líquidas, comércio sólido: índios e regatões na Amazônia (século XIX). *Rev. Hist.* (São Paulo), n. 171, p. 49-82, jul-dez, 2014.

indígenas. Eram, na maioria das vezes, “os corruptores e defraudadores dos indígenas”, como era o caso de Gregório Duarte.

Porém, assim como os autores observaram, devemos tomar cuidado ao entender a atuação dos regatões exclusivamente como danosa por pelo menos por dois motivos, um deles relacionado com a produção de informação sobre a atuação desses homens. A maioria das fontes que os descrevem com atributos negativos foram escritas por não-indígenas, em muitas delas com a presença do ponto de vista de autoridades inconformadas com as perdas de lucro pela falta de regulamentação dos governos provinciais sobre as atividades desses comerciantes.²¹⁸ O outro tem a ver com reduzir os indígenas à eternas vítimas, o que não se sustenta, mesmo nessa tipologia de documentação. Inclusive, os autores apresentaram exemplos importantíssimos não apenas de conflitos diretos parecidos com citamos, mas também de relações de amizade e comércio.

Em 1863, um relato do Presidente da Província do Pará revelou que as relações comerciais entre os povos Urupaya e Tucunapeua tinham os regatões como intermediários. Os Tucunapeua tinham relação muito próxima com regatões, recebiam deles objetos que destinavam aos Urupaya em troca de canoas, fios, algodão, redes e galinhas. Ficando evidente que os indígenas também sabiam tirar proveito da relação com esses regatões e não eram somente ludibriados trocando as preciosas produções por “bugigangas inúteis”.²¹⁹

Antes, era possível que estabelecessem por meio da aquisição de objetos não-indígenas, comércio interétnico, conseguindo por meio desses ter acesso a objetos que somente outros grupos indígenas produziam. Além da relativização dessa relação de trocas entre regatões, outro aspecto deve ter a nossa atenção, esse é “o embebedamento dos índios”. Pois, não se pode negar que os regatões utilizavam a cachaça como estratégia para negociar com os indígenas, mas concordando com João Azevedo Fernandes, nem no tempo dos primeiros contatos o álcool deve ser considerado apenas como um mecanismo de conquista ou um “presente envenenado” cuja única serventia foi fragilizar os nativos e fazer deles presas mais fáceis da colonização²²⁰.

Sem desconsiderar os muitos efeitos problemáticos que as bebidas destiladas tiveram entre as sociedades nativas desconhecendo o álcool e até mesmo dentre aquelas com seus próprios regimes etílicos. O autor assinalou:

²¹⁸ Apesar de argumentarem que a atividade dos regatões era danosa porque esses homens enganavam e ludibriavam os indígenas, parecendo estarem preocupados com o bem-estar deles, o incômodo com a atuação desses homens estava principalmente na falta de controle do governo sobre os lucros que esse comércio gerava.

²¹⁹ FERNANDES, João Azevedo. *Selvagens bebedeiras - álcool, embriaguez e contatos culturais no Brasil Colonial (Séculos XVI-XVII)*. São Paulo: Alameda, 2011.

²²⁰ *Ibidem*

Assim, é necessário reconhecer que os índios no Brasil possuíam maneiras de se relacionar com as bebidas alcoólicas - seja na escolha dos tipos de bebidas, seja nos contextos sociais em que estas eram consumidas - que lhes eram próprias, e que eram dependentes de uma formação étnica e cultural e de um processo histórico determinados.²²¹

Ao reconhecermos isso, temos a possibilidade de compreender como o álcool dentre os indígenas, mesmo que oferecido por indivíduos exteriores, poderia ser ressignificado a partir do próprio arsenal simbólico. Sendo o exemplo da utilização do álcool em celebrações como a Festa do Cauim, muito famosa entre o povo Ka'apor também habitante a região do noroeste do estado.

A Festa do Cauim é celebrada a fim de marcar vários ritos de passagem entre o povo Ka'apor, são: a iniciação feminina, o casamento, a posse do Cacique e especificamente a nomeação das crianças. O *cauim* é uma espécie de cerveja insalivada de caju, no caso do produzido pelos Ka'apor, por ser desse tipo é necessário os indivíduos participarem ativamente do processo de elaboração. Além disso, quem elabora o *cauim* precisa obedecer alguns protocolos como evitar contato sexual, além de não poder comer e beber durante o processo.²²²

O que não possibilita inferir que para os Ka'apor o álcool além de uma dimensão recreativa, também possui uma dimensão sagrada. Por isso podemos pensar que a introdução do álcool pelos regatões passavam pelo aval e pela agência indígena. Pois as bebedeiras possuem caráter ritual e dramático, transformando-se em ocasiões onde a utilização de performances, de cantos, danças e também de discursos de afirmação identitária, servindo para articular relações sociais e cosmológicas. Além de reafirmar diferenças e construir relações de amizade e inimizade.²²³

Por isso, também podemos considerar que a reclamação das autoridades sobre o fornecimento de bebidas alcoólicas entre os indígenas também fez parte de uma tentativa de controle dos comportamentos indígenas, mesmo quando distantes da embriaguez eram considerados incivilizados e inclinados aos maus comportamentos. Nesse aspecto, como em muitos outros, vemos a tentativa de execução do denominado poder tutelar. Uma vez que as autoridades ligadas ao governo pretendiam controlar esses espaços e relações distantes dos domínios, produzindo imagens sobre os indígenas como seres insuficientes, inocentes, vulneráveis, ao mesmo passo também vistos como agressivos e bárbaros. Mesmo num tempo quando a tutela não havia ainda sido institucionalizada, é possível perceber existir uma

²²¹*Ibidem*, p.9

²²²GODOY, Gustavo. *Dos modos de beber e cozinhar cauim: ritos e narrativas dos ka'apores*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional. Rio de Janeiro: 2015.

²²³FERNANDES, 2011.

preocupação em “zelar” por algumas vidas indígenas. Afirmamos algumas porque os tratamentos dispensados aos indígenas dependiam do *status* das relações com as ações tutelares intentadas por poderes oficiais ou não.

Zelo este no processo de institucionalização do SPILTN se confundia de forma intensa com as intenções de expansão da fronteira econômica, movimento mormente gerenciado por segmentos sociais de origens ou de relações tradicionais oligárquicas. Sendo possíveis para esses setores a suplantação dos interesses de proteção da agência indigenista em defesa da exploração desses sujeitos e dos territórios.²²⁴ As inúmeras tentativas de classificação dos indígenas a partir da verificação das reações perante o estreitamento forçado com a “sociedade civilizada” ou meramente com as expressões socioculturais ao longo da história sempre de forma arbitrária, pois os comportamentos desses indivíduos não podiam ser irreversivelmente moldados aos anseios tutelares.²²⁵

Tanto não podiam que na mesma sequência de documentos na qual encontramos os eventos anteriores sendo possível acessar a informação de um possível levante organizado por três capitães de índios, Jacinto, Marcelino e Lourenço. Os três capitães da Sétima Diretoria Parcial, localizada na vila de Boa Vista, eram indígenas, provavelmente Guajajaras, que ocupavam o cargo por serem considerados “civilizados”.

Os Teneteharas ou Guajajaras são aqueles de mais tempo de contato com a sociedade nacional envolvente.²²⁶ Sendo assim, era possível que as autoridades, como o Diretor Geral, compreendessem a interação desses indígenas com dispositivos não-indígenas – vide as integrações na administração da Diretoria Parcial – como indício de civilização, como se a mesma os pudessem transformar inteiramente. Afirmamos essa possibilidade baseados em narrativas históricas semelhantes, como os relatos de Alphonse Mabilde sobre os Kaingang. Mabilde atuou como agrimensor e engenheiro de colônia no interior do Rio Grande do Sul, o possibilitando observar as dinâmicas dos Kaingang naquela região, estabeleceu contato

²²⁴OLIVEIRA, João Pacheco de; FREIRE, Carlos A. da Rocha (orgs.). *A presença indígena na formação do Brasil*. Coleção Educação Para Todos. Série Vias dos Saberes, vol. 2. Brasília: MEC/SECAD; Rio: LACED/Museu Nacional, 2006.

²²⁵Outro indício arbitrário de civilização considerado pelos que classificavam os indígenas era a manipulação de ferramentas feita pelos mesmos. Entretanto, a utilização poderia ocorrer entre aqueles aldeados ou habitavam as matas, posto que existia a possibilidade dos itens serem adquiridos como brindes ou através das próprias correrias. Ver: DORNELLES, 2019.

²²⁶Em nota, a antropóloga Elizabeth Coelho afirmou data do século XVII o uso regional do termo *Guajajara* para os indígenas Tenetehara, tornando-se ao longo do tempo a própria autoidentificação. COELHO, Elizabeth M. B. *Territórios em confronto: dinâmica da disputa pela terra entre índios e brancos no Maranhão*. São Paulo: HUCITEC, 2002.

próximo com o Cacique Braga, forte liderança esteve à frente de um grupo com 1.430 indivíduos, em 1837, e foi o principal informante.²²⁷

Segundo Braga, dentre desse grupo de homens subordinados a ao mesmo esteve Doble, também denominado pelo nome de Yu-toahê, que foi sugerido como usurpador, pois o responsável por planejar um “golpe” à sua liderança, apesar de não ter logrado sucesso pela “desconfiança própria e natural dos Coroados”,²²⁸ com o prestígio entre o chefe e o próprio grupo conseguiu convencer alguns a se desligarem da antiga liderança, e se subordinarem a ele. Doble e seu grupo pelas desavenças criadas contra Braga e preexistentes em relação a outras lideranças indígenas da região viviam sem um paradeiro certo, condição que o fez escolher aldear-se junto com os subordinados para preservar a si e aqueles que o seguiam.

Doble, apesar de atribuído a si uma representação de indolente, parece ter sido um ótimo diplomata que ao se aproximar dos dispositivos dos “brancos”, como eram os aldeamentos, conseguiu através de uma aparente submissão garantir ao grupo práticas importantes. Aceitar a condição de aldeados era fundamental para burlarem a ordem estabelecida, sendo possível efetuarem assaltos e correrias às colônias, sem considerar suspeitas e livrando-se, assim, das consequências. Por isso, a “assimilação” dos modos de fazer não-indígenas vivida por Doble e pelos capitães Guajajara, Jacinto, Marcelino e Lourenço não significando paralisia da atuação das alteridades, posto que diante do exposto estavam vívidas e ditavam as formas de sociabilidade, não sendo essas, portanto, simples imposições promovidas por autoridades oficiais ou “maliciosos regatões”.

Consequentemente, podemos considerar a partir da revisão historiográfica sobre as agências indígenas que a maioria das documentações citadas são imbuídas de preconceitos e estereótipos sobre essas populações, negando o protagonismo e a capacidade de agenciamento. Entretanto, mesmo entre esses documentos, muitas vezes lidos simplificarmente apenas como atestados da colonialidade de poder, sendo possível perceber a mobilidade desses indivíduos nesses contextos de heterogeneidade. Desse modo, uma mesma série de documentos pode não apenas reforçar estereótipos, mas com subsídios para contestação deles.

Assim, diante do exposto a existência de diversas classificações sobre os “estados” de indígenas, em “guerra” ou mesmo os considerados “civilizados”, combinados com indivíduos como negros fugidos e também exploradores como regatões tornou o Noroeste maranhense

²²⁷DORNELLES, Soraia S. *Os Kaingang e a Colonização Alemã e Italiana no Rio Grande do Sul (Séculos XIX e XX)*. Curitiba: CRV, 2021, p. 93-100.

²²⁸Coroados também foi um etnônimo utilizado para fazer referência aos Kaingang.

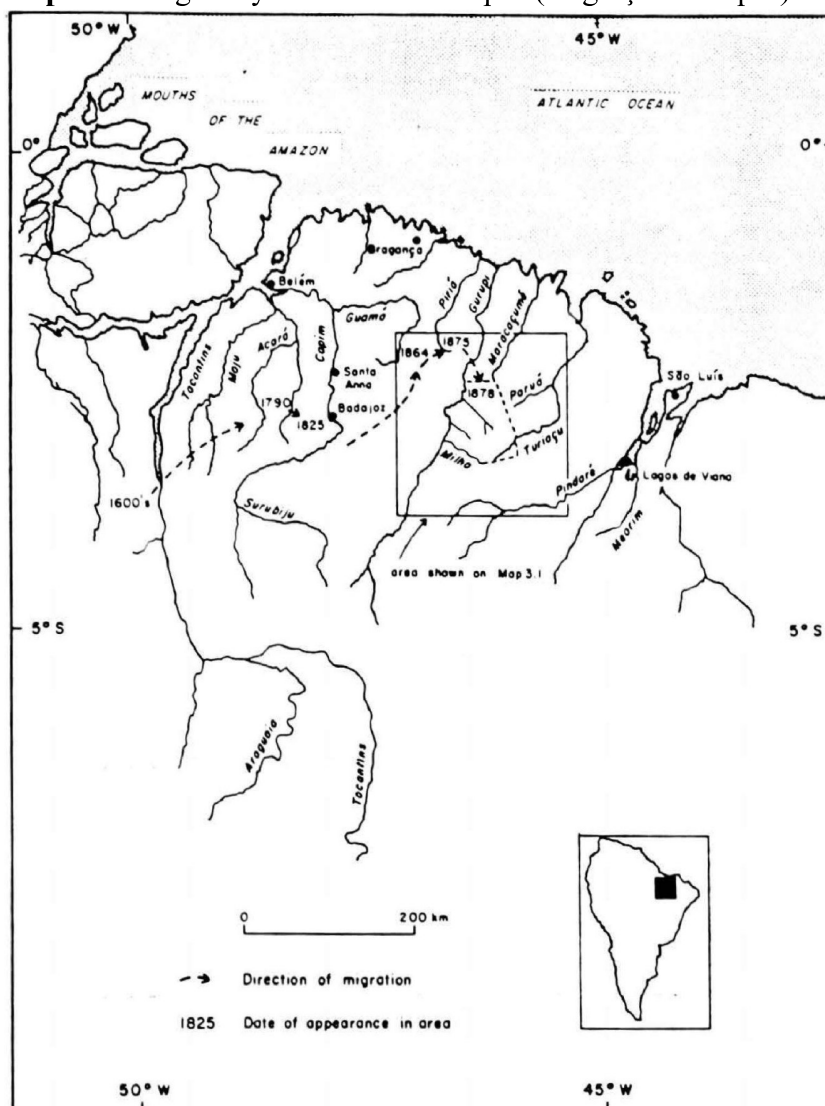
suscetível a funcionar como palco das políticas de organização do campo brasileiro. Assim, como a região capixaba citada anteriormente, também foi escolhido em 1911 para lidar com os grandes problemas, especialmente dos “índios selvagens” que atrapalhavam o chamado desenvolvimento. Dentre esses bárbaros estavam os Ka’apor, também nomeados de Urubus, principal povo da política indigenista republicana no Maranhão.

3.2 Os Ka’apor: uma horda de salteadores pintada de urucum

Apesar de não serem originários do Maranhão, os Ka’apor desde que chegaram durante o século XIX estiveram envolvidos em conflitos no Noroeste do estado. Foram reconhecidos em diversos momentos da história do estado como povo de grande disposição guerreira. Algo muito mais encarado como traço de “hostilidade”, os quais “naturalmente” com um comportamento refletido das inúmeras violências coletivamente quando possivelmente habitavam o Tocantins e o Xingu. O antropólogo Darcy Ribeiro como etnólogo da Seção de Estudos do SPI coordenou expedições na divisa entre Pará e o Maranhão, entre 1949-1951, dessas expedições resultaram documentários e relatórios, além de oito diários. Diários endereçados primariamente para a esposa Berta Ribeiro e, posteriormente, compilados e publicado como livro, combinando pretensões de natureza científica, literária e também política, porque se configurava como uma espécie de denúncia sobre as situações vivida pelos Ka’apor no período pós-pacificação (1928).

O livro em questão é *Diários índios: os Urubus Ka’apor*, nele, Darcy Ribeiro comentou sobre Anakanpukú, um Ka’apor que lhe ditou em 1950, oito de suas gerações. Segundo o antropólogo, a genealogia de Anakanpukú mostrava bem a progressão dos Ka’apor do Pará ao Maranhão. A progressão descrita por Anakanpukú foi indicada por análises etnográficas anteriores e posteriores ao escrito anteriormente citado e empreendido por Ribeiro. Como exemplo dessas posteriores, temos o antropólogo estadunidense William Balée. Diferente de Darcy Ribeiro, que às vezes enfatizou excessivamente o papel de vítima dos indígenas, Balée pelo método da etnobotânica buscou conciliar aspectos históricos e ecológicos para analisar a cultura Ka’apor, entendendo-a como heterogênea e dialética, ao mesmo tempo reconheceu em a composição estruturas “persistentes”, como resultado da agência Ka’apor, problematizando a concepção simplista de “aculturação”. “Reconstruindo” a sequência de eventos, externos e internos aos Ka’apor, responsáveis pelas frequentes migrações empreendidas antes de se estabelecerem em território maranhense no século XIX. Movimentos migratórios indicados como no mapa a seguir.

Mapa 02: Migratory Path of the Ka'apor (Migração Ka'apor)



Fonte: BALÉE, 1984 p. 23

O mapa em questão elaborado por Balée contribui para a compreensão sobre como as “pressões do contato” com os mais variados agentes coloniais induziram as frequentes migrações Ka’apor, nesse caso em específico demonstrando a movimentação dos Ka’apor do Pará ao Maranhão. As migrações são aspecto comum às histórias de muitos povos indígenas, inclusive, aos Kaingang em São Paulo – com quem os Ka’apor eram frequentemente comparados. Em artigo ainda não publicado, Soraia Dornelles, evidenciou como as atividades dos Kaingang estiveram intensamente relacionadas com o processo de expansão capitalista no Oeste de São Paulo, mesmo que por muitos fossem consideradas “excêntricas” ou até “anacrônicas”.²²⁹

²²⁹DORNELLES, Soraia S. *The Kaingang and the São Paulo Agrarian Expansion: Indians, Coffee, Railroads and Immigration (1870-1930)*. No prelo

Segundo a autora, a presença e a ação dos Kaingang na região foram importantes para deter e limitar os grandes projetos capitalistas: “as ferrovias tiveram que desviar seus caminhos; várias fazendas de café tiveram que ser fundadas; os migrantes recusavam-se a trabalhar perto dos indígenas aparentemente perigosos”.²³⁰ Semelhante ao que representou os Ka’apor para o Noroeste maranhense, pois como vimos também serviram como limitadores de atividades exploratórias como os negócios da borracha. Outro ponto de convergência entre as histórias Kaingang e Ka’apor foram a periculosidade pela qual os dois povos foram representados.

As notícias de aparição dos Ka’apor no Turiaçu-Gurupi geralmente eram dosadas com gotas de apreensão e mistério. Nos relatos são sempre representados como se fossem perigosos e arredios, eram apreendidos como um grande problema para região e os moradores. Certa vez, foram acusados de atirarem contra a embarcação de um colono que estava indo resolver alguns dos negócios no Alto Gurupi, na ocasião duas mulheres da comitiva foram feridas, segundo o relato, apesar de terem cercado dos dois lados da margem, o estrago que cometeram não foi maior porque estavam à distância de cem léguas.

A série de documentos onde encontramos a informação acima apresenta diversas observações do Diretor citado anteriormente, Leonardo Campos, nelas a presença dos Ka’apor são sinalizadas como um problema de segurança pública e militar. Ainda com todo esse peso presente na narrativa do Diretor, a situação com aqueles povos não se resolvia pela suposta letargia do Comandante Superior da Guarda Nacional de Cururupu e Turiaçu. Sendo muito comum encontrar relatos de insatisfação de homens compondo o contingente da Guarda Nacional por aqueles lugares, a maioria dos soldados achava desagradáveis os serviços aos quais eram submetidos, geralmente a lavoura e as rondas policiais. Essas últimas tinham como responsabilidade também atuação direta contra os indígenas, sujeitos que se embrenhavam com facilidade dentre as matas por muito conhecerem o espaço. Desse modo, além da aparente insatisfação desses homens, a letargia pode ao nosso ver ser considerada também resultado do temor que tinham das habilidades indígenas.

Afirmamos isso porque, os Ka’apor eram conhecidos pelas correrias. Os indígenas não habitavam a beira do Gurupi, e sim as cabeceiras do rio Coracy Paraná (rio do Sol) e do Piriá na Província do Pará, mas quando era tempo de correria apareciam nas margens do Gurupi, entravam em contato com a “população civilizada” local e por isso eram considerados perigosos.²³¹

²³⁰*Idem*

²³¹DODT, Gustavo. *Descrição dos Rios Parahyba e Gurupi*. São Paulo:Brasília, 1939.

Em relatos sobre a expansão das fronteiras agrícolas ou povoamento ocorridas em território brasileiro é comum encontrar em meio as narrativas a palavra “correria”. Uma tática frequente utilizada não apenas pelos povos indígenas, como sugeriu Dodt, mas também utilizada pelos agentes de colonização não-indígenas nos mais variados períodos. No contexto acreano, por exemplo, as correrias serviram para matar lideranças indígenas, idosos e crianças. Os não-indígenas tinham interesse em se livrar do “incômodo” provocado pela presença indígena também através do aprisionamento e a coerção dos jovens para os trabalhos no seringal.²³²

Sobre a maneira indígena, as correrias, também chamadas de “assaltos” ocorriam em momentos específicos do ano e estavam quase sempre relacionadas com a angariação de produtos agrícolas ou ferramentas que tinham necessidade. Em livro sobre os Kaingang no Rio Grande do Sul, Soraia Dornelles observou que “as características gerais desses assaltos podem se observar, em primeiro lugar, o saque às roças de milho que se encontravam prontos para a colheita”.²³³ O que não quer dizer também sobre não a utilizarem em uma dimensão violenta, a própria autora observou que as correrias também serviam para o sequestro de mulheres e crianças. Contudo, o número de eventos como esse de indígenas sequestrando não-indígenas era incomparavelmente inferior ao movimento contrário, sendo a narrativa de sequestro por partes dos ditos “selvagens” um artifício retórico sobre a suposta ferocidade desses indivíduos justificativa para perversidades as quais foram submetidos.²³⁴

No caso dos Ka’apor, as correrias eram geralmente para adquirirem ferro, além de efetuarem caça e pesca, em tempo de seca ou simplesmente de diminuição do volume de alagamento próprio na região. Não temos notícia que executaram sequestro de não-indígenas em eventos como esse, apesar de durante todo o século XIX estarem envolvidos em diversos conflitos. O único indicativo da prática entre os indígenas foram as frequentes invasões que promoviam às ocupações dos Tembés. Segundo William Balée, era recorrente os Ka’apor sequestrarem crianças de ambos os sexos, por isso, muitos dos avôs e os avós dos indígenas vivendo no Turiaçu eram de origens Tenetehara.²³⁵

²³²RODRIGUEZ, Ernesto M. *Correrias: índios, caucheiros e seringueiros (Acre 1942/1983)*. Dissertação (Mestrado): Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016. Orientador: Marcos César Borges da Silveira.

²³³DORNELLES, 2021, p. 48

²³⁴A autora mencionou o caso de janeiro de 1852 envolvendo a filha de um colono alemão chamado Pedro Wadenphul com a mulher e quatro filhos sequestrados, dentre os quais uma menina que depois de um ano de convívio com os indígenas, conseguiu escapar e denunciou o local onde estavam aqueles que os tinham sequestrado. DORNELLES, 2021, p. 52.

²³⁵ALÉE, William. *The persistence of the Ka’apor*. Ph.D. Dissertation, Columbia University, 1984, p. 41.

Não compreendemos os motivos dos conflitos entre Ka'apores e Tembés, mas possivelmente os rancores por eventos citados foram muitas vezes reavivados, inclusive em momentos de expedições promovidas pelo SPILT, era muito comum que indígenas Tembés servissem como tradutores dos funcionários. Além disso, outra circunstância do envolvimento de Tembés foi indicada por Benedito Ribeiro, em pesquisa o historiador afirmou que foram compreendidos como estando em “franco processo de incorporação” à sociedade nacional por parte dos funcionários do SPILT e por isso importantes para auxiliar o Estado durante as tentativas de pacificação dos Ka'apor.²³⁶

Certa vez, em uma das entradas realizadas pelo inspetor Pedro Dantas, os funcionários se depararam com alguns Ka'apor que, nas palavras do indígena Tembé servia como tradutor, estavam muito enfurecidos. Ainda assim, segundo o posto no jornal, não aconteceu nada de grave na ocasião porque os funcionários seguiram os “protocolos de paz” previstos pela instituição. Depois desse evento, escreveu Pedro Dantas em relatório que o indígena tradutor comentou que deveria ter atirado contra um dos Ka'apor naquela ocasião, pois era muito violento e perigoso. A notícia informada no relatório do Diretor fez ver que esses desentendimentos interétnicos certamente foram também relevantes nas tentativas de pacificação e atração dos “Urubus”, processo do qual comentaremos em tópico adiante.

Sobre os motivos das aparições dos Ka'apor, algo chamando a atenção deles eram as ferramentas de ferro. Balée citou diversas notícias nesse sentido, observando que apesar de terem tendência em se isolarem no meio das matas, frequentemente “invadiam” cidades, quase sempre resultando em perdas significativas do lado:

Os índios chamados Urubus atacaram [em 1864] vários sítios no Alto Guamá, roubando e assassinando. Em retribuição, uma expedição de 25 guardas nacionais foi organizada sob o comando do capitão do mato, José dos Santos Brandão. Ao penetrarem na floresta, chegaram a um assentamento desses selvagens, onde ocorreu uma sangrenta batalha. As armas superiores do invasor causaram muitas baixas do lado dos índios, com alguns dos guardas morrendo também. Os selvagens fugiram, voltando pouco depois com reforços para procurar seus mortos.²³⁷

Mesmo com baixas como essa, os Ka'apor não deixaram de contra-atacar. Em 1864, a Guarda Nacional agindo na região do Gurupi organizou uma força de 150 homens numa expedição contra os indígenas e os perseguiram até as aldeias, mas astutamente os Ka'apor as abandonaram e continuaram a fugir até às cabeceiras dos rios Guamá e Gurupi.²³⁸ Pode-se

²³⁶RIBEIRO, Benedito E. *Territórios e r-existências indígenas no Nordeste Paraense: o caso dos Tenetehar-Tembé (1930-1945)*. Monografia (Graduação), Bragança: UFPA, 2019.

²³⁷MUNIZ *apud* BALÉE, 1984, p XX

²³⁸Ibidem, p. 36

então entender o porquê geralmente apareciam em ocasiões bem específicas, provocando surpresa e alvoroço, sendo muitas vezes caracterizados como “isolados”:

Esta tribo vive isolada e sem relações com a população civilizada; só nas suas correrias que estendem até as margens do Gurupi que eles também é que entram em contato com a população civilizada, para a qual às vezes se torna perigosa. Todavia força é confessar que os casos, em que eles têm disparado algumas flechas, sobre canoas que passavam no rio ou sobre as casas na proximidade da colônia militar são muito raros. Por causa da falta de relações são pouco conhecidos, mas parece que não são sem indústria, ao menos andam suas mulheres vestidas de saias de um pano grosso tecido por elas mesmas do algodão que cultivam para este fim. Também seus arcos e suas flechas que são de um tamanho descomunal são muito bem trabalhadas [...] Eles usam muito de pontas de ferro para suas flechas e dizem que estas lhe são fornecidas por uns mocambos, que, como se pretende, existem naquelas paragens.²³⁹

A observação acima foi de Gustavo Luís Guilherme Dodt, um dos engenheiros alemães contratados pelo Barão de Capanema para prestar serviço ao antigo Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (186-1891). Alemão naturalizado brasileiro jamais voltou à Alemanha. Atuou em vários estudos sobre portos e comunicações, sobre localização de colônias agrícolas, além da elaboração de plantas e mapas. Em abril de 1867 (1868?), recebeu por parte do Presidente da Província do Piauí e do Maranhão, Augusto Olympio Gomes de Castro, a incumbência de explorar o rio Gurupi e elaborar uma planta exata do mesmo rio da foz até às cabeceiras, como também traçar o esboço de uma estrada entre o Gurupi ao Tocantins. Entre as exigências da exploração estava a elaboração de um relatório no qual deveria ser apresentado às circunstâncias físicas dos principais pontos e o mapeamento dos principais obstáculos.

Entre esses obstáculos estava a presença indígena, sistematicamente analisada e descrita no relatório como no trecho anteriormente citado. Nessa passagem Gustavo Dodt enfatizou a ideia que os Ka’apor ou Urubus, como eram conhecidos na região, se tratavam de um povo isolado. Mesmo em aparente contradição, pois com indícios sobre as relações comerciais do povo com mocambeiros habitantes na região. Cremos que o engenheiro alemão os caracteriza assim como forma de avisar a “situação de guerra” em que aqueles sujeitos viviam, como forma de reforçar “incivilidade”.

Algo que pode ser percebido com frequência nos relatos daqueles que sempre estiveram interessados na submissão ou na resolução da “questão indígena”, principalmente no tratamento das “tribos hostis” inseridas nesse contexto de violências pelo distanciamento da “sociedade civilizada”, ou seja, existia uma concepção defendendo a relação direta entre a situação de “isolamento” e as reações mais enérgicas dos indígenas.

²³⁹DODT, 1939, p. 86-87

Essa relação era tão presente na formação dos argumentos sobre os Ka'apor que, frequentemente, eram comparados com os Kaingangs do vale paulista, não apenas no momento em que estes foram considerados pacificados (1916), servindo como argumento favorável ao prosseguimento das atividades da IR-3, mas principalmente no contexto anterior. Ambos grupos eram considerados "isolados" e, conseqüentemente, hostis.²⁴⁰

Kaingangs e Ka'apor eram tidos como isolados e, portanto, alheios aos processos da sociedade nacional. Todavia, assim como Beatriz Castilho, acreditamos que “nenhuma sociedade por mais apartada e isolada que se encontre vive no passado ou a margem de processos socioeconômicos regionais”. Os afastamentos indígenas nunca estiveram descolados de razões históricas, como a própria autora observou, esses povos muitas vezes optaram ou optam por isolar-se da sociedade nacional devido ao longo histórico de experiências traumáticas. Por isso, o “isolamento” não pode, nem deve ser visto como uma situação de “não contato”, do contrário, sinaliza a recusa racional dos povos em se relacionar com certos atores sociais com o objetivo de garantir sua sobrevivência física e cultural.²⁴¹

Os contatos dos povos Ka'apor sempre estiveram embasados em circunstâncias e em necessidades sociais, nada tinha a ver com algum suposto grau de incivilidade. A depender, puseram-se em situações conflituosas ou pacíficas mediante os próprios critérios, a factualidade disso está nas diversas formas pelas quais se relacionavam não apenas com indivíduos “brancos”, mas especificamente com indivíduos também não tão favorecidos assim, a exemplo dos mocambeiros ou quilombolas.²⁴²

Mesmo que na citação destacada no relatório de Gustavo Dodt tenhamos notícias de relações comerciais e aparentemente harmônicas entre os Ka'apor e mocambeiros, não é possível admitir apenas esse tipo de relação como existente, basta lembrarmos do caso de preto Martinho que temeroso pelo ataque dos indígenas se embrenhou sem rumo pelas florestas do Gurupi. O historiador Flávio Gomes apresentou informações sobre a complexidade das relações entre indígenas e negros fugitivos na região do Turiaçu-Gurupi, sinalizando que ao mesmo tempo existiam relações de solidariedade e violências entre esses grupos.²⁴³

²⁴⁰MARTINS, 2011; AMORIM, 2019.

²⁴¹ CASTILLO, Beatriz Huertas. *Los pueblos indígenas en aislamiento: su lucha por la sobrevivencia y la libertad*, Lima: Tarea Gráfica Educativa, 2002, p.22

²⁴²Escravizados, escravizados fugitivos e especificamente os indígenas autônomos foram excluídos da concepção de cidadania brasileira porque não eram desejáveis no pacto social emergente no século XIX. Para saber mais: MIKI, Yuko. *The frontiers of Citizenship: A Black and Indigenous History of Postcolonial Brazil*: New York: Cambridge University Press, 2018.

²⁴³GOMES, 1997.

Ainda que não seja sobre um caso envolvendo os Ka'apor, o autor citou um trecho importante sobre Timbiras que entregaram alguns quilombolas para autoridades militares. Mesmo estando com receio da movimentação desses homens de governo perto das aldeias, os indígenas como modo de proteger as vidas ofereceram auxílio para capturar alguns quilombolas na região, exigindo que o chefe da expedição se comprometesse que aquela iniciativa militar e nem qualquer outra tinha como intenção as próprias capturas.²⁴⁴ Possibilitando entender sobre esse evento que a campanha militar não tinha como alvo inicial aldeias indígenas, mas preferencialmente um quilombo. A coexistência dessas organizações na mesma região implicava muitas vezes que esses “acidentes” ocorressem, portanto, sabendo do potencial das campanhas militares efetuadas naquela região, o reflexo daqueles indígenas foi de se mostrarem dispostos aos interesses das autoridades para evitar uma carnificina em o próprio território.

Concordamos com o autor considerando os ataques de indígenas contra comunidades quilombolas resultado de uma situação geral consistindo na intensificação do processo de interiorização de “asilos de liberdade” – como eram conhecidos os quilombos e mocambos –, circunstância influenciando no aumento de rondas militares. Por isso, sendo possível que alguns grupos indígenas atribuíssem aos negros fugidos os contínuos perigos dos quais eram também conviviam.

Creemos na razoabilidade dessa conclusão no caso dos Timbiras e especificamente os Ka'apor frequentemente compreendidos como “índios sanguinolentos”. Outrossim, rememoramos as relações comerciais citadas anteriormente, além do acréscimo de indícios sobre as relações matrimoniais entre os Ka'apor e negros quilombolas. No início do século XX, as relações entre esses dois grupos resultou em indivíduos identificados como “Urubus-pretos” (ou melhor, Ka'apor-pretos).²⁴⁵

Sobre a representação desse povo como perigoso, observemos um relatório elaborado em 1887 pelo Tenente José Antônio, chefe de uma comissão enviada ao rio Paruá para seu reconhecimento, encomendada por José Bento de Araújo, Presidente da Província do Maranhão (1886-1888).²⁴⁶ O relatório, tinha como objetivo o povoamento dirigido da região às margens do Paruá, localizado nesse amplo território que temos chamado genericamente de Turiaçu-Gurupi. Como documento forjado em um contexto de expansão de fronteira, servia

²⁴⁴*Ibidem*

²⁴⁵Idem, p. 424

²⁴⁶José Antônio em Relatório da Comissão de Reconhecimento do rio Paruá e suas margens (1887). In: Fala de José Bento dirigida à Assembleia Legislativa do Maranhão, 11 de fevereiro de 1888. Maranhão: Typ. do Paiz. Acervo Digital: BPBL

aos interesses de grupos políticos e econômicos compromissados em, de uma vez por todas, superar as dificuldades promovidas pela presença indígena. Por isso, era a visão de homens exploradores, em alguma medida “aventureiros”, desejando apresentar imagens de selvageria e primitivismo para gerar mais interesse daqueles que tinham na continuidade do exercício do poder colonial o meio de atender as metas pessoais ou mais gerais, nesse sentido comentaremos a seguir algumas passagens da comissão.²⁴⁷

A comissão chefiada pelo Tenente José Antônio, da qual não se sabe a quantidade de integrantes, partiu em agosto da capital São Luís e demorou dois dias para chegar à cidade de Turiaçu, número igual à passagem de tempo no local. Dali seguiu para Vila de Santa Helena, mas pela força da correnteza do rio Tury os homens da comissão foram obrigados a retornar ao continente. Ao perceber que enfrentariam problemas para seguir o curso do rio pela pouca experiência, assentiram em alugar novas canoas e serviço de novas pessoas – locais com maior conhecimento da área – primeiro, a fim de conduzir parte da comissão à casa de Policarpo, um preto, morador da Vila São Bento e corta-mato experiente, pois tinha passado mais de dez anos embrenhado nas matas próximas aonde aquela desejava ir.

De volta à Santa Helena, parte dos homens responsáveis por conduzir a comissão à casa do corta-mato integrou o grupo de 23 pessoas contratadas para fazer a viagem pelo rio Paruá. Após aproximadamente 12 milhas, encontraram o porto da povoação de Rosário, ao longo do percurso observaram a existência de 73 casas às margens das águas. Cenário totalmente diferente de quando definitivamente chegaram ao leito do rio Paruá, apesar do deleite aos olhos que era a paisagem daquele lugar, não se podia encontrar vestígios de povoamento. Segundo o redator do relatório, culpa dos índios! E escreveu:

Esse rio que já foi empório da lavoura de farinha, milho, arroz e café está completamente despovoado, devido as correrias constantes que fazem os **índios Urubus, tribo composta de malfazejos de todo o gênero, que conhece o serviço de serralheiro tanto que tem arcos e pontas de flechas feitas de ferro, que faz uso da pólvora que conhece a aplicação da moeda, que assobia quadrilhas e polkas segundo foi informado a comissão por pessoas que os tem encontrados nas matas e que finalmente é dirigido por um corpulento índio Barba Loura que fala corretamente o italiano.**²⁴⁸

O trecho acima confirma a visão negativa dos líderes da comissão acerca de indígenas naquela região, entendida como impeditivo aos diversos sujeitos interessados na exploração

²⁴⁷Linda Tuhiwai Smith ao direcionar reflexões sobre a descolonização da educação para pesquisadores indígenas, assinalou como historicamente populações indígenas serem utilizadas como mero objeto de pesquisa, reforçando estereótipos e justificou projetos coloniais executadas por pesquisadores “treinados” ou aventureiros, amadores. Ver: SMITH, 2018.

²⁴⁸José Antônio em Relatório da comissão de reconhecimento do rio Paruá (Paruá) e suas margens, Maranhão, Outubro de 1897. In: Fala dirigida a Assembleia Legislativa Provincial do Maranhão, 1988. Acervo Digital da BPBL.

do lugar, nesse aspecto as afirmações foram mais que suficientes. Entretanto, além desse, outros aspectos chamam a atenção. Como poderia um povo tido como isolado saber manejar o papel moeda? Assobiavam quadrilhas e *polkas*? Esses costumes eram “desde sempre” seus ou reflexos de uma longa história de contato? E o indígena Barba Loura fluente em italiano? Não que acreditemos na premissa “cara de índio”, mas era aquele sujeito mesmo indígena? Será que resultado de casamento dos Ka’apor com europeus, assim como era parte dos Amanajós, descritos por alguns viajantes como características semelhantes como a mencionada acima? Ou era apenas um não-indígena, europeu ou nacional, aliado? ²⁴⁹ Várias perguntas que, infelizmente, não será possível responder pela limitação de nossa documentação, mas que conduzem a entender as histórias dos Ka’apor como diretamente conectadas com inúmeros eventos ocorridos ao nível nacional e regional.

A habilidade Ka’apor na produção de arcos e flechas provocava espanto em todos que despendiam atenção sobre seus costumes. O Tenente José Antônio também não deixou de tratar sobre esse talento, segundo relatos, informando que os indígenas dispunham aproximadamente três mil arcos com flechas afiadas, além disso, tinham a prática de se dividir em grupos compostos de 30-40 homens para pescar e caçar. Não sabemos se era apenas difamação por parte do tenente ou se existe alguma plausibilidade, mas este também afirmava haver um consenso entre esses grupos que poderiam matar ou roubar qualquer um que lhes aparecessem no meio do caminho. Os Ka’apor eram uma “horda de salteadores pintada de urucum e armada de flecha”.

Na continuidade da viagem pelo Rio Paruá, os mais de 23 homens chegaram a um lugar chamado Cotovelo. No local, sob as instruções do Inspetor da linha telegráfica Belmiro, o chefe José Antônio com o Tenente Jacinto, este último com cinco estradas de seringal localizadas no Paruá, decidiram fazer uma caminhada, ao que tudo indica, em busca de terrenos férteis. Mesmo José Antonio, chefe da expedição e também redator do relatório, afirmando a potencialidade da região para outros produtos, como milho, arroz e até mesmo café, o que parecia ocupar significativamente a mente era a preocupação com a possibilidade de achar seringueiras. Entretanto, na caminhada que empreendeu com o Tenente Jacinto não achou nenhuma das árvores produtoras de látex. Tudo que encontraram foi uma “batida de índios” indicando proximidade de aldeias naquela região.

²⁴⁹A possibilidade de ser Barba Loura um estrangeiro é plausível, em 1920, Guilherme Linde, dono de minas no lugar de Montes Áureos afirmou ter entrado em contato com um grupo de Urubus (Ka’apor), um deles falava francês e o líder com quem entrou em contato era estrangeiro, mas não conseguiu descobrir de onde vinha. Ver: Pacotilha (MA), 1920, Ed. 001000. Hemeroteca Digital: BN.

Receosos, voltaram a se juntar ao grupo e decidiram seguir o curso do rio. No chamado Alto Paruá, a comissão encontrou um único morador, acompanhado do filho, dois trabalhadores livres e uma negra escravizada, estavam no local a algum tempo, a documentação não revela desde quando exatamente. Apesar disso, por ser o único morador em uma distância daquelas, o homem foi caracterizado como “excessivamente corajoso”, pois vivia no “habitat natural” dos selvagens Ka’apor. Sendo importante notar que ao citar o caso desse homem com o qual a comissão estabeleceu contato, não há nenhum artifício narrativo no relatório possibilitando inferir sobre o temor do próprio homem mediante a proximidade dos estabelecimentos Ka’apor, pelo contrário, parecia viver tranquilamente. Contudo, a situação foi pensada como apelo para estabelecimento de trabalhadores agrícolas e, chamando nossa atenção extratores de seringa na região. Essa parte do relatório nos fez pensar como faz sentido compreendermos a tentativa de avanço do SPILTIN conectada ao momento econômico vivido pela região amazônica, com a economia da borracha.

Depois de pernoitar alguns dias no lugar Cotovelo, passaram por maus bocados na busca de seringais, com sede, desânimo e o principal medo dos “índios selvagens”. No 16º dia a comissão passou próximo às margens rio Tatajuba, foi quando aqueles homens fatigados finalmente acharam “grande quantidade de seringueiras de boa qualidade”. Por esse achado admitiram que toda a zona compreendida entre o rio Tury e Paruá estava abarrotada de fertilíssimos seringais, desde a foz do rio Tatajuba para o Sul, além do terreno ao poente, com a mesma configuração e natureza, tendo grande chance em “ser a continuação daqueles seringais os quais poderiam erguer a “pobre província da extenuação comercial em que caiu”.

Desse modo, era indicado que o governo provincial de José Bento de Araújo posteriormente enviasse àquelas paragens uma força de homens melhor equipada e que buscasse ajuda dentre os “pacíficos” Timbiras para tratarem da vantajosa e necessária missão: a “extinção dos quadrilheiros Urubus”. A sobrevivência da ideia colonial e dicotômica responsável por dividir os indígenas entre aliados e inimigos.²⁵⁰

Guardadas as proporções, visto que a violência física estava fora de cogitação, o SPILTIN operou em uma lógica semelhante. Era normal nas expedições em busca do contato com os Ka’apor encontrar indígenas Tembés e Timbiras entre os funcionários, para traduzir o que aqueles falavam e também indicar a localização dos acampamentos. Historicamente os

²⁵⁰PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In: CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos índios no Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras, 1992, pp.115-132.

dois povos estiveram um contra outro em diversas situações, Balée, afirmou que era muito comum os Ka'apor realizarem ataques aos povos nas mediações entre os rios Gurupi, Turiaçu e Pindaré, reflexo das disputas por terras férteis onde também habitavam.²⁵¹

Os indígenas auxiliando as entradas dos funcionários nas matas em busca dos Ka'apor eram normalmente caracterizados como dispostos a garantir o sucesso da “boa missão civilizatória” da qual eram aqueles precursores. Pode se admitir que a disposição tão enfatizada dos Timbiras quase nada tinha a ver com a crença deles na “civilização” alardeada pela agência indigenista, muito pelo contrário, provavelmente entendiam que o auxílio os livraria e os protegeria das práticas coercitivas possíveis de serem realizadas tanto por parte dos funcionários quanto por não-indígenas.

O histórico de projetos de tutela na região, expressados principalmente por essas ações coercitivas, era compreendido pelos indígenas. Um dos encontros de funcionários da agência indigenista e os Ka'apor atestou isso. O grupo de funcionários representantes do SPILT, acompanhados de sete Timbiras, tradutores e também armados, encontraram um grupo de indígenas Ka'apor. E segundo o relato no jornal, nenhuma hostilidade ocorreu apesar da tensão da situação, o lema rondoniano parece ter sido levado a sério.²⁵² A chegada deles foi ouvida pelo Timbira chamado Ximeré, os Ka'apor pareciam estarem bravos e nervosos, mas atentos às informações de identificação que Pedro Dantas proferia, dizendo que o mesmo e os outros acompanhantes eram representantes do governo. Do lado Ka'apor, um deles respondeu ao Inspetor, segundo Ximeré, disse no idioma nativo: “Mentira, governo nada, querem ver se amansamos para nos obrigarem depois a trabalhar para vocês. Estão enganados, temos flechas, havemos de brigar, vocês morrem!”²⁵³

Sendo evidente por esse relato a compreensão que os ataques dos Ka'apor empreendidos contra os membros da “sociedade civilizada”, motivo de serem alcunhados de perigosos, sanguinolentos, estavam muito relacionados com as inúmeras tentativas de submetê-los aos muitos projetos tutelares na região com a noção de pacificação. Pacificação essa que, demonstrada pelas situações citadas no século XIX ou pelo relato acima, os indígenas não estavam dispostos aceitar. Por isso questionamos: como se ocorreu a política indigenista no Maranhão até a aclamada pacificação dos “bravios Urubus” em 1928?

²⁵¹BALÉE, 1984, p. 41

²⁵²Correio da Tarde (MA), Ed. 00548, 1911. Hemeroteca Digital: BN.

²⁵³*Idem*

3.3 Pacificação em disputa

Figura 02: Pacificação dos Urubus



Fonte: Imagem recortada do Jornal O Combate (MA), 1929, Ed. 001193

A imagem recortada acima foi destacada da edição de 21 de fevereiro de 1929 no jornal *O Combate*. Nela está estampada um dos maiores trunfos da “nobre campanha civilizatória” efetuada e representada pelo SPILTIN, a pacificação, ou melhor, o “amansamento” daqueles que por muito tempo foram considerados “os terrores da sociedade civilizada” na fronteira entre os do Maranhão e do Pará. Finalmente os “bravios Urubus” estavam em contato com a sociedade civilizada, sugerindo a matéria desconsiderando os inúmeros contatos e as múltiplas relações desse povo com diversos grupos sociais ao longo da história, de sociabilidades, mas, sobretudo, conflitos, pois eram frequentemente alvejados pelos interesses exploratórios dos “civilizados”. Por isso são muitos os casos de embates resultados da tentativa de imposição dos interesses da considerada sociedade civilizada sobre indígenas. Citaremos três exemplos para observação sobre o que esse tão requerido contato com os “irmãos da selva” custou.

O primeiro diretamente vinculado aos exploradores da borracha, com o assassinato de Francisco Mucura. O segundo relacionado à exploração de metais no lugar Montes Áureos, atividade sobre a qual, neste momento, não nos dedicamos a comentar detalhadamente, o último é o caso do corta-mato Clarismundo Ribeiro com indícios sobre como os indígenas reagiram às expedições iniciais do SPILTIN na região do Turiaçu-Gurupi. Francisco Mucura era chefe da Aldeia Poranga, localizada no Alto Gurupi, foi assassinado pelo trabalhador chamado Olívio de Moraes, empregado de um dos seringalistas citado no primeiro capítulo, Themístocles Bodega. Segundo testemunhas, o crime foi motivado por desejo de retaliação do

seringalista, Mucura em outra ocasião acusou o filho mais novo de Bogea de violentar uma indígena de sua aldeia.

Não encontramos vestígios de documentos indicando sobre a algum processo judicial contra o filho mais novo de Bogea, contudo, concluímos existir uma grande possibilidade de que o chefe da aldeia Poranga tenha denunciado o caso à alguma autoridade oficial, como o próprio Pedro Dantas, pois há muito tempo os indígenas que habitavam o Alto Gurupi (formalmente sob jurisdição do Pará) mantinham relações, principalmente comerciais, com a sociedade não-indígena, inclusive autoridades militares, localizada às adjacências daquele lugar.

Motivado por vingança e, talvez, receio daquela acusação contra o filho resultar em alguma perda de direitos para exploração dos seringais disponíveis na região, o seringalista não apenas mandou Olívio de Moraes matar Francisco Mucura, como enviou o corpo do chefe da Aldeia Poranga em uma canoa para o Inspetor Pedro Dantas. Um modo de comunicar ao “incitador de índios”, como era chamado o Inspetor, sobre o que estava disposto a fazer para manter seus interesses. Interesses considerados “civilizados”, especialmente no contexto onde os negócios da borracha eram interpretados como uma chance imperdível de recuperação da economia maranhense.²⁵⁴

Outro interesse “nobre” da “sociedade civilizada” naquela região, era exploração aurífera. Guilherme Linde, sócio proprietário da empresa *Guilherme Linde & C.*, firmou contrato com o governo do estado do Maranhão em de abril de 1906, a partir do qual teria liberdade para explorar minas nas terras devolutas do Turiaçu e Carutapera. O empresário descendente de alemão e proveniente do Rio Grande do Sul tinha interesse em explorar o lugar de Montes Áureos, frequentado constantemente pelos indígenas que encontravam material para moldar as flechas. Sabendo disso, Guilherme Linde procurou atraí-los deixando à disposição brindes escondidos uma mina carregada de dinamites. Por sorte, as minas explodiram antes que o pior ocorresse com os nativos.²⁵⁵

O terceiro caso, a “morte” ou, simplesmente, o “ferimento” do corta-mato Clarismundo Ribeiro, anunciamos assim porque existiram muitas controvérsias. O Coronel Fortunato Bandeira, seringalista muito falado em momentos anteriores, em certa edição do jornal *Correio da Tarde* acusou Pedro Dantas de esconder a morte do corta-mato, vítima da flechada fatal de um Ka’apor. Segundo Bandeira, assim como um dos aliados seringalistas, Silvino Souza, concordava que a “morte” de Clarismundo ocorreu pela consequência de

²⁵⁴Relatórios do MAIC, 1912, fl. 18.

²⁵⁵Ibidem, fl. 17

entradas dos funcionários do SPILT, “em procura desses bandidos (os Ka’apor)”. Essa entradas, ainda nas palavras dele, tinham apenas o objetivo de “incitar os índios”, como fazia Pedro Dantas, os Ka’apor estavam sob influências de um significativo número de “bandidos”, supostamente responsáveis pela prática de crimes horrendos.

O Coronel Bandeira explicitamente era um grande opositor à política do SPILT, principalmente porque era de encontro aos seus interesses particulares. Além de acusar Pedro Dantas, mas de foram mais contundente os Ka’apor, citou os indígenas diretamente muitas vezes ao discorrer sobre o caso. Não porque estava preocupado com a morte ou a “não-morte” do corta-mato, mas porque esses tinham investido contra os seus negócios de borracha anos antes. Afirmando que os Ka’apor serem movidos apenas pelos interesses do Inspetor, como sugeria.

Como vimos, as invasões dos indígenas às fazendas ou empreendimentos de não-indígenas tinham como objetivo recolher ferramentas que precisavam e, também para mostrar a força e habilidades perante aqueles que se colocavam como opositores. A demonstração de força dos Ka’apor representada pela flechada que, segundo o Vice-Presidente da Cruzada Gonçalves Dias, Oscar Galvão, não matou Clarismundo Ribeiro, apenas provocou leve ferimento no pescoço, do qual teria se curado no acampamento próximo de onde fez a entrada. Não podemos afirmar se os Ka’apor tinham a intenção ou não de matar o corta-mato mas, possivelmente a experiência desses indígenas com as diversas expedições, marchas que lhes procurava, os indígenas aprenderam certa agilidade na hora de identificar movimento de estranhos próximos às aldeias.

Existem indicações sobre o conhecimento desse agilidade por parte de não-indígenas. Em 1921, numa das edições de *O Jornal* (MA), Alfredo Benna, italiano, jornalista e agrônomo, comentou que um dos experimentadores da astúcia dos Ka’apor foi o próprio Barão de Tromaí. Provavelmente, em 1906, quando o Barão recebeu de Benedito Leite aval para lidar com os indígenas do Turiaçu-Gurupi. O jornalista escreveu que, tendo conseguido o Barão uma força para afugentar os indígenas, dirigiu-se para proximidades perto do rio Urubuquara à Tatajuba.²⁵⁶ Em uma manhã, os soldados da força foram às margens do primeiro rio a fim de tomarem banho e pescar. Os Ka’apor vendo a cena e o descuido dos militares, aproveitaram e levaram as roupas e os armamentos. Em tom jocoso, Benna afirmou que ao saber da situação o Barão de Tromaí perguntou: o que vamos telegrafar ao Governador?²⁵⁷ Além de relatar sobre a “troça” promovida pelos indígenas, Benna revelou na mesma edição

²⁵⁶ “Os Índios Urubus” - *O Jornal* (MA), 1921, Ed. 02048

²⁵⁷ *Idem.*

ter vivido na mesma região onde os indígenas habitavam, por isso defendia que os supostos ataques e crimes dos quais eram acusados os Ka'apor eram apenas reação às traições por parte do branco, do negro e do caboclo.²⁵⁸

Indicando mais uma vez a complexidade das redes de relações com esses indígenas com os demais grupos habitando na região. Não eram simplesmente, portanto, avessos a tudo quanto lhes fosse desconhecido, antes como se relacionavam tinham a ver com o histórico de relações ocorridas na região. Desse modo, sendo possível que o Ka'apor ao atirar e, Clarismundo Ribeiro, naquele momento tivesse rememorado situações vividas ou simplesmente ouvidas do povo identificando o corta-mato como elemento perigoso.

Sugerimos isso porque, como assinalou Cristabell Palomino, em pesquisa sobre o pensamento político e a política interétnica Ka'apor, que os indígenas “não têm tabu com mudanças, o que consideram bom seguramente irão adotar”.²⁵⁹ Concordamos com a autora, mesmo que seu estudo seja no campo etnográfico dos Ka'apor contemporaneamente habitando na Terra Indígena Alto-Turiaçu (TI Alto-Turiaçu), não porque são os mesmos de sempre, mas porque entendemos as representações como violentos e agressivos são primariamente como um projeto discursivo, para justificar os frequentes atentados aos territórios e vidas indígenas.

O que não findou, mesmo depois de “pacificados”, com o território demarcado e homologado em 1982. Por isso defendemos que o entusiasmo com o projeto, de “defender a vida dos irmãos da selva” apoiado por parte da elite maranhense, não tinha a ver com uma espécie de mudança social profunda, mas sim com o interesses de solucionarem a questão indígena avultada como empecilho para o chamado desenvolvimento econômico do estado. Nem mesmo a existência de uma associação engajada como se dizia ser a Cruzada Gonçalves Dias foi eficiente na difusão da simpatia aos povos indígenas.

Pedro Dantas, após ter sido convocado no Rio de Janeiro para explicar sobre seu serviço na região, enviou um telegrama ao médico Oscar Galvão. Neste, além de lamentar não estar tendo êxito no trabalho iniciado, indicou como era forte politicamente o grupo de exploradores, especificamente seringalistas, agindo naquela região, tendo liberdade em empreender negócios ilegais submetendo de forma gananciosa e extensiva os até mesmo os “índios mansos” – provavelmente se referindo aos Tembés e Timbiras.²⁶⁰

²⁵⁸ *Idem.*

²⁵⁹ PALOMINO, Cristabell López Palomino. *Sem a Floresta os Ka'apor não existem, sem os Ka'apor a floresta não existiria*. O pensamento político Ka'apor e a política interétnica. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas (UnB), 2017, p.61.

²⁶⁰ Pacotilha (MA), 1912, 000444

Luís Domingues, inicialmente entusiasmado com a política, aparentemente não dedicou nenhuma parte do tempo para comentar sobre as “injustiças” vividas pelo ex-Diretor, possivelmente para não se indispor com os seringalistas, dos quais guardava proximidade. Enquanto isso, os Ka’apor nos sertões maranhenses continuavam aguerridos agindo contra os que intencionavam explorar a região. Em Montes Áureos, foram intentadas diversas explorações auríferas, contudo, eram frequentes os ataques deles aos garimpeiros, sendo assim, os empreendimentos estrangeiros “The Maracassumé Mining Exploration and Development Company” e os trabalhadores do belga Du Chemin, não conseguiram efetuar as atividades pretendidas.

A partir do mencionado, percebemos que a política indigenista era limitada pela falta de apoio da classe política mais influente e também a forte atuação dos indígenas considerados arredios como eram os Ka’apor. Inclusive, assinalamos que as ações empreendidas por esses últimos como argumento aos opositores do SPILTIN frequentemente questionando os resultados da Inspeção. Ainda que os funcionários e aliados se esforçassem em demonstrar que a suposta missão civilizatória estava obtendo resultado. Um dos modos de representar os avanços da política indigenista foi comentar frequentemente a ida de representantes indígenas à sede da inspeção em São Luís, a participação deles em eventos como a “Festa Gonçalves” e também a exibição da participação indígena na angariação de fundos para a própria inspeção com a venda de produtos como cravo, óleo de copaíba, tabaco e couro de veado.²⁶¹

A IR-3 frente a outros grupos indígenas conseguiu, na sua perspectiva, ter alguns resultados positivos. No posto indígena Alto Pindaré, fundado no início de novembro de 1913, depois de pouco tempo da inauguração era possível observar o funcionamento de uma serraria mecânica. Além disso, os indígenas nesse posto demonstravam interesse nas atividades da lavoura e na construção de casas semelhantes às dos brancos.²⁶² Quanto ao posto Jararaca, do Alto Gurupi, a inspeção com auxílio da Cruzada Gonçalves Dias conseguiu instalar uma escola, com o nome do poeta maranhense. Em 15 de novembro de 1912 foi inaugurada, mas não contava com mais de 20 alunos, mesmo em uma região com aproximadamente 250 indígenas.²⁶³ Nenhum deles, ao que parece, Ka’apor.

De 26 de dezembro de 1913 até 17 de fevereiro de 1915, os Ka’apor deixaram de ser citados com frequência nos jornais. Ao menos não foram diretamente mencionados em

²⁶¹Pacotilha (MA), 1912, Ed. 00223; Pacotilha (MA), 1913, Ed. 00003; Pacotilha (MA), 1913, Ed. 00265.

²⁶²Pacotilha (MA), 1914, Ed. 00009.

²⁶³Pacotilha (MA), 1914, Ed. 00027

diversas edições do *Pacotilha*, mesmo naquelas onde se destacavam a seção “Proteção aos Índios”. Não sabemos se porque tinham se “retraído” nas matas, como modo de se proteger ou se foi algo deliberadamente pensado pela Inspetoria e auxiliares, com objetivo de apaziguar os opositores usando o desafio da pacificação desses indígenas como indício de ineficiência da IR-3.²⁶⁴ Além dos opositores locais e a reação nada amistosa dos Ka’apor, a nível administrativo a IR-3 também enfrentava alguns desafios. O contexto da conjuntura recessiva resultada da Primeira Guerra Mundial, implicaria que muitos serviços e políticas com recursos federais ganhassem mais autonomia, ou seja, a inspetoria a partir desse momento precisava mais do que apoio simbólico dos locais, precisava de apoio financeiro.²⁶⁵

O apoio financeiro era um grande problema, pois como dissemos o projeto de caridade não conseguiu difundir simpatia à causa indígena. O governo de Domingues, depois de ter doado algumas terras devolutas na região do Turiaçu-Gurupi e no município de Alcântara parece não ter tido mais nenhuma participação determinante para continuidade dos trabalhos da Inspetoria. A maioria dos esforços parecia estar a cargo do Diretor Pedro Dantas e dos “cruzados”. Supomos diante do informado na documentação, que esforços foram efetuados com alguma participação apenas até 1915, quando o Tenente Dantas deixou o estado do Maranhão, sendo encarregado em atividades do Serviço em lugares ainda mais ao Norte do país. A partir desse momento, as edições, pelo menos no jornal *Pacotilha* não exibiram com a frequência anterior os avanços da Inspetoria.

Em específico acerca dos Ka’apor, não há muitas notícias sobre como teriam entrado em contato de maneira pacífica com sociedade não-civilizada, muito pelo contrário, voltaram a aparecer como exímios assassinos. Em 1919, citados como autores do assassinato de alguns moradores no povoado Mariano, acerca de 50 quilômetros do lado esquerdo da foz do Gurupi. Entre as vítimas estavam crianças e mulheres, como noticiado:

Reproduzem-se essas cenas sanguinolentas, de anos em anos, sem que ninguém tenha podido até agora a domar a fúria desses selvagens [...] Toda essa zona (Turiaçu-Gurupi) está quase desabitada e carente de cultura civilizada, pela intimidação desses vândalos, que, pelo verão anualmente saem à pressa da pilhagem e do sangue chegando às vezes a atravessar o nosso rio limítrofe para virem nos sangrar em pleno coração do estado.²⁶⁶

O trecho reforçava a imagem da periculosidade Ka’apor, com informações que as políticas tutelares para àquele povo não tiveram êxito, o dinamismo daquela zona parecia estar nas mãos dos indígenas e de outros grupos sociais. Além disso, observamos um

²⁶⁴Pacotilha (MA), 1915, Ed. 00039

²⁶⁵LIMA, 1995, p. 110

²⁶⁶“Voto de Graças” - Pacotilha (MA), 1919, Ed. 00304

consenso que território citado era responsabilidade do Maranhão, o mesmo não pode ser dito dos problemas provocados pelos indígenas, endossando nossa suspeita da pouca ajuda do governo local.

A nosso ver, a situação não solucionada dos Ka'apor provocou tensões entre a sociedade maranhense e a paraense. Em 1920, uma notícia enfatizava que os “urubus” do lado do Maranhão eram um problema”.²⁶⁷ Nos anos seguintes, o a participação de parte da sociedade civil ou do governo maranhense na execução de uma política indigenista parece ter se dissipado, em 1925, teve um apelo direto ao Governo Central para auxiliar o distrito do Turiaçu-Gurupi, onde os indígenas “estavam concorrendo em despovoar”.²⁶⁸

Além do despovoamento pelos indígenas, os municípios na região como Santa Helena e Carutapera, apesar da implementação do Centro Agrícola de Alcântara, criado para o auxílio do escoamento da produção advinda daqueles lugares, ainda no ano de 1928, eram considerados pouco desenvolvidos, tudo pela presença indígena.²⁶⁹ O que no mesmo ano resultou na transferência da sede da Inspetoria Regional-3 de São Luís do Maranhão para Belém. Entretanto, o pouco desenvolvimento supostamente culpa dos Ka'apor estava mais para ineficiência da administração pelo governo local, incapaz de assegurar a estrutura devida, pois anos mais tarde, em 1940, os encarregados pelos Postos Indígenas na região do Turiaçu-Gurupi que voltaram a ser administrados pela IR-3, pediam que os estabelecimentos mais uma vez fossem gerenciados pela Inspetoria Regional (IR-2).²⁷⁰

Dessa forma, apesar do alarde na imprensa sobre o sucesso da pacificação dos indígenas bravios ou os mais temidos, como eram conhecidos os Ka'apor, devemos considerar que os indígenas ainda, não apenas naquele ano, mas mesmo depois de “pacificados” continuaram a resistir de forma enérgica aos projetos de tutela. Principalmente ao pensarmos a possibilidade de dissenso interno quanto ao contato contínuo com o SPILT. Em anos posteriores sendo possível verificar a atuação de grupos Ka'apor “não-pacificados” em outros espaços do Maranhão e fora dele.

Por isso, mais do que uma aparente submissão indígena, a tão aclamada pacificação dos Ka'apor era, sobretudo, uma narrativa favorável à continuidade do trabalho da agência indigenista a nível local e nacional, em um período crucial para política indigenista republicana naquele momento voltando a receber recursos, resultado de um surto de

²⁶⁷ Pacotilha (MA), 1920, Ed. 00019

²⁶⁸ Pacotilha (MA), 1925, Ed. 00233

²⁶⁹ Pacotilha (MA), 1928, Ed. 00242; Pacotilha (MA), 1928, Ed. 000246

²⁷⁰ RIBEIRO, 2019.

prosperidade no Brasil na década de 1920, como uma segunda chance para a agência indigenista.²⁷¹

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou analisar o processo de implantação do SPILTAN no Maranhão, pensando-a como uma política nacional, portanto geral, decisivamente delineada pelas demandas locais, com projeção e expressas em projetos coletivos – e, algumas vezes, individuais. Projetos elaborados por diversos setores da sociedade maranhense: autoridades políticas, seringalistas, funcionários do SPILTAN, civis maranhenses e indígenas, em específico, os Ka'apor. Por isso, a fim de compreender esses projetos diversos ao longo do processo analítico, alternamos continuamente entre as questões macro e micro.

Assim, buscamos realizar debates de caráter geopolítico, relacionados com a formação do regionalismo brasileiro no período de transição do Império para a República. Processo circunscrito por questões geográficas e econômicas, exigindo considerar a posição do estado do Maranhão no referido contexto. E como vimos, a localização do estado na Região Norte demonstrou como é profícuo o reconhecimento de uma conexão entre as “histórias amazônicas”, possibilitando a elaboração de questionamentos sobre outras temporalidades além da colônia. Com questionamentos sobre como o distanciamento do centro político afetou as dinâmicas dessa região e o que isso implicou na realidade maranhense. Como os debates sobre a transição do trabalho escravizado para o trabalho livre foram recepcionados e conduzidos no estado. Além de novos questionamentos, possibilidades, demonstrando a razoabilidade de conectar a história do Maranhão à temas como a economia da borracha.

Para não dizer inexistente, são raras as análises incorporando o Maranhão às dinâmicas desse momento econômico. Fenômeno talvez explicado pela pouca importância que os próprios historiadores maranhenses concederem à atividade extrativa no estado. Contudo, como observado, a extração da borracha interferiu significativamente, senão na economia, com certeza no processamento da política indigenista nos primeiros anos de implantação. Apesar da produção da borracha não ter alcançado os números carimbados pela economias amazonense, o momento de criação da Inspetoria Regional 1 (IR-1), em 1911, assim como o da Inspetoria Regional 3 (IR-3), foi marcado pelo recrudescimento de conflitos entre indígenas e não-indígenas. Assim como no Jauapery, ao Sul do Amazonas, o Turiaçu-Gurupi,

²⁷¹ LIMA, 1995, p. 111

no Noroeste maranhense, também foi um local onde os negócios da borracha eram incentivados pelos governos locais.

Incentivos não iniciados neste período. Um recuo na história maranhense possibilitou observar como a questão da borracha foi seriamente pensada nos finais do século XIX pelo governo provincial e um grupo de maranhenses. Esse período foi tradicionalmente considerado como apogeu da economia da borracha, por isso afirmamos que o interesse na atividade extrativista por parte dos maranhenses foi incentivado pelo deslumbre com aquilo que o “ouro negro” estava propiciando aos “irmãos do Extremo-Norte”.

A nossa ideia não foi reforçada apenas pelos discursos de políticos maranhenses constantemente fazendo referência aos “bons ventos” que os negócios da borracha traziam para o Amazonas e Pará, mas também pelas tentativas enérgicas de encontrar no Maranhão áreas abarrotadas por seringais. Entretanto, diferente dos outros estados amazônicos, o território maranhense não era ocupado massivamente por seringueiras (*Hevea brasiliensis*), assim foi que o plantio da maniçoba (*Manihot caerulescences*) era amplamente incentivado, especificamente em áreas tradicionalmente habitada por indígenas.

Vimos que os territórios do Pindaré do Turiaçu-Gurupi receberam nesse período as entradas de alguns “maranhenses esforçados”. Dentre esses esteve o Barão de Tromaí, citado em muitos momentos da nossa narrativa, como exemplo de homem público combinando destreza com interesses privados e administrativos. Como demonstramos, das muitas leis e decretos criados pelo governo maranhense para regulamentar a exploração da borracha no território, o personagem em questão foi muitas vezes beneficiado. Além dele, nesse contexto existiu outro personagem importante para exemplificar a conciliação de interesses particulares e públicos, o Coronel Fortunato Bandeira.

Assim como o Barão de Tromaí, o Coronel Bandeira ocupou cargos públicos e foi beneficiário de muitas concessões para a exploração de borracha em lugares próximos ou localizados na região do Turiaçu-Gurupi. Outro aspecto em comum entre os dois foram as relações com os indígenas, tudo indicando, que ambos usavam de violências para afastá-los de seus empreendimentos. Os indígenas encarados como empecilho por ambos, foram alvos de investidas violentas por parte desses homens, ocorridas nas dimensões física e simbólica.

Nesta última instância destacamos o Coronel Bandeira, não apenas por uma escolha deliberada, mas essencialmente pelo recorte temporal das fontes pesquisadas e nossa problemática. Coligado a outros seringalistas, o personagem conseguiu através de narrativas interferir diretamente na dinâmica de atividades, ampliando a percepção que os indígenas eram selvagens e entraves, mas também disseminando imagens negativas sobre a atuação da

IR-3 e de Pedro Dantas como representantes do SPILT. Como contraste ao ânimo e reverência com os quais foi recepcionada a política indigenista por outra parcela de civis maranhenses.

Essa parcela de civis maranhenses pelo que vimos foi herdeira de tradições e pensamentos formulados no momento de formação nacional, com contornos delineados pela necessidade de criação de uma nação homogênea e civilizada. Possibilitando a convergência, a combinação entre o Positivismo e a tradição romântica do Indianismo, fenômeno que a nosso ver possibilitou a formação de organizações auxiliares do SPILT, como a Cruzada Gonçalves Dias. Como nossa análise, essa possibilidade ocorreu porque o Indigenismo e a prática indigenista foram resultados diretos da convergência sugerida anteriormente. Os indigenismos na América Latina foram a expressão da tentativa de comprovar a existência de civilização no continente, formulados a partir da motivação de resolverem a “questão indígena” encarada pelas elites locais como fonte de incoerência nacional, portanto, fonte de problemas. Assim que a nossa análise sobre o indigenismo expresso pelo SPILT considerou a agência indigenista não apenas como elemento da malha administrativa, mas como promotora de ações administrativas que se encontravam com práticas sociais.

Para entender as “origens” dessas práticas sociais recorreremos de forma breve à Literatura, porque a compreendemos como aspecto importante de formação do imaginário, especificamente em contexto de formação nacional. Assim analisamos os casos argentino e brasileiro, para demonstrar que as preocupações hegemônicas em relação ao indígena na sociedade argentina e brasileira estavam conectadas, tanto em momentos de formulação, quanto no de expressão no campo das mentalidades e das práticas políticas.

Antes de tratarmos da Literatura, destacamos as experiências argentina e brasileira compartilhando vários fenômenos comuns, como processos de unificação nacional contemporâneos, a recepção de um contingente significativo de imigrantes e o assecuramento das fronteiras nacionais a partir do avanço sobre territórios habitados por populações indígenas provocando transtornos às respectivas intelectualidades e criando a necessidade de campos especializados.

Os debates sobre o passado e o futuro da nação brasileira foram presentes na produção literária, sendo os indígenas o conector entre essas duas temporalidades. A literatura brasileira, especificamente a de caráter romântico indianista, foi influenciada pelos estudos etnográficos capazes de gerar imagens genéricas sobre as populações indígenas do Brasil, divididos pelo binômio Tupi-Tapuia. Essa classificação genérica fez com que para os caracterizados como “Tapuias” sendo reservado apenas guerra, enquanto para os Tupis existiu

a possibilidade de participarem na produção literária. Produção esta que assim como as guerras exterminaram fisicamente os membros do primeiro grupo, também visava os seus extermínios, de forma majoritariamente discursiva mas não menos violenta, pois também implicou em mortes físicas. Afinal, a Etnografia e a Literatura funcionaram concomitante às políticas indigenistas do Império para o desaparecimento das formas indígenas de viver.

Como exemplo dessa concomitância analisamos o poema *A Canção do Tamoio* de Gonçalves Dias, na obra *Últimos Cantos*. No poema percebemos que o indianismo gonçalvino foi “genuinamente brasileiro” porque sustentou um paradoxo buscando diluir a identidade indígena, ao mesmo tempo valorizando-a. Mas, apenas quando localizada em tempos imemoriais, porque quando aparecia impondo diferença em tempos contemporâneos era indesejada. A partir dessas considerações consideramos a poesia gonçalvina influência para prática da política indigenista republicana.

Principalmente quando Gonçalves Dias serviu de inspiração para os formuladores do SPILTN, para os funcionários e também os simpatizantes reunido dentre a sociedade maranhense. Com José Bonifácio, o poeta maranhense foi constantemente lembrado em muitas cerimônias relacionadas à agência indigenista, especificamente a inauguração, analisada no segundo capítulo. Encaramos a contínua lembrança desses dois personagens como uma tentativa de atribuir legitimidade à causa da proteção dos indígenas entre os maranhenses. Isso porque, ao nosso ver, a proteção dos indígenas dizia mais respeito a uma parcela da sociedade maranhense que queria se representar como civilizada e evoluída do que aos indígenas reduzidos a meros objetos de assistência. Assim, a proteção dos indígenas foi um projeto de sociedade republicano, de influência positivista, com significativa adesão, mas não deixou de encontrar resistência, inclusive dentre aqueles afirmando simpatizantes aos indígenas, como pareceu ter sido Edmar Rostand.

Considerando a resistência por parte de sujeitos interessados diretamente na “proteção” representada e formulada no seio do Estado brasileiro, pensamos pertinente perguntar se as populações indígenas, ou pelo menos parte delas não foram também resistentes. Conhecendo a localidade onde ocorreram as primeiras investidas indigenistas no Maranhão, construímos um breve histórico sobre a região do Turiaçu-Gurupi, com ênfase aos antigos habitantes, povos indígenas, comunidades quilombolas ou mocambeiras, além de autoridades policiais e militares.

Através desse histórico percebemos que tanto os habitantes, como o território no Turiaçu-Gurupi foram alvos frequentes da ação do poder tutelar. Desde o século XIX, a região do Turiaçu-Gurupi foi palco de políticas cujos objetivos eram muito parecidos com os do

SPILTN. Isso porque continuamente foi encarado como território abrigo de um significativo “contingente incivilizado”. Além da população, a localização fronteiriça era responsável por obscurecer a administração, sendo considerado um lugar de disputa entre jurisdicional entre o Maranhão e o Pará, portanto, um lugar onde o Estado (como uma entidade) era insuficiente e ausente. A agência indigenista republicana também teve como interesse a expansão da zona influência administrativa do poder por parte do Estado.

Entretanto, essa expansão também um projeto foi continuamente e intensamente contrastada pela atuação indígena. No caso da região específica, o grupo indígena destacada em nossa narrativa foi o Ka’apor. Habitantes no Turiaçu-Gurupi desde o século XIX, ironicamente eram os indígenas Ka’apor representados como arredios, perigosos e isolados, com vários argumentos servindo como justificativa para atuação do SPILTN naquela região. Desconsiderando todas as vivências históricas vividas por esse povo, responsáveis por conformar e contextualizar muitas das atitudes simplificada e compreendidas como indicativas de selvageria por parte.

As experiências das frequentes expedições empreendidas por forças militares no século XIX, os frequentes contatos estabelecidos com comunidades quilombolas, com regatões, as tensões históricas entre os Ka’apor e os Tembé apesar de terem de justificativa para a pacificação, demonstram indubitavelmente as agências históricas indígenas. Desde o momento quando ocorreram as primeiras entradas efetuadas pelo SPILTN como até o momento da suposta pacificação em 1928. Pacificação essa que apesar de compreendida por muitos que estudaram e analisaram a história Ka’apor, como o momento de aculturação ou como aquele onde a histórica “resistência” foi esvaecida, em nossa pesquisa consideramos, antes de tudo, como narrativa buscando a continuidade da ação indigenista sobre o território do Turiaçu-Gurupi e os povos indígenas, não sendo um processo começado e nem findado naquele ano, muito menos desconectado ou alheio às agências dos Ka’apor.

Dessa forma, pretendendo ser a nossa pesquisa uma história crítica da agência indigenista republicana do século XX, o SPILTN, observamos que a análise crítica como necessária e para a viabilidade em relativizar as ações indigenista, a partir de contextualização temporal e espacial. Possibilitando a percepção de uma dialética intensa entre questões macro e micro, das mais diversas naturezas, complexificando as relações entre Estado brasileiro e os povos indígenas, movimento importante não apenas para compreensão de momentos do passado, mas também dos tempos contemporâneos.

REFERÊNCIAS

Fontes

Digitais avulsas

BONIFÁCIO, José. *Apontamentos para a civilização dos índios bravos do Império do Brasil*. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/bndigital0165/bndigital0165.pdf. Acesso em: 28 jan. 2022.

SILVA, Luís Antônio Domingues. Arquivo CPDOC. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/SILVA,%20Lu%C3%ADs%20Ant%C3%B4nio%20Domingues%20da.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Guerra. *Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na segunda sessão da décima legislatura pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra Jeronymo Francisco Coelho*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1858.

DODT, Gustavo. *Descrição dos Rios Parahyba e Gurupi*. São Paulo: Brasiliana, 1939

Publicadas

Arquivo Paroquial da Igreja do Carmo

Barra do Corda Instituto Indígena. In: *Crônica do Instituto dos Índios (1894-1900)*. Arquivo Paroquial: Igreja do Carmo.

NEMBRO, .

Metódio de. *Notas sobre os índios da prelazia de Grajaú Maranhão*. Edições A voz de São Francisco, 1955.

APEM

MARANHÃO, Secretaria de Governo. Ofícios do Diretor Geral dos Índios, 28 de maio de 1872, Maço 12. Setor de Avulsos. APEM.

MARANHÃO, Secretaria de Governo. Correspondência do Comandante de Destacamento. Ofício do Comandante de Turiaçu, 1904, Caixa 237. Setor de Avulsos. APEM

MARANHÃO, Secretaria de Governo. Correspondência do Comandante de Destacamento. Ofício do Comandante de Turiaçu, 14 de agosto de 1905, Caixa 237. Setor de Avulsos. APEM

MARANHÃO, Secretaria de Governo. Correspondências do Governador do Maranhão, Livro 1683, 2 de março de 1906. Setor de Códices. APEM.

MARANHÃO, Secretaria de Governo. Correspondências da Colônia Militar do Gurupi (1867-1872). Setor de Avulsos. APEM.

MARANHÃO, Secretaria de Governo. Autoridades de diversas províncias. Governantes de Diversas Províncias (Pará), 1872, caixa 0726. Setor de Avulsos. APEM.

MARANHÃO, Secretaria de Governo. Ofícios do diretor geral dos índios ao presidente da província do Maranhão (1866-1872), 1871. Setor de Avulsos. APEM.

MARANHÃO, Secretaria de Governo. Ofícios do diretor geral dos índios ao presidente da província do Maranhão, 24 de novembro de 1871. Setor de Avulsos. APEM.

Biblioteca Pública Benedito Leite

Leis do Estado do Maranhão 1898-1900. Acervo Digital: BPBL

Leis, Pareceres do Congresso, Decretos e Decisões do Estado do Maranhão (1907-1908). Acervo Digital: BPBL

Coleção das Leis e Resolução do Congresso, Decretos e Decisões do Estado do Maranhão de 1911. Imprensa Oficial: Maranhão, 1914. Acervo Digital: BPBL

Hemeroteca Digital

A Campanha: órgão de interesses populares, 1903, Ed. 00035. Hemeroteca Digital: BN.

AMAZONAS. Annaes da Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas. Primeira Sessão do Biênio 1888-1889. Hemeroteca Digital: BN

Correio da Tarde: Folha Diária (MA), 1911, Ed. 0059. Hemeroteca Digital: BN.

Correio da Tarde: Folha diária (MA), 1911, Ed. 00561. Hemeroteca Digital: BN.

Correio da Tarde: Folha diária (MA), 1911, Ed. 00562 (grifo nosso). Hemeroteca Digital: BN.

Correio da Tarde: Folha diária (MA), 1911, Ed. 00563. Hemeroteca Digital: BN.

Correio da Tarde: Folha Diária (MA), 1911, Ed. 00565. Hemeroteca Digital: BN.

Correio da Tarde: Folha Diária (MA), 1911, Ed. 00567. Hemeroteca Digital: BN.

Correio da Tarde: Folha Diária (MA), 1910, Ed. 00204. Hemeroteca Digital: BN.

Correio da Tarde: Folha Diária (MA), 1911, Ed. 00526. Hemeroteca Digital: BN.

Correio da Tarde: Folha Diária (MA), 1911, Ed. 00544. Hemeroteca Digital: BN.

Correio da Tarde: Folha Diária (MA), 1911, Ed. 00545. Hemeroteca Digital: BN.

Correio da Tarde: Folha Diária (MA), 1911, Ed. 00547. Hemeroteca Digital: BN.

Correio da Tarde: Folha Diária (MA), 1910, Ed. 00174. Hemeroteca Digital: BN.

Delcino Lima em Pacotilha (MA), 1888, Ed. 00148. Hemeroteca Digital: BN.

João Dunshee de Abranches em Pacotilha (MA), 1888, Ed. 00151. Hemeroteca Digital: BN.

Mensagens do Governador do Amazonas para Assembleia (AM), 1896. Hemeroteca Digital: BN.

Mensagens do Governador para Assembleia Legislativa do Estado do MA, 1901. Hemeroteca Digital: BN.

Mensagens do Governador do Maranhão para Assembleia (MA), 1898. Hemeroteca Digital: BN.

Mensagens do Governador do Maranhão para Assembleia (MA), 1907. Hemeroteca Digital: BN.

Mensagens do Governador para Assembleia Legislativa do Estado do MA, 1901. Hemeroteca Digital: BN.

Mensagens do Governador para Assembleia do Maranhão, 1897. Hemeroteca Digital: BN.

Pacotilha (MA), 1911, Ed. 0017. Hemeroteca Digital: BN.

Pacotilha (MA), 1911, Ed. 00053. Hemeroteca Digital: BN.

Pacotilha (MA), 1912, Ed. 00167. Hemeroteca Digital: BN..

Pacotilha (MA), 1912, Ed. 00196. Hemeroteca Digital: BN.

Pacotilha (MA), 1911, Ed. 00226. Hemeroteca Digital: BN.

Pacotilha (MA), 1911, Ed. 00230. Hemeroteca Digital: BN.

Pacotilha (MA), 1911, Ed. 00238. Hemeroteca Digital: BN.

Pacotilha (MA), 1911, Ed. 00241. Hemeroteca Digital: BN.

Pacotilha (MA), 1911, Ed. 00272. Hemeroteca Digital: BN,

Pacotilha (MA), 1911, Ed. 00281. Hemeroteca Digital: BN.

Pacotilha (MA), 1912, 000444. Hemeroteca Digital: BN.

Pacotilha (MA), 1912, Ed. 00223. Hemeroteca Digital: BN.

Pacotilha (MA), 1913, Ed. 00003. Hemeroteca Digital: BN.

Pacotilha (MA), 1913, Ed. 00265. Hemeroteca Digital: BN.

Pacotilha (MA), 1914, Ed. 00009. Hemeroteca Digital: BN.

Pacotilha (MA), 1914, Ed. 00027. Hemeroteca Digital: BN.

Pacotilha (MA), 1915, Ed. 00039. Hemeroteca Digital: BN.

Pacotilha (MA), 1919, Ed. 00304. Hemeroteca Digital: BN.

Pacotilha (MA), 1920, Ed. 00019. Hemeroteca Digital: BN.

Pacotilha (MA), 1920, Ed. 001000. Hemeroteca Digital: BN.

Pacotilha (MA), 1925, Ed. 00233. Hemeroteca Digital: BN.

Pacotilha (MA), 1928, Ed. 00242. Hemeroteca Digital: BN.

Pacotilha (MA), 1928, Ed. 000246. Hemeroteca Digital: BN.

Relatórios dos Presidentes dos Estados Brasileiros (MA) – 1889-1930, 1911. Hemeroteca Digital: BN.

Seção A Cruzada Gonçalves Dias”- Pacotilha (MA), 1912, Ed. 00009. Hemeroteca Digital: BN.

Seção *A Lavoura* em Diário do Maranhão, 1898, Ed. 07371. Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital: BN.

Seção *A proteção aos índios - A festa de ontem*. Pacotilha, 1911, Ed. 00053. Hemeroteca Digital: BN.

Seção *Noticiário: A Reunião do dia 23* em Diário do Maranhão, 1898, Ed. 07371. Hemeroteca Digital: BN.

Museu do Índio

Relatórios do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, 1912, volume único. Acervo Bibliográfico.

Bibliografia

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval M. Zonas de Encrenca: algumas reflexões sobre poder e espaços. In: *Nos Destinos de fronteira: História, espaços e identidade regional*. Recife: Edições Bagaço, 2008.

ALMEIDA, Alfredo W. B. de. *Ideologia da decadência: leitura antropológica a uma história da agricultura do Maranhão*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Casa 8/ Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

AMADO, Janaína. Região, sertão e nação. *Revista Ponto de vista*. Rio de Janeiro, vol. 8, n. 15, 1995.

AMARAL, Josali do. *Ritmos e dissonâncias: controle e disciplinarização dos desvalidos e indigentes nas políticas públicas do Amazonas (1852-1915)*. Dissertação (Mestrado). Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2011.

AMORIM, Liana R. *O Serviço de Proteção ao Índio e a Localização do Trabalhador Nacional e a Ideia de um novo culto ao Maranhão*. Monografia (Graduação). Universidade Estadual do Maranhão, 2019.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARAÚJO, Maria do R. S. A Amazônia maranhense à luz das políticas de desenvolvimento e meio ambiente. *Revista Contexto Geográfico*, v. 5, n. 10, dez/2020.

ARAÚJO, Maiara Silva. *Tropas pagas e ordenanças: perfil social dos militares da capitania do Rio Grande (Séculos XVII - XIX)*. Dissertação (mestrado) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2019.

BALÉE, William. *The persistence of the Ka'apor*. Ph.D. Dissertation, Columbia University, 1984.

BARBOSA, Alexandre de F. *A formação do mercado de trabalho no Brasil: da escravidão ao assalariamento*. Tese (Doutorado), UNICAMP: São Paulo, 2003.

BARBOSA, Rodrigo Lins. *O Estado e a questão indígena: crimes e corrupção do SPI e na FUNAI (1964-1969)*. Dissertação (Mestrado), Recife: UFPE, 2016.

BATALLA, Guillermo Bonfil. El concepto de Indio en América Latina: una categoría de la situación colonial. *Revista semestral de la Asociación Latinoamericana de Antropología (ALA)*, ano 2, n.3, 2019, pp. 15-37.

BELLO F., Wilson de Barros. *História do Planejamento Econômico no Maranhão: uma arqueologia dos planos estaduais de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Papel Virtual Editora, 2004.

BHERING, Marcos Jungmann. *Positivismo e Modernização: políticas e institutos científicos de Agricultura no Brasil (1909-1935)*. Tese (Doutorado), Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2008.

BLACKBURN, Robin. Por que segunda escravidão? In: MARQUESE, Rafael; SALLES Ricardo (orgs.) *Escravidão e capitalismo histórico no século XIX: Cuba, Brasil e Estados Unidos*. 1.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BULCÃO, Maria Rosalina. Criando laços e reinventado famílias: adaptações e estratégias. *Faces da História*, Assis (SP), v. 7, n. 1, p. 50-74, jan-jun.2020.

CASTILLO, Beatriz Huertas. *Los pueblos indígenas en aislamiento: su lucha por la sobrevivencia y la libertad*, Lima: Tarea Gráfica Educativa, 2002.

CAVALCANTE, Thiago L. V. Etno-história e história indígena: questões sobre conceitos, métodos e relevância da pesquisa. *História*. São Paulo, v. 30, n.1, p. 349-371, jan/jun. 1911.

CHARTIER, Roger. *Literatura e História. Topoi*, Rio de Janeiro, n.1, pp. 197-216

COELHO, Elizabeth M. B. *Territórios em confronto: dinâmica da disputa pela terra entre índios e brancos no Maranhão*. São Paulo: HUCITEC, 2002.

COSTA, João P. P. Não deixam de suspirar pela sua liberdade: motins de índios no Ceará e a Formação do Estado do Brasil. *Almanack*, n. 21, Guarulhos, abr. 2019, p. 484-528.

COSTA, Jéssyka S.L.P. *Liberdade fraturada: as redes de coerção e o cotidiano da exploração na Província do Amazonas (BRASIL, SÉCULO XIX)*. Tese (Doutorado), Campinas: UNICAMP, 2022

CUNHA, Manuela Carneiro. Política indigenista no século XIX: In: CUNHA, Manuela Carneiro (Org). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, FAPESP, 1992..

CUSTÓDIO, Maria A. Missão Capuchinha e resistência Tentehar: Releituras do Conflito de Alto Alegre. *Cad. Pesqui.* São Paulo, v.50, n. 175, p. 316-342, jan./mar. 2020.

RESENDE, Rafael Serra de. *Atenas brasileira: representações sobre o mito (1840-1880)*. Monografia (Graduação) - Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2007, 85 f.

DENIS, Ferdinand. Resumo da História literária do Brasil. In: CESAR, Guilhermino. *Historiadores e Críticos do Romantismo*. São Paulo: EDUSP, 1978

DIAS, Antonio Gonçalves. *Canção do Tamoio*. In: *Ultimos cantos*, Typographia de F. de Paula de Brito, 1850.

DORNELLES, Soraia Sales. *A questão indígena e o Império: índios, terra, trabalho e violência na província paulista, 1845-1891*. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Campinas, 2017.

DORNELLES, Soraia S. *Os Kaingang e a colonização alemã e italiana no Rio Grande do Sul (Séculos XIX e XX)*. Curitiba: CRV, 2021.

DORNELLES, Soraia S. *The Kaingang and the São Paulo Agrarian Expansion: Indians, Coffee, Railroads and Immigration (1870-1930)*. No prelo.

EVERTON, Carlos E. P. *“Hoje e Amanhã celebrai a História para encanar-vos no povo”*: os embates de memória sobre o Conflito do Alto Alegre. Dissertação (mestrado). São Luís, 2016.

FALEIROS, Rogério N. SOUZA, Bruno G. W. de. O sistema de parceria e a formação do mercado de trabalho livre no Brasil: Aspectos Inerciais (1840-1930). In: *Anais do 40º Encontro Nacional de Economia*, Porto de Galinhas (PE), 2012. Disponível em: https://www.anpec.org.br/encontro/2012/inscricao/files_I/i2-0a8ddf43053be4cf6912350091cf942a.pdf. Acesso em: 25 mai. 2022.

FARIA, Regina H. M. de. *A transformação do trabalho nos trópicos: propostas e realizações*. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001.

FARIA, Regina Helena Martins. *Policimento em área de fronteira interna: o caso da Colônia Militar do Gurupi no Maranhão oitocentista*. ANPUH: XXV Simpósio Nacional de História, Fortaleza, 2009.

FARIA, Regina Helena de. *Mundos do trabalho no Maranhão oitocentista: os descaminhos da liberdade*. São Luís: EDUFMA, 2012.

FAVRE, Henri. *El indigenismo*. Fondo de Cultura Económica: México, 1999.

FERREIRA, André L. B. *Injustos cativeiros: os índios no Tribunal da Junta das Missões*. Belo Horizonte: Caravana, 2021.

FERREIRA, Sylvio Mário Puga. *Federalismo, economia exportadora e representação política: o Amazonas na República Velha (1889-1914)*. Tese (Doutorado), Campinas: UNICAMP, 2005.

FERNANDES, João Azevedo. *Selvagens bebedeiras: álcool, embriaguez e contatos culturais no Brasil Colonial (Séculos XVI-XVII)*. São Paulo: Alameda, 2011.

FREIRE, Carlos Augusto da Rocha (org.). *Memórias do SPI: textos, imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios: (1910-1967)*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1964.

FOUCAULT, Michel. *Genealogia del Racismo*. Buenos Aires: Editora Altamira, 1982.

GAGLIARDI, José Mauro. *O indígena e a República*. São Paulo: Editora Hucitec, 1989.

GREJO, Camila Bueno. *Carlos Octavio Bunge e José Ingenieros: entre o científico e o político, pensamento racial e nacional na Argentina (1880-1920)*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

GODOY, Gustavo. *Dos modos de beber e cozinhar cauim: ritos e narrativas dos ka'apores*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional. Rio de Janeiro: 2015.

GOMES, Mércio. *Os índios e o Brasil: passado, presente e futuro*. São Paulo: Contexto, 2012.

GOMES NETO, Darcy. *O Indianismo na poesia brasileira: contradições ideológicas do arcadismo ao modernismo*. Rio de Janeiro: PUC, 1982

GOMES, Flávio dos Santos. *A hidra e os pântanos: quilombos e mocambos no Brasil (séc. XVII-XIX)*. Tese de doutorado, Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1997.

GOMES, Flávio dos Santos. *Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil*. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

GOUVEIA, Regiane. *América Latina enferma: racismo e positivismo no pensamento latino-americano em fins do século XIX e início do século XX*. Rio de Janeiro, 2016, 276 f. Tese (Doutorado) - Fundação Oswaldo Cruz.

GUIMARÃES, Rafael E. *Entre infiéis e chirus: a representação do indígena nas obras de José Hernández e João Simões Lopes Neto*. Dissertação (Mestrado), Porto Alegre, 2008

HENRIQUE, Márcio C.; MORAIS, Laura Trindade de. Estradas Líquidas, comércio sólido: índios e regatões na Amazônia (século XIX). *Rev. Hist.* (São Paulo), n. 171, p. 49-82, jul-dez, 2014.

HOBBSAWN, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HOBBSAWN, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

INACIO, Denise Scandaroll. *Cenas esquecidas ou Vaudeville, ópera-comique e a transformação do teatro no Rio de Janeiro, dos anos de 1840*. Tese (doutorado). Campinas: UNICAMP, 2013.

KODAMA, Kaori. Os estudos etnográficos no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1840-1860): história, viagens e questão indígena. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.*, Belém, v.5, n.2, p.253-272, maio-ago. 2010.

LANDIM, Joseane P. Paes; OLIVEIRA, Ana Stela de Negreiros. Caminhos da borracha: memória e Patrimônio dos maniçobeiros do sudeste do Piauí. In: Anais do XII Encontro Nacional de História Oral Política, Ética e Conhecimento, Piauí, 2014.

LE GOFF, Jacques. *O imaginário medieval*. Portugal: Editora Estampa, 1994.

LIMA, Antonio Carlos de. *Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 1995.

LIMA, Antonio C. S. O exercício da tutela sobre os povos indígenas: considerações para o entendimento das políticas indigenistas no Brasil Contemporâneo, 2012.

BURNETT, Frederico Lago (org.); DIAS, Luiz Jorge B. (org.); LOPES, José Antonio Viana. Território, política e economia do Maranhão: quatro séculos de ocupação territorial produtiva sob um novo e desafiador processo de desenvolvimento. São Luís: Editora UEMA, 2017, LOPES, Raimundo. O Torrão Maranhense. São Luís: Edições AML, 2017.

MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo. A escravidão no Brasil oitocentista: história e historiografia. In: Idem (Orgs). *Escravidão e capitalismo histórico no século XIX: Cuba, Brasil e Estados Unidos*. 1.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

MATTOS, Izabel Missagia. Missão Religiosa e Violência: Alto Alegre, 1901. ANPUH – SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/read/12684212/missao-religiosa-e-violencia-alto-alegre-1901-nucleo-de->. Acesso em: 12 jan. 2020.

MELO, Joaquim Rodrigues de. Joaquim Rodrigues de. *A política indigenista no Amazonas e o Serviço de Proteção aos Índios (1910-1932)*. 2007. 233f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2007.

MENDONÇA, Edinamária. Da posição-sujeito às tomadas de posição: o jornal Pacotilha no contexto das comemorações do tricentenário da fundação de São Luís, capital do Maranhão. Disponível em: http://www.pgletras.uerj.br/linguistica/textos/livro07/LTAA7_a26.pdf. Acesso em: 25 abr. 2021.

MELLO, Evaldo Cabral de. *O Norte agrário e o Império (1871-1889)*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira/Pró-Mentoria Instituto Nacional do Livro, 1984.

MIKI, Yuko. *The frontiers of citizenship: a black and indigenous history of postcolonial Brazil*. New York: Cambridge University Press, 2018.

MILTON, Luis. *A história dos símbolos nacionais*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005. (Edições do Senado Federal, v. 47).

MOREIRA, Vânia. De índio à guarda nacional: cidadania e direitos indígenas no Império (Vila de Itaguaí, 1822-1836). *Topoi*, v. 11, n. 21, jul-dez. 2010.

MOREIRA, Vânia M.L. 1808: a guerra contra os botocudos e a recomposição do império português nos trópicos. In: CARDOSO, José Luís; MONTEIRO, Nuno Gonçalo; SERRÃO, José Vicente (Orgs.). *Portugal, Brasil e a Europa Napoleônica*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2010.

MOREIRA, Vânia. A Guerra contra os índios botocudos e a formação de quilombos no Espírito Santo. *Revista Afro-Ásia*, n. 41, 2010, p.57-83.

MONTEIRO, John M. *Tupis, Tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo*. Tese Concurso de Livre Docência. Campinas: UNICAMP, 2021.

OLIVEIRA, Amanda G. R. *Povos indígenas e ditaduras de Segurança Nacional no Cone Sul: o caso dos Kaingang no Rio Grande do Sul*. Dissertação (Mestrado), Porto Alegre: UFRGS, 2020.

OLIVEIRA, João Pacheco. *O caboclo e o brabo: notas sobre duas modalidades de força-de-trabalho na expansão da fronteira Amazônica no século XIX. Encontros com a civilização brasileira*, v. 11, Rio de Janeiro, 1979, pp. 101-140.

OLIVEIRA, João P. de. Pardos, mestiços ou caboclos: os índios nos censos nacionais no Brasil. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 3, n.6, p.61-81, out. 1997.

OLIVEIRA, João Pacheco de; FREIRE, Carlos A. da Rocha (orgs.). *A presença indígena na formação do Brasil*, Brasília: MEC/SECAD; Rio: LACED/ Museu Nacional, 2006.

OLIVEN, Ruben George. O nacional e o regional na construção da identidade brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, n.2, 1986 pp. 01-08

PAIM, Rodrigo de A; FRANCHI, Tássio. Colônias militares na região Norte do Brasil: colonização, povoamento e seu arcabouço jurídico ao longo dos anos. *R. Esc, Guerra Nav.*, Rio de Janeiro, v. 26, n.3, p. 705-738.

PALOMINO, Cristabell López Palomino. *Sem a floresta os Ka'apor não existem, sem os Ka'apor a floresta não existiria: o pensamento político Ka'apor e a política interétnica*. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em estudos comparados sobre as Américas (UnB), 2017.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In: CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos índios no Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras, 1992, pp.115-132.

PRAIA, Benta L. *A crise da Economia Gomífera e o mundo do trabalho em Manaus*. Dissertação (Mestrado), Manaus: UFAM, 2010.

POMBO, Nívia; MACHADO, Marina M. Na antecâmara do Império: o direito à terra e o debate sobre a propriedade no pensamento de José Bonifácio de Andrada e Silva (1819-1822). *Revista Tempo*, Niterói, vol. 25, n. 1, jan/abr. 2019, pp. 25-45.

QUIJANO, Aníbal. *Colonialismo do poder, eurocentrismo e América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

REGO, André de Almeida. A Diretoria Geral dos Índios da Província da Bahia sob a gestão de Manoel Inácio de Lima (1846-1850). *Revista Ars Histórica*, n. 11 Jul/Dez, p. 108-127.

REIS, Flávio. Grupos políticos e a estrutura oligárquica no Maranhão. São Luís: UNIGRAF, 2007.

RIBEIRO, Benedito E. *Territórios e r-existências indígenas no Nordeste Paraense: o caso dos Tenetehar-Tembé (1930-1945)*. Monografia (Graduação), Bragança: UFPA, 2019.

RODRIGUEZ, Ernesto M.. *Correrias: índios, caucheiros e seringueiros (Acre 1942/1983)*. Dissertação (Mestrado): Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.

ROSÁRIO, Talita Almeida do. *A Colônia Militar São Pedro de Alcântara no Rio Gurupi e a redefinição da fronteira Pará-Maranhão (1852-1873)*. Monografia (Graduação). Faculdade de História, Universidade Federal do Pará: Ananindeua, 2021.

SAMPAIO, Patrícia M. Nas teias da fortuna acumulação mercantil e escravidão em Manaus, século XIX. Publicação do Departamento de História e Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ensino Superior do Seridó - Campus de Caicó. v.03, n. 06, 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/157/147>. Acesso em: 28 jun.2022

SANTOS, Débora M. dos. *Entre o IHGB e o Monteiro Lobato: (re)significações do livro de Hans Staden*. Dissertação (Mestrado) Rio de Janeiro: PUC, 2016.

SANTOS, Arthur Roberto Germano. Poder e administração da colônia militar do Gurupi. *Revista Almanack*: Guarulhos, n.12, p. 184-208.

SMITH, Linda T. *Descolonizando metodologias: pesquisas e povos indígenas*. Curitiba: Ed. UFPR, 2018.

SILVA, Ligia O. Terras Devolutas e Latifúndio: efeitos da Lei de 1850. Campinas; Editora UNICAMP, 2008

SILVA, Paulo R.P. O Projeto Nacional crioulo e a segregação dos povos indígenas: confluências literárias nos textos fundadores latino-americanos do século XIX. In: Anais do III Congresso Internacional Mundos Indígenas, 2021.

SILVA, Thiago Silva e; BRITO, Áustria R. Para além da estrutura linguística: as releituras de alunos do ensino fundamental sobre o “Massacre de Alto Alegre” a partir das vozes indígenas dos Guajajaras”. *Revista Práticas de linguagem. Revista Prática de linguagem*. p, 50 Disponível em: <https://www.ufjf.br/praticasdelinguagem/files/2019/01/ART-4-47-66-PARA-AL%C3%89M-DAS-ESTRUTURAS.pdf>. Acesso: 11 abr. 2022.

SOUSA, Alexander Miller Câmara. Rainha do lar e anjo tutelar. *Outros Tempos*, volume 3, 2006, pp. 76-97.

SOUZA, Sueny Diana Oliveira. *Um rio e suas gentes: ocupação e conflitos nas margens do rio Turiaçu na fronteira entre Pará e Maranhão (1790-1824)*. Dissertação (Mestrado). Belém: Universidade Federal do Pará, 2012.

SPOSITO, Fernanda. *Nem cidadãos, nem brasileiros: Indígenas na Formação do Estado Nacional Brasileiro e conflitos na Província de São Paulo (1822-1845)*. Dissertação (Mestrado), São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.

SULASSI, Henry S. L; FREITAS, Mariana; MATOS, Manuela X. G de; MAIOR, Paulo M. S.. Perfil tecnológico das construções de grupos maniçobeiros em sítios arqueológicos no Parque Nacional Serra da Capivara, Pi. *Clio Arqueológica* 2016, v. 31, n.2 p. 199-210

SUPERTI, Eliane. *Da incorporação do proletariado ao direito do trabalho: um estudo sobre o projeto positivista de organização das relações de trabalho no Brasil*. São Carlos, 2004. 232 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de São Carlos.

TREECE, David. *Exilados, aliados, rebeldes: o movimento indianista, a política indigenista e o estado-nação imperial*. São Paulo: Edusp, 2008.

TRINIDAD, Carlos Benitez. *El indio y el otro: indigenismos, representaciones y usos discursivos en el indigenismo brasileño del siglo XX*. Teseo Press, 2019.

VELHO, Gilberto. *Individualismo e Cultura: notas para uma antropologia da Sociedade Contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1981.

VIVEIROS, Jerônimo de. *História do Comércio do Maranhão, 1896-1934*. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, Vol. 3, 1954.

WEINSTEIN, Bárbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência 1850-1920*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

WITMANN, Luisa. *O vapor e o botoque: imigrantes alemães e índios Xokleng no Vale do Itajaí/SC (1850-1926)*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2007.